

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES DO CAMPUS
AVANÇADO CATALÃO DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO -
REFLETINDO SOBRE A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A
GESTÃO**

LEONARDO CUNHA BORGES

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES DO CAMPUS AVANÇADO
CATALÃO DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO -
REFLETINDO SOBRE A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A GESTÃO**

LEONARDO CUNHA BORGES

Sob a Orientação da Professora
Dr^a Nádia Maria Pereira de Souza
e Coorientação da Professora
Dr^a Liz Denize Carvalho Paiva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Maio de 2020**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B732d BORGES, LEONARDO CUNHA , 1975-
OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES DO CAMPUS
AVANÇADO CATALÃO DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO -
REFLETINDO SOBRE A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A
GESTÃO / LEONARDO CUNHA BORGES. - Seropédica, 2020.
74 f.: il.

Orientadora: Nádia Maria Pereira de Souza.
Coorientadora: Liz Denize Carvalho Paiva.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação Agrícola, 2020.

1. Institutos Federais. 2. História Institucional e
Avaliação Institucional. I. Souza, Nádia Maria Pereira
de , 1962-, orient. II. Paiva, Liz Denize Carvalho ,
1969-, coorient. III Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola. IV. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 00

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

LEONARDO CUNHA BORGES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/05/2020

Nádia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ

Ramofly Bicalho dos Santos, Dr. UFRRJ

Jane Rangel Alves Barbosa, Dra. UCB/RJ

DEDICATÓRIA

O presente trabalho é dedicado a todos aqueles, que contribuíram com a feitura do mesmo durante todos esses meses. Àqueles que dispuseram de tempo e conhecimento, dando orientações, instruções e norteamentos acerca do melhor direcionamento a ser tomado, em momentos, em que a dúvida se fez presente. Àqueles que entenderam a importância dessa fase para mim, e desculparam meus momentos de fragilidade, aceitando minha reclusão e dividindo o meu foco no âmbito acadêmico. Enfim, dedico a dissertação especialmente a minha filha Lavínia, a minha esposa Luciana e a minha querida tia Célia, pelo total apoio, dedicação e amor incondicional, aos meus familiares, meus amigos e às minhas duas dedicadas e caríssimas orientadoras Professora Nádia e Professora Liz, pessoas incríveis e essenciais que Deus colocou no meu caminho e que tiveram muita paciência e sabedoria para me conduzir desde o início até a conclusão dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à minha família, por estar sempre presente, torcendo pelo meu sucesso, mesmo que isso representasse, muitas vezes, momentos de reclusão e renúncia.

Gratidão aos meus colegas e amigos, que me aconselharam e me deram palavras de incentivo, quando os momentos se tornaram difíceis.

Gratidão às minhas orientadoras, que me instruíram e conduziram o trabalho constantemente, até que ele tomasse o corpo que tem.

O meu obrigado a todos vocês, que participaram dessa trajetória, direta ou indiretamente, é por isso que hoje ela existe.

RESUMO

BORGES, Leonardo Cunha. **Os desafios e as potencialidades do Campus Avançado Catalão do Instituto Federal Goiano - Refletindo sobre a avaliação institucional e a gestão.** 2020. 74f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

O estudo contribuiu para repensar, desmitificar e reconstruir sentidos e significados na promoção de uma educação de qualidade para todos, refletindo sobre a Avaliação Institucional e a Gestão Educacional, bem como os grandes desafios a serem enfrentados na Área de Políticas Públicas. Com efeito, a Gestão Educacional e as Políticas de Avaliação são campos de ações que conduzem e regulam o processo educativo no País. Mas, com a crise econômica do capitalismo, houve as reestruturações no setor produtivo, as redefinições no papel e na atuação do Estado, por imposição de ajustes estruturais e um conjunto de circunstâncias e medidas que geraram perdas profundas na área da educação pública. Como consequência, nos últimos anos, enfrentamos inúmeros desafios nas políticas colocadas em prática no País com repercussões sérias na Política Educacional. Nesse sentido, o objetivo central do presente estudo foi apresentar de forma detalhada uma reflexão sobre a avaliação institucional e as concepções de gestão, bem como o processo de implantação dos novos Campus do IF Goiano nessa conjuntura. As informações que foram apresentadas auxiliam a conhecer detalhadamente o histórico dessa implantação e apontar quais foram os desafios e as potencialidades que foram vivenciadas pelos gestores do IF Goiano neste contexto. Exposto isso, tem-se que o presente trabalho lança mão de apontamentos teórico-metodológicos na tentativa de demonstrar a necessidade de se transformar a educação por meio de uma comunidade acadêmica atuante, a qual se constrói a história institucional através da mediação com a realidade política, econômica e social no âmbito das Instituições Federais de Ensino. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa (levantamento bibliográfico e documental), tendo como *corpus* o histórico da implantação do IF Goiano Campus Avançado Catalão. No entanto, o aporte teórico apresentado teve também como objetivo elucidar os referenciais históricos e conceituais na visão dos autores que são referência na discussão das temáticas: gestão educacional, autoavaliação institucional e avaliação institucional e gestão. Além disso foi importante relatar os principais fatos históricos relacionados à criação dos institutos federais, considerando as suas concepções de gestão e os aspectos legais, descrevendo de forma detalhada como foi a delineada a trajetória do desenvolvimento da Rede Federal de Ensino, o processo de expansão do IF Goiano e finalmente apresentar quais foram os desafios e os obstáculos enfrentados pelos gestores, bem como quais os resultados que foram alcançados durante todo o processo de implantação do Campus Avançado Catalão. Sendo que esses serão de suma importância para subsidiarem a elaboração e o aprimoramento do planejamento para compor o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), uma vez que ele contempla o IF Goiano como um todo e orienta o desenvolvimento institucional de acordo com as premissas e regulamentos determinados pelo Ministério de Educação (MEC).

Palavras-Chave: Institutos Federais, História Institucional e Avaliação Institucional

ABSTRACT

BORGES, Leonardo Cunha. **The challenges and potential of the Catalan Advanced Campus of Instituto Federal Goiano - Reflecting on institutional evaluation and management.** 2020. 74p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

The study contributed to rethink, demystify and reconstruct meanings and meanings in promoting quality education for all, reflecting on Institutional Evaluation and Educational Management, as well as the major challenges to be faced in the Public Policy Area. Indeed, Educational Management and Evaluation Policies are fields of action that lead and regulate the educational process in the country. However, with the economic crisis of capitalism, there were restructurings in the productive sector, redefinitions in the role and performance of the State, by imposing structural adjustments and a set of circumstances and measures that generated profound losses in the area of public education. As a consequence, in recent years, we have faced numerous challenges in the policies put into practice in the country with serious repercussions on Educational Policy. In this sense, the main objective of the present study was to present in detail a reflection on the institutional evaluation and management concepts, as well as the process of implanting the new IF Goiano Campus at this juncture. The information that was presented helps to know in detail the history of this implementation and to point out what were the challenges and potentials that were experienced by the managers of IF Goiano in this context. Having said that, the present work uses theoretical and methodological notes in an attempt to demonstrate the need to transform education through an active academic community, which builds institutional history through mediation with political reality, economic and social within the scope of Federal Education Institutions. For that, a qualitative research (bibliographic and documentary survey) was carried out, having as corpus the history of the implantation of the IF Goiano Campus Advanced Catalan. However, the theoretical contribution presented also aimed to elucidate the historical and conceptual references in the view of the authors who are a reference in the discussion of the themes: educational management, institutional self-assessment and institutional assessment and management. Furthermore, it was important to report the main historical facts related to the creation of federal institutes, considering their management concepts and legal aspects, describing in detail how the development path of the Federal Education Network was outlined, the process of expansion of the IF Goiano and finally present what were the challenges and obstacles faced by managers, as well as what results were achieved during the entire process of implementing the Advanced Catalan Campus. Since these will be of paramount importance to support the preparation and improvement of the planning to compose the Institutional Development Plan (PDI), since it contemplates the IF Goiano as a whole and guides institutional development according to the premises and regulations determined by the MEC.

Key words: Federal Institutes, Institutional History and Institutional Evaluation,

LISTA DE SIGLAS

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CEFAEH – Centro de Formação Agroecológica de Hidrolândia
CEFET – Centro de Federal de Educação Tecnológica
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior
CONIF – Conselho Nacional das Instituições Federais da Rede Federal de Educação
CONSUP – Conselho Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
DOU – Diário Oficial da União
EAFCE – Escola Agrotécnica Federal de Ceres
EAFRV – Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde - GO
EAD – Educação à Distância
EAF – Escola Agrotécnica Federal
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPT – Educação Profissional Tecnológica
FIC – Curso de Formação Inicial e Continuada
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
IDEB – Índice de Desenvolvimento Econômico Brasileiro
HA - Hectare
IES – Instituição de Ensino Superior
IF – Instituto Federal
IFG – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás
IF GOIANO – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano
IFTM – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Mineiro
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC – Ministério da Educação
MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública
MNAIC – Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio
MP – Medida Provisória
PARU – Programa de Apoio à Reforma Urbana
PBI – Produto Interno Bruto

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNIEPT - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica

PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

SEDUCE – Secretaria de Educação do Estado de Goiás

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior

UFCAT – Universidade Federal de Catalão

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFTPR – Universidade Federal Tecnológica do Paraná

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados econômicos do Município de Catalão	40
Tabela 2 – Dados da população no Município de Catalão	41
Tabela 3 – Dados referentes mercado de trabalho e renda do Município de Catalão	41
Tabela 4 – Dados referentes a educação da população do Município de Catalão	41
Tabela 5 – Dados referentes a saúde da população do Município de Catalão.....	42
Tabela 6 – Dados referentes ao território e ambiente do Município de Catalão	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantitativo de cursos e vagas contemplado no PDI IF GOIANO (2014 – 2018)	56
Quadro 2 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano - Campus Avançado Catalão – 2014	58
Quadro 3 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano - Campus Avançado Catalão – 2015	59
Quadro 4 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano - Campus Avançado Catalão – 2016	60
Quadro 5 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano - Campus Avançado Catalão – 2017	61
Quadro 6 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano, Campus Avançado Catalão – 2018	62
Quadro 7 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano, Campus Avançado Catalão – 2019	63

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

Figura 01	– Distribuição geográfica dos Institutos Federais no território brasileiro.....	31
Foto 02	– Prédio desocupado da E. E. Joaquim de Araújo e Silva cedido pela SEDUCE.	44
Foto 03	– Parte interna do prédio: salas de aula e banheiros condenados pela Defesa Civil...	45
Foto 04	– Pátio descoberto e salas adaptadas para iniciarem as atividades acadêmicas.....	45
Foto 05	– Pátio coberto que compõe a metade da área de 900 m ² da antiga Escola Estadual.	46
Foto 07	– Sala de aula do Colégio Estadual adaptada para o Laboratório de Informática 1. ..	47
Foto 08	– Sala de aula do Colégio Estadual adaptada para o Laboratório de Informática 2. ..	47
Foto 10	– Imagem dos fundos do prédio anexo que foi alugado pelo IF Goiano em 2015.	50
Foto 13	– Evento de lançamento da pedra fundamental do Campus Avançado Catalão.....	52
Foto 14	– Terreno doado para a construção do prédio do Campus Avançado Catalão.	53
Foto 15	– Início das obras na área do prédio próprio do Campus Avançado Catalão.	54
Foto 16	– Prédio devolvido pelo IF Goiano e depois reformado pelo Estado de Goiás.	54
Foto 17	– Imagem dos fundos do prédio reformado com verbas do Estado de Goiás.....	55

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	JUSTIFICATIVA.....	3
3	OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA.....	4
3.1	Objetivo Geral	4
3.2	Objetivos Específicos	4
3.3	Procedimentos Metodológicos	4
4	REFERENCIAIS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA GESTÃO EDUCACIONAL E DA CONTRIBUIÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	9
4.1	Gestão Educacional: A Gestão dentro do Contexto Educacional.....	9
4.2	Gestão Educacional sob a Perspectiva Brasileira	11
4.3	Gestão Democrática e Participativa: Desafios para a Educação no Brasil.....	13
4.4	Avaliações: Educacional e Institucional Externa e Interna	15
5	OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA– CONCEPÇÕES E ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO E AVALIAÇÃO, SUA CRIAÇÃO E O IF GOIANO.....	28
5.1	O IF Goiano – Antecedentes da Criação do Campus Catalão.....	28
5.2	A Implantação do Campus Avançado Catalão do IF Goiano: Contexto, Objetivos e Desafios	39
6	OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO IF GOIANO NA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO.....	43
6.1	Os Desafios Iniciais na Implementação Do IF Goiano - Campus Avançado Catalão.....	43
6.2	As Metas Propostas no PDI para o Campus Avançado Catalão e os Resultados Apresentados no Relatório CPA do IF Goiano	48
6.3	Análise dos Resultados as Dimensões Pedagógicas do Campus Avançado Catalão com Relação as Metas Propostas no PDI IF Goiano (2014 – 2018)	55
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
8	REFERÊNCIAS	67
9	ANEXOS E APÊNDICES	72

1 INTRODUÇÃO

No dia 02 de fevereiro de 2013, iniciaram as minhas atividades profissionais no IF Goiano Campus Iporá como Técnico Administrativo, onde fui lotado no cargo de Assistente em Administração de nível médio. Naquela época o Campus Iporá estava em pleno desenvolvimento, recebendo importantes investimentos financeiros do governo federal para ampliar as suas instalações e que conseqüentemente possibilitou aumentar o seu quadro de servidores. Essa unidade de ensino do IF Goiano havia sido bem sucedida no seu processo de implantação, uma vez que ela iniciou as suas atividades acadêmicas como UNED (Unidade Descentralizado de Ensino) do Campus de Rio Verde, mas por meio de intervenções de políticos da região de Iporá junto ao Ministério da Educação (MEC), essa escola conseguiu se desvincular administrativamente e do Campus Rio Verde e se tornou um Campus independente do IF Goiano.

Naquela época quando iniciei as minhas atividades administrativas no Campus Iporá, fui convidado pelo Diretor Geral Professor José Junior para assumir o cargo de Auditor Interno, sendo esse convite um oportuno para o desenvolvimento da minha carreira profissional no IF Goiano. Diante dessa condição, estudei e conheci na prática a aplicação das leis que regem o funcionamento das escolas federais e também comecei a ter contato com todos os servidores dos setores do administrativo e do ensino desse Campus e também da Reitoria do IF Goiano que fica sediada e Goiânia.

Durante o primeiro ano de trabalho no IF Goiano Campus Iporá, continuei estudando e também prestei vários concursos tanto no IF Goiano, quanto em outras instituições para o cargo de Administrador de nível superior. Assim, em maio de 2014 fui aprovado em 3º lugar para ocupar o cargo de Administrador no Instituto Federal do Triângulo Mineiro Campus Uberlândia Centro.

Contudo, o ano de 2014 foi marcado por importantes conquistas e também por novos desafios profissionais. Nesse sentido, continuei minhas atividades como Auditor Interno no Campus Iporá, sendo que nesse mesmo ano, iniciaram as implantações das expansões no IF Goiano para abertura de novas unidades no modelo de Campus Avançados, sendo contempladas as cidades de Catalão, Hidrolândia, Ipameri e Cristalina.

Essas ações destinadas a expansão dos Campus Avançados do IF Goiano seguiam as autorizações concedidas no final do ano de 2005 pelo Ministério da Educação (MEC), que havia criado por meio da sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Naquela época, o objetivo desse plano era promover a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população a toda estrutura de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Esse processo de expansão da Rede Federal de Ensino teve origem a partir da criação da Lei nº 11.195, de 18 de Novembro de 2005, que revogou a proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais conforme estava previsto no § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, como o objetivo de melhorar a distribuição espacial aumentando a cobertura das instituições de ensino em todo território nacional.

Durante o processo de abertura das novas unidades dos Campus Avançados no IF Goiano, a minha esposa também foi aprovada no concurso do IF Goiano para o cargo de Técnico Administrativo no Campus de Iporá, mas já estávamos com planos de pleitear uma transferência para o Campus Avançado Catalão, por ser uma cidade mais desenvolvida localizada próxima a grandes centros. Assim, quando surgiu a oportunidade de solicitarmos a nossa transferência, ela rapidamente foi autorizada em outubro de 2014, quando fomos redistribuídos e mudados definitivamente para a cidade de Catalão.

Em 2015 houve uma mudança dos gestores do Campus Avançado Catalão que foi promovida pelo Reitor, uma vez que os cargos de confiança dos Campus Avançados conforme determinado pelo MEC, esses são preenchidos por meio de indicação do dirigente máximo da instituição. Com essa mudança, naquela oportunidade fui convidado pelo Diretor Professor Emerson do Nascimento para integrar o novo corpo diretivo do Campus Avançado Catalão, e assumi então o cargo de Coordenador de Administração e Planejamento e posteriormente também recebi o convite do diretor para assumir o cargo de Diretor Substituto do Campus Avançado Catalão em 2016.

Em 2016, houve um processo de eleição no qual me candidatei e fui eleito como Conselheiro membro titular do Conselho Superior do IF Goiano (CONSUP). Depois que comecei a exercer as atividades no Conselho Superior, percebi que gestão educacional e a autoavaliação institucional eram fatores de suma importância para promoverem as melhorias necessárias na qualidade do ensino público principalmente nos Campus Avançados que estavam em processo de implantação.

No ano de 2018, cumpri o meu mandato de 2 anos no CONSUP IF Goiano, que terminou no final do mês abril e em maio desse mesmo ano também fui aprovado no processo seletivo do Mestrado realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrária (PPGEA) mediante um convênio firmado entre o IF Goiano e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e assim despertou o meu interesse pela temática proposta para este estudo. Logo, no início do mês de junho fui convocado para assumir o cargo de Administrador no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Mineiro (IFTM) para ser lotado na Reitoria em Uberaba. Nesse sentido, durante a minha trajetória como profissional da área da educação, percebi a importância de realizar o presente estudo no IF Goiano - Campus Avançado Catalão, uma vez que essa pesquisa seria inédita nesta unidade de ensino do IF Goiano, além de possibilitar um processo de historicização do IF Goiano e do campus Catalão, situando o contexto de sua criação e apresentando os desafios de sua implantação durante mais um cenário de mudanças drásticas na política e na econômica do Brasil nesse período.

2 JUSTIFICATIVA

Ao analisar a criação e a história de uma instituição, dois referenciais nos são sugestivos: a gestão educacional nos institutos federais e a contribuição da avaliação institucional, uma vez que essas estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento e melhoria da qualidade do ensino, ao respeito à diversidade, ao desenvolvimento integral do cidadão e, também, à valorização da cultura da avaliação. No entanto, com o processo de expansão do IF Goiano e com a criação dos novos Campus Avançados surgiram novos desafios e novas potencialidades puderam ser exploradas, dentre essas destaca-se a condição do Campus Avançado Catalão do Instituto Federal Goiano.

Diante dessas novas possibilidades, tornou-se importante analisar sobre a avaliação institucional e a gestão educacional, uma vez que a educação profissional e tecnológica está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) como modalidade educacional que se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Sendo assim, os cursos de educação profissional e tecnológica se articulam com a educação básica e com a educação superior e, ainda, com as modalidades de educação de jovens e adultos e de educação a distância como o ocorre no âmbito dos institutos federais.

Contudo, o processo educacional precisa ser avaliado, visto que a avaliação de uma instituição de ensino verifica principalmente os elementos que a compõem e se esses estão estruturados para a oferta de uma educação de qualidade. Diferente da avaliação do estudante que, ao ser realizada individualmente, tem como objetivo verificar a eficiência do processo de aquisição de competências e habilidades que são necessárias para esses alunos ampliarem seus conhecimentos dentro da escola.

Nesse sentido, é necessário compreender a história do Instituto Federal Goiano Campus Avançado Catalão, analisando também a contribuição da avaliação institucional e as ações adotadas pelo gestores do IF Goiano para favorecer a manutenção de um ambiente participativo que tenha como objetivo a melhoria da qualidade do ensino considerando os desafios de manter o desenvolvimento institucional de modo geral.

Nesse sentido, foi preciso buscar informações consistentes para obter um embasamento teórico que possa auxiliar a compreensão dos referenciais históricos e colaborar efetivamente com o desenvolvimento dessa pesquisa. Sendo importante neste estudo, investigar nos documentos oficiais como foi constituído o histórico da criação dos institutos federais, considerando as suas concepções de gestão e os seus aspectos legais.

Enfim, analisar como foi delineada toda a trajetória do processo de expansão do IF Goiano e principalmente do Campus Avançado Catalão considerando os desafios, os obstáculos, bem como as oportunidades que os gestores encontraram durante esse período histórico e consequentemente fornecer informações confiáveis que poderão orientar os gestores em suas ações e definições de metas e prioridades para compor o planejamento nos âmbitos administrativos e pedagógicos que tenham como objetivo manter o desenvolvimento e o aprimoramento do ensino da instituição de modo geral.

3 OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

A modernização capitalista demanda a universalização da educação como um meio necessário à população ter acesso ao ensino, ao mercado de trabalho e ao capital (FERREIRA & AGUIAR, 2006, p. 32). Nesse sentido, é imprescindível ao indivíduo que busca exercer direitos e manifestar subjetividades.

Posto isso, pode-se estabelecer como objetivos a serem alcançados nessa pesquisa aqueles que convergem no propósito de transformação econômica, social e cultural por meio da educação, ou mais especificamente, pelos caminhos percorridos pelo Instituto Federal Campus Avançado Catalão durante o seu processo de implantação conforme segue.

3.1 Objetivo Geral

Analisar os desafios e as potencialidades da implementação do IF Goiano – Campus Avançado Catalão e a contribuição da gestão e da avaliação institucional.

3.2 Objetivos Específicos

- Conceituar gestão e avaliação educacional, concepções e referenciais teórico-metodológicos, com ênfase na contribuição da avaliação institucional neste processo
- Apresentar o contexto sócio-econômico-político dos Institutos Federais, do IF Goiano e do Campus Avançado Catalão, destacando suas atividades acadêmicas na região em que atua.
- Relacionar a partir de uma análise documental as ações de gestão educacional e avaliação institucional no Campus Avançado Catalão em suas dimensões pedagógicas e administrativas.
- Identificar as potencialidades e os desafios da gestão educacional e a contribuição da autoavaliação para o IF Goiano, Campus Avançado Catalão.

3.3 Procedimentos Metodológicos

De modo geral, pode-se inferir que o conhecimento da humanidade, está inserido em três grandes áreas do saber que são: humanas, exatas e biológicas ou ciências naturais (FACHIN, 2006). Com essa classificação, todo conhecimento que seja rigoroso, metódico e sistemático, ou seja, científico, deve desenvolver uma investigação que esteja relacionada a essas referidas áreas. Nesse sentido, a pesquisa científica alcança uma grande área do saber que, habitualmente, se reparte nesses campos de investigação, sendo que cada qual estabelece seus métodos e objetos de pesquisa para construir e descobrir novos conhecimentos para a humanidade.

No entanto, no âmbito acadêmico científico, é possível destacar os campos de investigação mais relevantes, não mais importantes do que outros, mas que estão em constante desenvolvimento e aprimoramento. Essa condição, pode ser constatada pela observação de nossa realidade, por meio das notícias recorrentes sobre determinados assuntos, pelas publicações acadêmico-científicas de grandes centros de pesquisa e universidades. Entre os assuntos mais recorrentes, podemos destacar (FACHIN, 2006; LEITE, 2008; TOZONI-REIS, 2007): na área de humanidades (a educação, a cultura, aspectos sociais de discriminação, a política); na área das exatas (desenvolvimento da tecnologia e os avanços da ciência quantitativa); na área das biológicas ou naturais (o constante aprimoramento e descoberta de novos medicamentos, o avanço da medicina).

Sendo assim, temos que essas áreas de atuação representam o universo da pesquisa, onde o pesquisador precisa delimitar seu objeto de investigação com o objetivo de produzir

conhecimento para a sociedade e conseqüentemente para sua área de atuação. Entretanto, os campos de atuação da pesquisa científica são amplos, ao mesmo tempo em que se delimitam nas três grandes áreas, que são uma classificação, construída ao longo dos séculos, podendo ser modificadas, adequando-se a realidade de cada época para acompanhar a evolução da sociedade como um todo.

A pesquisa pode ser definida como uma indagação, uma investigação, uma dúvida que leva certamente ao conhecimento, ou seja, visa o conhecimento de aspectos da realidade, ou seja, é um processo de produção de conhecimento (Tozoni – Reis, 2007).

Para Knechtel (2014), a pesquisa, em âmbito geral, não pode ser apenas relacionada aos simples trabalhos escolares, as repetições de experiências, sínteses de textos e relatórios técnicos. A pesquisa, é realizada por meio de uma investigação científica, que produz conhecimento sendo considerada com uma atividade intelectual, intencional, sistemática e que busca as respostas para necessidades do ser humano em cada época.

No entanto, a pesquisa é uma atividade que visa a elaboração de teorias, fazendo uso de métodos e técnicas científicas (Leite, 2008), ou seja, procura construir um conhecimento metódico e sistemático, que seja válido e universal. Para o desenvolvimento da pesquisa, segundo Leite (2008), é preciso proceder com as etapas de escolha do tema, a definição dos objetivos, o procedimento de coleta de dados (método e técnica), a interpretação das informações e apresentação dos resultados.

Entretanto, a pesquisa científica difere-se de uma simples pesquisa de rotina, seja no âmbito escolar ou em qualquer outra esfera da sociedade. A pesquisa científica, de acordo com Ruiz (1991): “É a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que tal modalidade se compreende como algo complexo, uma vez que contempla um conjunto de atividades, tais como: investigar um determinado assunto para compreendê-lo e buscar as informações necessárias em fontes diversas, comparar com as ideias de diferentes autores, selecionando-as sob uma postura crítica e, finalmente, partir para o desenvolvimento de uma redação do próprio texto, na qual deve contar com o apoio de um referencial teórico que seja capaz de sustentar os posicionamentos assumidos por um autor que seja referência em uma determinada linha de pesquisa.

Ao demonstrar como a relação entre gestão educacional e a contribuição da autoavaliação no IF Goiano - Campus Avançado Catalão, pode colaborar com o desenvolvimento da sociedade, favorecendo o desenvolvimento social e econômico da região, na qual está inserido, tem-se que essa pesquisa será realizada mediante a metodologia indutivo-dedutiva, uma vez que a mesma tem cunho qualitativo, o que pode caracterizá-la como exploratória e descritiva, bem como bibliográfica para analisar os conceitos dos autores que desenvolvem a teoria e documental para conhecer o que está previsto nos documentos oficiais.

Assim sendo, tem-se que o estudo em pauta aborda, inicialmente, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, que teve o seu início no final do ano de 2005, cujo objetivo era ampliar a presença das instituições de ensino em todo o território nacional. Para tanto, dar-se-á destaque à Lei nº 11.892/2008, que concebeu aos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, e à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a promoção de ações de cunho político-sociais, tais como a justiça social, a equidade e o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, quer-se comprovar a tese de como a educação (nos institutos federais) tem servido à sociedade como uma forma de atender às demandas crescentes por formação profissional nas regiões em que atuam e, assim, promover tanto a difusão de conhecimentos, quanto o suporte aos arranjos produtivos locais e regionais.

Nesse sentido, assevera Cury:

[...] o próprio sistema educacional se complexifica e se diversifica, postulando a presença mais consciente de seus sujeitos e de pessoas nele interessados. Um elemento constante desta complexificação é a gestão desde a dos sistemas até a das unidades escolares. Ora, a gestão de qualquer setor institucionalizado conta, entre outros fatores com a legislação como forma de organizar-se e de atender regularmente a objetivos e finalidades. A gestão da educação escolar no Brasil, hoje, conta com um grande número de leis e outras normatizações providas da área federal, estadual e municipal. Esse sistema legal se afirma desde diretrizes curriculares até financiamento e fontes de recursos, qualquer profissional da educação que seja compromissado com o seu fazer pedagógico e político não pode deixar o conhecimento de tais constrangimentos normativos seja apenas competência de quem exerce funções administrativas (CURY 2006, p. 43).

Diante da importância da legislação no processo de gestão das Instituições Federais, vale destacar os Decretos nº 3.860/2001 e nº 5.773/2006, os quais instituíram como obrigatória, para todas as instituições de ensino superior, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que foi o elemento central de aporte de informações para a realização desse estudo. Este apresenta aspectos normativos, consultivos e deliberativos, visando acompanhar o desempenho dos alunos (Conselhos de Classes); avaliar e discutir a evolução da instituição como um todo, que inclui a participação da comunidade (Conselhos Escolares); além dos Conselhos Fiscais (controle do dinheiro público) e do Conselho Nacional de Educação (caráter normativo, consultivo e deliberativo), (CURY, 2006, p. 44).

Conseqüentemente, tem-se que na pesquisa lançar-se-á mão dos seguintes procedimentos: a) o desenvolvimento do Capítulo I se realizará mediante pesquisa teórica, esclarecida por Demo (1994), com o objetivo de caracterizar pressupostos históricos, conceituais e concepções teórico-metodológicas da gestão educacional e da autoavaliação institucional em instituições, que ofertam a educação profissional, uma vez que a:

Pesquisa teórica - Trata-se da pesquisa que é "dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos" (Demo, 2000, p. 20). Esse tipo de pesquisa é orientada no sentido de reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. A pesquisa teórica não implica imediata intervenção na realidade, mas nem por isso deixa de ser importante, pois seu papel é decisivo na criação de condições para a intervenção. "O conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada, capacidade explicativa" (DEMO, 1994, p. 36).

A opção pelo referido procedimento metodológico se justifica pelo atual contexto educacional, que demanda uma análise mais robusta, pautada não apenas em dados, mas também, e principalmente, em argumentos. Assim sendo, tem-se que o estudo da nova gestão institucional precisa considerar o todo em relação às partes, e estas em relação a si mesmas, de modo a promover maior efetividade do conjunto (Morin, 2000). Ou seja, a gestão educacional e a autoavaliação devem ser entendidas além de limites históricos marcados, e, portanto, como resultados de uma mudança paradigmática, que precisa ser considerada (Lück, 2008, p. 34).

Como a presente pesquisa trabalha com a interpretação de dados acerca da gestão educacional do Campus Catalão, é imprescindível caracterizá-la tal qual a realidade local (valores e comportamentos), de modo que ocorra efetivamente um estudo de caso real.

A finalidade da pesquisa exploratória, de acordo com o supracitado autor, é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. Ou seja, pesquisas dessa natureza visam proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que ele possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses, que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

Nesse contexto, Rocha (2011) elucida que o estudo de caso, enquanto método de investigação qualitativa, tem sua aplicação quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva, e com mais objetividade e validade conceitual, do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares. Interessa ainda as perspectivas que apontem para um projeto de civilização, identificado com a história desses grupos, e fruto de sonhos e utopias.

Enfim, diante dos procedimentos metodológicos elucidados, o que cabe salientar é que todos serão utilizados de forma analítica, para que se alcancem os objetivos traçados. Neste panorama, o que interessa é comprovar que a gestão e a autoavaliação institucional no contexto das instituições de ensino superior pode e deve proporcionar reflexão, aprendizagem e ação, sem perder de vista a conjuntura social, cultural e política em que o objeto esteja inserido (PAIVA, 2015, p. 25).

O desenvolvimento do Capítulo que analisou o IF Goiano e o seu Campus Avançado Catalão dar-se-á, por sua vez, mediante estudo bibliográfico e documental o que, de acordo com Lakatos (2010), tendo por objetivo descrever o contexto sócio-econômico-político do IF Goiano – Campus Avançado Catalão, destacando suas atividades acadêmicas e seu compromisso social:

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica (LAKATOS, 2010, p.44).

A pesquisa documental, conforme Santos (2000), é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – pintura, escultura, desenho, notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos.

Lüdke e André (1986) reconhecem que a pesquisa documental é uma importante estratégia de pesquisa empregada na investigação qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Para a realização do presente estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica no qual será desenvolvido uma investigação a partir de trabalhos, estudos em livros já realizados por outras pessoas com o objetivo de fazer o aporte teórico da pesquisa com relação a gestão educacional e autoavaliação institucional e a para realização da pesquisa documental foi realizada uma investigação concentrada nos dados obtidos por meio de documentos oficiais que foram publicados na Internet, uma vez que os mesmos registraram os fatos e acontecimentos no IF Goiano no período de 2014 até 2018 no PDI e Relatórios da CPA com o objetivo de identificar o resultados obtidos até o 31 de dezembro de 2019, âmbito desta investigação.

No capítulo 4 que a seguir, foram apresentados os referenciais históricos e conceituais da gestão educacional e da contribuição da avaliação institucional para este processo de forma a auxiliar a compreensão da implantação do IF Goiano – Campus Avançado Catalão.

4 REFERENCIAIS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA GESTÃO EDUCACIONAL E DA CONTRIBUIÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Objetivo deste capítulo foi conceituar gestão e avaliação educacional, concepções e referenciais teórico-metodológicos, com ênfase na contribuição da avaliação institucional neste processo.

As transformações do capital exigem resultados constantemente, os quais são obtidos por avaliações frequentes, sejam elas externas ou internas. O setor educacional não foge a essa demanda de gestão organizacional, carecendo de análises cada vez mais amplas e sistemáticas. Nessa perspectiva, é imprescindível compreender as concepções teóricas que serão utilizadas no presente trabalho: avaliação educacional, autoavaliação institucional, gestão (propriamente dita, institucional, democrática e participativa), bem como as interfaces deste processo.

4.1 Gestão Educacional: A Gestão dentro do Contexto Educacional

Ainda que a gestão seja um tema mais voltado para a área da Administração, é preciso compreender como ela se apresenta dentro do contexto educacional, haja vista que o processo gerencial é fundamental para a efetivação das práticas pedagógicas. Nesse sentido, a gestão institucional exerce um papel importante para o presente trabalho, uma vez que propõe uma mudança paradigmática em que a participação de todos (comunidade acadêmica ou não) é imprescindível ao apontamento dos aspectos positivos e desafios da organização.

Dentro do ambiente organizacional é preciso considerar que o gestor assume as suas responsabilidades de gerenciamento de recursos materiais, financeiros e de pessoas, sendo este último o principal motivo da existência de uma Instituição de Ensino, uma vez que as a comunidade acadêmica trabalha em função da formação dos discentes, dos indivíduos, sujeitos de direitos e deveres. Assim, é válido especificar que o gestor precisa ser sensível às situações que envolvem o clima organizacional e possa aplicar as várias abordagens administrativas, de acordo com as situações e contextos na solução de conflitos internos, ora atuando de modo sensato, coerente, justo e transparente em suas decisões.

Contudo, a tarefa da gestão educacional não é simples, visto que envolve tanto ações de controle, quanto de emancipação. Isso pode se tornar algumas vezes desgastante, porque envolve lidar com pessoas, sentimentos, interesses e conflitos. Portanto, o gestor de uma instituição de ensino enfrenta vários desafios, para que consiga atender às demandas institucionais e da sociedade.

Desde o momento em que se abrem os portões para a entrada dos discentes no colégio até o término das aulas, e mesmo depois que todos vão embora, o papel exercido pelo gestor educacional pode resultar os aspectos positivos ou mesmo em fracassos, que geram um ciclo constante de aprimoramento e de aprendizado, pois é preciso manter a equipe de trabalho coesa e cooperando mutuamente com os resultados organizacionais orientados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições em geral e da educação em específico, com suas particularidades.

Tal documento público é construído a partir de elementos históricos, advindo de uma determinada gestão educacional, observada no decurso do tempo, e resultante do desenvolvimento de um processo pedagógico específico, com aspectos positivos e negativos, que são resultados de fatores educacionais aliados a transformações social, econômica e política.

É importante apontar que no âmbito educacional existem dois principais modelos de gestão que são adotados: o modelo o democrático e o gerencial, cada um possui suas próprias características e suas aplicações surtirão efeitos e consequências para a prática pedagógica da instituição de ensino que o adotar. Embora ambos sejam válidos e ocorram ao mesmo tempo

em uma Instituição de ensino, aspectos de uma concepção podem preponderar sobre a outra, é um processo histórico e dinâmico.

No entanto, estudos teóricos desenvolvidos por autores como Dourado (2006), Barroso (2006) e Paro (2008) revelam que o incentivo sob as premissas democráticas são mais efetivos, uma vez que há a participação dos atores da comunidade, permitindo que eles possam contribuir com a soluções de problemas, participem da discussão e debate de temas de grande relevância, contemplando de forma holística os anseios da comunidade e contribuindo com o desenvolvimento social da instituição. Neste sentido:

[...] a gestão democrática é entendida como processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas (DOURADO, 2006, P.79).

Assim sendo, a gestão educacional na perspectiva democrática possibilita que as instituições educacionais valorizem a autonomia e o incentivo da participação mais efetiva dos sujeitos educacionais como os gestores, docentes, técnicos, discentes que passam a atuar efetivamente e sentem-se à vontade para questionar e trazer novas ideias no sentido de contribuir com qualidade do ensino. Sobre esse sistema, Dourado (2006) enfatiza que como instrumento de participação e autonomia, a gestão democrática é um processo contínuo que busca uma transformação da instituição de ensino, bem como da sociedade na qual está inserida.

Barroso (2006) complementa que a participação e autonomia são elementos da democratização. Sendo assim, a participação é um fator indispensável num processo de tomada de decisão democrática, uma vez que possibilita que os atores acompanhem e decidam quais serão os rumos da instituição educacional. Enquanto a autonomia permite que a instituição implemente as suas políticas internas sem que haja condicionamentos externos.

Para Paro (2008) a concepção de gestão sob a perspectiva democrática visa e valoriza o desenvolvimento da instituição de forma autônoma e participativa, pois os sujeitos educacionais podem atuar ativamente no debate dos temas importantes para a instituição, bem como nas tomadas de decisões em todas as etapas, desde o diagnóstico ao planejamento e execução das ações, e ainda na avaliação, quando esta é assentada sob as premissas democráticas.

No entanto, no modelo de gestão gerencial pode-se inferir que a há uma “autonomia individual”, uma vez que centraliza na figura dos gestores a autoridade capaz de exercê-la. Essa autonomia é denominada por Janela Afonso (2010) de “autonomia do chefe, em detrimento da autonomia institucional”. Como salienta a seguir:

Trata-se de uma autoridade cuja legitimidade advém agora da revalorização neoliberal do direito de gerir – direito esse, por sua vez, apresentado como altamente convergente com a ideia neoconservadora que vê a gestão como uma espécie de tecnologia moral ao serviço da ordem social, política e econômica (JANELA AFONSO, 2010, p.13).

Nessa perspectiva, haverá uma gestão centralizada e personificada? na figura do gestor central, no caso do IF Goiano, Campus Catalão, na qual o Reitor é o dirigente máximo, restringindo a atuação autônoma das instâncias colegiadas, que são os Diretores dos Campus. Trata-se de uma autoridade do chefe, daquele que gerencia e controla, que exerce a mediação entre a instituição e os demais interesses externos, comprometendo-se com este segundo, o

que de fato, não representa o compromisso com os princípios fundamentais da gestão, pois não permite que haja uma autonomia e uma participação efetiva da comunidade.

4.2 Gestão Educacional sob a Perspectiva Brasileira

No Brasil, as ações e os interesses políticos voltados para o setor da educação foram direcionados no sentido contrário aos dos países desenvolvidos. Esses, por sua vez planejaram suas ações e estratégias para garantirem os investimentos necessários para promover a melhoria da qualidade da educação de maneira efetiva realizando investimentos na base do sistema educacional e promovendo a equidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento da sociedade como um todo.

A gestão educacional é uma expressão que ganhou evidência na literatura e aceitação no contexto educacional, sobretudo a partir da década de 1990, e vem se constituindo em um conceito comum nos discursos de orientação das ações de sistemas de ensino e de escolas. Isto porque foi reconhecido como base fundamental para a organização significativa e estabelecimento de unidade de processos educacionais e mobilização das pessoas voltadas para o desenvolvimento e melhoria da qualidade do ensino que oferecem (LÜCK, 2006, p. 33).

Essa mobilização de pessoas em prol da melhoria da qualidade da educação almejava uma horizontalização e maior aproximação entre os envolvidos na gestão institucional, de modo que, na tomada de decisões, os diferentes conjuntos participassem e se aproximassem tanto do planejamento, quanto da ação, melhorando os resultados. Assim procedendo, a gestão institucional representaria uma forma de entender as relações educacionais com sociedade e com as pessoas que se inserem na organização educacional. Desse modo:

[...] a óptica da gestão educacional não prescinde nem elimina a óptica da administração, apenas supera, dando a esta uma nova acepção, mais significativa e de caráter potencialmente transformador, colocando-a a serviço e como substrato do trabalho de gestão. Daí por que ações propriamente administrativas continuarem a fazer parte do trabalho dos dirigentes de organização de ensino, como, por exemplo, controle de recursos, de tempo, de apoio logístico etc. (LÜCK, 2013, p.54).

Mesmo o processo gerencial sendo predominante nas ações organizacionais de ensino, é preciso ter em mente que as ações administrativas também se fazem presentes, principalmente no que se refere ao trabalho dos dirigentes, com a característica de regulação e controle, ou seja, com uma perspectiva totalmente contrária à fomentada pela gestão institucional (participativa e colaborativa).

No entanto, não são apenas as ações organizacionais (gerenciais e administrativas) que promovem a reestruturação do processo pedagógico, as políticas governamentais, por meios dos documentos externos, também o fazem. Isso tudo, para que os métodos aplicados dentro das salas de aula sejam capazes de desenvolverem os discentes e garantirem o aprendizado a cada ano, até que eles ingressem nas universidades e estejam preparados para o mercado de trabalho.

No Brasil, tal como em outras realidades, a questão educacional emerge como um tema socialmente problematizado no bojo da própria estruturação do Estado-Nação. Articulando-se à singularidade do processo que forjou a emancipação política brasileira, essa questão será desde logo, condicionada pelas marcas conservadoras inerentes a esse processo (CURY, 2006, p.18).

Na tentativa de romper essa tendência reguladora do Estado em relação ao processo educacional, nas últimas décadas, o ensino público passou por constantes mudanças,

considerando-se as múltiplas determinações sociais e políticas, que moldaram os diversos tipos de estruturas sociais e definiram os modelos de gestão nas escolas públicas brasileiras:

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados). Em linhas gerais, a lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação, organização e planejamento de seu trabalho e articulação das várias dimensões e dos vários desdobramentos de seu processo de implementação (LÜCK, 2008, p. 35-36).

De modo geral, vinculou-se o processo educacional com os princípios democráticos, na tentativa de fomentar, nos discentes, autonomia intelectual, participação consciente e articulação com as diversas áreas da sociedade, de modo a evitar a criação de barreiras para os estudantes das classes sociais mais pobres, diante de condições financeiras precárias, e, conseqüentemente, a evasão escolar. Logo, é importante pensar na gestão educacional como instrumento que opere as transformações necessárias para melhorar, tanto os sistemas de ensino, quanto as condições necessárias para motivar a permanência dos alunos nas escolas:

Muito mais do que em quaisquer outras épocas, quando os sistemas e unidades educacionais nem sequer admitiam utilizar os mecanismos e instrumentos gerenciais disponíveis nos setores produtivos, há necessidade, hoje, de considerarmos que o desenvolvimento de conhecimentos e a formação de profissionais entendidos em gestão educacional, capazes de implementar e operar as transformações necessárias dos sistemas de ensino e escolas, é prioritário, por ser condição fundamental para o imprescindível salto qualitativo na educação brasileira (LÜCK, 2008, p. 24).

Tendo em vista que os conceitos de gestão educacional, aplicados hoje no âmbito da administração das escolas públicas brasileiras, são capazes de operar transformações de fato efetivas no processo educacional brasileiro, se faz urgente desenvolver ações que promovam o avanço qualitativo do ensino e tenham como objetivo o aprimoramento dos projetos pedagógicos e orçamentos adequados, que sejam disponibilizados pelo governo mediante políticas públicas:

A gestão educacional, entendida como conjunto de ações articuladas de política educativa, em suas distintas esferas que caracterizaram um país como o Brasil, onde União, estados e municípios têm responsabilidades solidárias no cumprimento do dever constitucional de oferecer educação pública de qualidade para todos, vive dilemas decorrentes de um modelo que ainda está longe de ser eficiente. Algumas ações exigiram providências no âmbito da política maior, que é conduzida pelos poderes constituídos e que, salvo honrosas exceções, parecem pouco preocupados em garantir à tarefa educativa a condição de prioridade absoluta da sociedade (GARCIA, 2006, p. 127).

Tais documentos auxiliam a compreender o dever constitucional de oferecer educação de qualidade a todos os cidadãos seja no âmbito municipal, seja no âmbito estadual e federal, porque essa é (deve ser) a prioridade da sociedade. Isso se mostra evidente após os anos 1980,

quando a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) apresenta um modelo único de qualidade para as universidades do país.

Ela conseguiu juntamente à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) um projeto de avaliação de Reforma Universitária (PARU), recebendo financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Sobre esse acontecimento acrescenta Paiva (2015, p. 52): “um dos objetivos do PARU foi garantir a qualidade dos cursos de graduação, uma vez que, na década de 70, houve uma grande expansão de instituições, cursos e alunos nesse nível de ensino”.

Enfim, foi por meio desses recursos financeiros que se garantiu o orçamento para promover a formação de mão de obra qualificada nos Institutos Federais, de modo a atender às demandas de trabalho do mercado regional e fortalecer também o desenvolvimento social local pelas transformações sócio, político e econômicas propiciadas:

As atuais políticas educacionais e organizativas devem ser compreendidas no quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo. Com efeito, as reformas educativas executadas em vários países do mundo europeu e americano, nos últimos vinte anos, coincidem com a recomposição do sistema capitalista mundial, que incentiva um processo de reestruturação global da economia regido pela doutrina neoliberal. Analistas críticos do neoliberalismo identificam três de seus traços distintivos: mudanças nos processos de produção associadas a avanços científicos e tecnológicos, superioridade do livre funcionamento do mercado na regulação da economia e redução do papel do Estado (LIBÂNEO, 2012, p. 43).

Posto isso, tem-se que o desenvolvimento das práticas da gestão educacional nas escolas públicas brasileiras ocorreu por meio de reformas educativas expressivas advindas de suas próprias transformações históricas, políticas e sociais. Estas são resultados da implementação do sistema capitalista neoliberal, que incentiva modelos de produção pautados em tecnologia, qualidade do ensino e boa formação de mão de obra para atender às demandas do mercado de trabalho, como ocorreu nos países desenvolvidos, e com a mínima intervenção do Estado. Entretanto, a educação é direito de todos e dever do estado, assim a educação pública deve buscar superar este modelo dicotômico e classificador e assumir a sua função social na formação do cidadão.

Assim sendo, pode-se dizer que a educação profissional e tecnológica no Brasil foi construída, por iniciativa dos entes federativos e sinalizada por ações desenvolvidas inicialmente em âmbito local e, posteriormente, estruturadas em âmbito nacional, por meio de diversas redes e instituições de educação profissional e tecnológica.

4.3 Gestão Democrática e Participativa: Desafios para a Educação no Brasil

De acordo com Heloísa Lück, (1996, p.15), o entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, “do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto”. Isso porque, o êxito de uma organização depende da ação construtiva, conjunta de seus componentes, do trabalho associado, realizado mediante o princípio da reciprocidade, que cria um contexto que é orientado para uma vontade coletiva.

A gestão democrática abrange a gestão de sistemas de ensino e engloba uma visão macro da educação, a partir de órgãos superiores dos sistemas de ensino, como é determinado pelo Ministério da Educação (MEC), e pelas legislações, que influenciam as práticas de gestão da educação dentro das escolas.

Os problemas de uma escola também são de interesse da comunidade escolar e não somente dos responsáveis pela gestão da instituição, isto é, apenas de quem ocupa

funções dentro dessa comunidade. O modelo de gestão democrática precisa se desenvolver por meio de um processo democrático, construído com o objetivo de solucionar os problemas que surgem no dia a dia. No entanto, ‘mudar a cara da escola pública implica também ouvir meninos e meninas, sociedades de bairro, pais, mães, diretorias, delegados de ensino, professores, supervisores, comunidades científicas, zeladores, merendeiras [...]’ (FREIRE, 1986, p. 36).

Esses pressupostos teóricos e conceituais são importantes para fornecer os subsídios necessários para compreender as concepções e os significados da avaliação institucional, bem como investigar se as contribuições estão colaborando com o desenvolvimento e o aprimoramento da gestão democrática na unidade do IF Goiano – Campus Avançado Catalão, *locus* escolhido para realização desse estudo.

Nesse sentido, em relação às contribuições da autoavaliação, no processo de gestão democrática, é preciso identificar quais as ações desenvolvidas pelos gestores com a comunidade interna e externa e, depois, analisar os resultados obtidos. Posteriormente, é necessário investigar se há comprometimento dessas ações com a missão, visão e valores do ambiente em análise (IF Goiano – Campus Avançado Catalão):

Na visão transformadora, o processo democrático é uma ponte para constituir um caminho real de melhoria da qualidade do ensino e a gestão é construída numa ‘colaboração voluntária cidadão-cidadão fundadora de uma verdadeira federação de esforços participativos’ (GOMES, 2008, p. 102).

Diante desse desafio, é preciso entrevistar a comunidade institucional, o que abarca docentes, discentes e técnicos administrativos, para só então se verificar se os resultados estão contribuindo efetivamente com o desenvolvimento da gestão democrática e participativa adotada pela instituição de ensino:

O primeiro deles é o de preparar os alunos para o processo produtivo e para a vida numa sociedade tecno-científica-informacional. Em segundo lugar, proponho o objetivo de proporcionar meios de desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas, ou seja, ajudar os alunos nas competências do pensar autônomo, crítico e criativo. O terceiro objetivo é a formação para a cidadania crítica e participativa. O quarto objetivo é a formação ética. É urgente que os diretores, coordenadores e professores entendam que a educação moral é uma necessidade premente da escola atual (LIBÂNEO, 1998, p.3).

Exposto isso, tem-se que a gestão democrática e participativa envolve um conjunto de princípios e processos que têm como objetivo não só contribuir com o desenvolvimento da qualidade e modernização do ensino, mas também assegurar direitos constitucionais:

O povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988, p. 1).

É importante considerar que diante de novos desafios, de nossos governantes, a gestão democrática torna-se um instrumento importante a ser usado nos institutos federais, mas com difícil continuidade, pelas mudanças dos cargos, frequentemente. Por isso, o principal foco desse estudo será identificar se há um ambiente participativo no chão da escola.

Para tanto, ressaltar-se-á a importância do envolvimento efetivo de cada indivíduo na definição das metas e objetivos da comunidade acadêmica, que visam favorecer a resolução dos problemas e a elaboração do processo de tomada de decisão dos gestores.

Com efeito, a participação nas instituições de ensino precisa convergir em três dimensões influentes: política, pedagógica e técnica, para que, ao se entrecruzarem, formarem um todo eficaz, robusto e dinâmico (LÜCK, 2013, p. 64). Assim sendo, é necessário conhecer o funcionamento de cada nível dessas dimensões para compreender a ação participativa e melhorá-la.

Nesse contexto, é importante compreender qual a importância da avaliação institucional para promover a melhoria da qualidade do ensino, bem como compreender a funcionalidade desses processos e como utilizá-los de forma eficiente, considerando as características e necessidades de melhorias na qualidade do ensino, sendo necessário utilizar tanto a avaliação educacional como a institucional como ferramentas capazes de mensurar esses resultados dentro e fora das instituições de ensino.

4.4 Avaliações: Educacional e Institucional Externa e Interna

Nesse contexto, inicialmente, percebe-se que avaliação educacional e a proposta de autoavaliação institucional, esta como ferramenta viável para a efetivação daquela, ainda representam temáticas controvertidas tanto no âmbito nacional no que se refere as escolas públicas. Por isso, acadêmicos (discentes e docentes) e administradores procuram, recorrendo a diferentes apontamentos didático-metodológicos, reestruturar medidas aplicadas ao setor da educação, adequando-as à realidade dos institutos federais, mais especificamente, às políticas educacionais adotadas pelo Ministério da Educação (MEC), que irão direcionar o desenvolvimento da rede federal de educação profissional.

Buscam uma mudança paradigmática efetiva, ao trabalharem com a definição ampla de autoavaliação, para ressignificar o termo, de modo que o mesmo ultrapasse as noções triviais de ações de controle, exigidas e determinadas pelo MEC, para cumprir o seu papel regulador, mas, principalmente para alcançar finalidades subjetivas, que pretendem uma alteração de comportamento dos envolvidos em favor da melhoria da qualidade educacional. Posto isso, apresenta-se a relevância do presente trabalho, no sentido de demonstrar, mediante pesquisa bibliográfica e documental que a autoavaliação institucional pode ser analisada não apenas sob a perspectiva gerencial, mas também na sua concepção pedagógica, com base em conceitos e teorias da gestão democrática nos Institutos Federais.

Para tanto, porém, é necessário que a comunidade acadêmica entenda a autoavaliação de uma maneira mais ampla, de acordo com a percepção holística da matéria. Isso significa que reduzir a avaliação ao processo educacional é perder à sua dimensão sócio ideológica, fato percebido e asseverado por Souza:

O processo avaliativo deveria ser encarado como um processo de crescimento e aperfeiçoamento do homem e das instituições, com vistas à construção conhecimento, a transformação social e aos processos de democratização da sociedade. A avaliação não possui dimensão apenas pedagógica, mas também social, ideológica, gestonária, devendo então, contribuir na definição de políticas públicas educativas contemporâneas (SOUZA 2001, p.43).

Nesse sentido, tem-se que pensando a avaliação de forma ampliada, entende-se que esta é resultado de aspectos externo e interno e, por isso, deve ser analisada a partir de cada um deles, e não depreciando aqueles em favor destes. Isso porque, o desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino, traduzem história, identidade e natureza específicas, de modo tão singular, que podem ser formadas a partir de Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Vinculadas às Universidades Federais e os CEFETs (Centros Federais de Educação

Tecnológicas), bem como instituições de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PAIVA, 2015).

Isso posto, quer-se salientar a autoavaliação institucional em toda sua complexidade, extrapolando os limites regulatórios, (institucionais), para se alcançar as políticas públicas e a gestão educacional (aspectos externos à institucionalização). Ou seja, busca-se analisar, no *corpus* do presente trabalho, ora pela perspectiva qualitativa, ora pela perspectiva quantitativa, visto que, por meio do cenário holístico, a pesquisa é de fato mais pontual em relação aos resultados que apresenta. Assim, tem-se que:

A abordagem quantitativa está ancorada em pressupostos éticos, epistemológicos que expressam forte influência do rigor positivista [...] O modelo de avaliação quantitativa considera a educação como um processo tecnicista. Assume a nítida diferença entre fatos e valores, a determinação de fins e objetivos da educação e a neutralidade ética da intervenção tecnológica. A avaliação quantitativa tem, como preocupação única, comprovação do grau em que os objetivos previamente estabelecidos foram alcançados (SAUL, 1995, P.42-44).

Além disso, vale esclarecer também que o conceito de gestão abarcado vai ao encontro daquele proposto por Lück, a saber, daquele voltado para as políticas educacionais públicas:

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas e específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, compromissado com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autoconhecimento (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparências (demonstração pública de seus processos e resultados) (LÜCK, 2008, p. 35-36).

Dessa forma, a temática de avaliação educacional será apresentada por meio de uma perspectiva participativa e responsiva (PAIVA, 2015) na intenção de ressaltar que é imprescindível transformar a educação por meio de uma comunidade atuante, que constrói a história institucional através da mediação com a realidade social, ultrapassando o âmbito das Instituições de Ensino. Pode-se assim, repensar as políticas públicas educacionais, de modo que elas sejam redimensionadas nas mais diferentes articulações. Entretanto, propõe-se que se compreenda como:

A avaliação da educação superior na última década tem se manifestado através de múltiplas facetas: avaliação acadêmica dos discentes (interna e externa), relacionada ao processo ensino-aprendizagem; avaliação dos docentes (interna e externa), caracterizada pela avaliação que o discente faz do trabalho do professor, pelos índices de titulação e qualificação propostos pelos órgãos oficiais na área (notadamente pelo MEC, CAPES e CNPq) e por avaliação entre os pares, com objetivos de progressão funcional e outras finalidades ligadas à carreira docente; avaliação institucional, (devendo ligar-se à política de educação superior dentro de uma visão macro, objetivando a implementação de políticas educacionais, contando ou não com o apoio de órgãos de financiamento), avaliação de cursos (interna e externa, sendo que a primeira deveria contar com o apoio da comunidade acadêmica, e a segunda, tem sido realizada através das Comissões de Especialistas do MEC, em visitas de verificação às Instituições de Ensino Superior), avaliação de programas de pesquisa, (realizada através dos órgãos de fomento), avaliação de projetos sociais, artísticos e culturais (área de extensão), avaliação das atividades-meio (administrativas em geral) e avaliação da gestão superior, face às atuais políticas propostas, em consonância com os interesses da comunidade acadêmica (SOUZA, 2001, p.45-46).

Ao estar a par da multiplicidade de facetas que a avaliação educacional pode ter, é possível romper paradigmas que comprometem, negativamente, o sucesso da mesma, bem como promover mudanças quanto à atuação dos sujeitos envolvidos, de forma a contribuir com a efetiva proposta de gestão de qualidade, a qual é consciente das necessidades, desafios e dificuldades e, por isso mesmo, é capaz de promover uma autoavaliação emancipatória e dialógica com a realidade extra acadêmica.

Acredita-se que a autoavaliação, aplicada aos Institutos Federais, possa permitir a maior participação da comunidade (acadêmica e social), fomentando a autonomia e a descentralização das tomadas de decisão, (propostas estas da gestão democrática), além de manter o controle e a transparência das ações como um todo. Esse aspecto sintetiza o objetivo geral da pesquisa, bem como a perspectiva gerencial aplicada ao âmbito institucional/educacional no âmbito do Campus Avançado Catalão.

Além disso, pode-se ressaltar também que, a gestão educacional também demonstra o quão importante são as políticas públicas educacionais para o desenvolvimento científico e tecnológico dentro das escolas, para o dinamismo dos estabelecimentos de ensino (LÜCK, 2008). Fato que será corroborado mediante pesquisa qualitativa (levantamento bibliográfico), a qual tem como *corpus* a gestão e a autoavaliação institucional no Campus Avançado Catalão, com o propósito de sustentar a tese de que a gestão educacional e a autoavaliação, de fato, são instrumentos favoráveis à gestão educacional no referido Campus.

Contudo, por meio dessa pesquisa, quer-se melhor conhecer o objeto a ser estudado, o IF Goiano – Campus Avançado Catalão, mostrando a importância das diferentes fases de avaliação (diagnóstico, análise, julgamento e decisão), as quais possibilitam uma avaliação crítica, coerente, humana e participativa, que se materializa em concepções de mundo, formações culturais e que tem o intuito de atender a diversos interesses e não apenas aos educacionais (PAIVA, 2015, p. 22).

Sendo assim, destacar-se-á também a estreita relação entre as Instituições de Ensino Federais (IFE), ou seja, evidenciar-se-á, por meio da autoavaliação, o vínculo de proximidade entre a academia (educação) e a sociedade, entre o desenvolvimento humano individual e coletivo (SOBRINHO, 2005), seja ele direto ou indiretamente. Isso porque se trabalhará partindo da assertiva de Paiva, (2015, p. 23), que “a autoavaliação é um fenômeno ético-político”, pois o indivíduo, ao fazer parte do processo de conhecimento, forma sua própria identidade e assume o seu papel social.

Deste modo, acredita-se que a avaliação educacional deve, em caráter amplo e abrangente, além de atender as determinações do MEC, promover uma autoavaliação interna, que seja formativa, inclusiva e, principalmente, voltada para a melhoria da qualidade da educação pública, e do desenvolvimento social e econômico do país. Isso porque:

A avaliação age sobre mentalidades e as filosofias educativas, e, a partir disso, define estilos de gestão, fornece elementos para tomadas de decisão, fixa determinados tipos de currículo, valoriza programas, legitima saberes e práticas, instrumenta políticas de regulação, de seleção social e de financiamento etc. Por isso, é um campo em disputas, dentro e fora do âmbito propriamente educacional. Como muitos são valores envolvidos, é comum que a avaliação seja determinada nem tanto pelos educadores, mas, sobretudo, por grupos que detêm o poder político e econômico. [...] A complexidade da avaliação inscreve-se num campo de conflitos e de contradições, como tudo o que é social e político (SOBRINHO, 2005, p.17).

No entanto, tem-se que a preocupação com a autoavaliação institucional comporta, principalmente, o aspecto qualitativo, o qual, segundo Paiva (2015) tem como propósito compreender o fato e o contexto, para assim propor condições para a transformação do que se pretende melhorar na educação pública. Ou seja, a avaliação precisa ser compreendida dentro de um contexto organizacional, considerando a estrutura hierárquica, os processos

administrativos, pedagógicos e operacionais, a fim de atender as necessidades que envolvam todo o processo educativo dentro das instituições de ensino.

Além disso, é preciso compreender como a educação profissional e tecnológica no Brasil foi constituída, primeiramente, por meio das iniciativas dos entes federativos, por ações políticas, que foram sendo desenvolvidas e estruturadas e ampliadas em todo o âmbito nacional. Contudo, os acontecimentos históricos, os interesses políticos e do capital também precisam ser considerados, uma vez que contribuíram com toda a formação da rede federal de educação profissional científica e tecnológica durante toda à sua trajetória.

A gestão educacional nos institutos federais e a contribuição da autoavaliação institucional são temas que estão intimamente relacionados ao desenvolvimento das escolas, de acordo com as políticas públicas que conseqüentemente visam à melhoria da qualidade do ensino. Associadas neste contexto, poderão promover a modernização e o respeito à diversidade, o desenvolvimento integral do cidadão, bem como, a valorização da cultura da avaliação (AZEVEDO, 2002).

Dito isso, vale destacar que o *corpus* escolhido no presente trabalho é importante, já que considera a educação profissional e tecnológica previstas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional como modalidade educacional, que se integra aos diferentes níveis e categorias de ensino e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia para promover o desenvolvimento local, regional e, conseqüentemente, contribuir com o crescimento nacional:

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - articulada com o ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o estejam cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) (BRASIL, 2008).

Posto isso, tem-se que valores educacionais presidem as relações sociais e econômicas brasileiras, que visam investir em cursos de educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais. Vale acrescentar que esse modelo ocupacional também se articula com a educação básica e com a educação superior e, ainda, com as modalidades de educação de jovens e adultos, e de educação à distância (EAD). Ocorre também, atualmente, no Campus Avançado do IF GOIANO, na tentativa de romper com os padrões autoritários de dominação pelo modelo educacional restrito e excludente (FERREIRA & AGUIAR, 2006, p.23).

O exemplo do IF Goiano - Campus Avançado Catalão, que iniciou suas atividades acadêmicas com a oferta de cursos técnicos, comprova a tese de que o processo educacional precisa ser avaliado de forma mais sistêmica e holística, de modo a contribuir efetivamente com a oferta de uma educação de qualidade, ou seja, aquela que valoriza a formação dos alunos, sem desqualificá-los, ou mesmo perder a razão de ser (LÜCK, 2013, p. 18). Isso marca a diferença entre a avaliação institucional (prova externa, coletiva) e a do estudante (prova interna e individualizada).

A avaliação do estudante, ao ser realizada individualmente, tem como objetivo principal verificar e mensurar qual foi a aquisição das competências e habilidades adquiridas pelo discente, e qual será a perspectiva de este adquirir conhecimentos cada vez mais complexos no decorrer dos anos. A avaliação institucional, por sua vez, proporciona uma dimensão da excelência (ou não) do ensino oferecido na região pelos Institutos Federais, prevendo, inclusive, o nível (média) de profissionais que estão (e serão) formados.

Exposto isso, tem-se que esse estudo surgiu da inquietação de como tratar a qualidade da educação institucional, com foco no processo de avaliação institucional do campus Catalão. Para estudá-la, lançou-se mão da análise de instrumentos chave como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI IF Goiano 2014 – 2018), Relatórios da CPA, Relatórios de Gestão e Atas do Conselho Superior e Colégio de Dirigentes. Explorando as ações propostas naquele e descritas neste, buscou-se identificar as finalidades e os resultados alcançados no Campus Avançado Catalão, entendendo-o como um contexto de transformação institucional nas esferas políticas, sociais e culturais (PAIVA, 2015, p. 23).

Portanto, a importância da avaliação está na possibilidade do aperfeiçoamento da qualidade da educação, seja ela entendida como ensino, aprendizagem, pesquisa ou gestão (PAIVA, 2015. p. 43). Com o processo de democratização do conhecimento, ela representa uma ferramenta de transformação da sociedade. É um instrumento poderoso na formação cidadã dos indivíduos, profissional e científica, que só tem a corroborar o crescimento econômico-social do Brasil.

Nessa perspectiva, faz-se importante entender as nuances que separam os conceitos de avaliação educacional e institucional, para que a proposta da pesquisa se concretize. Assim sendo, primeiramente define-se o termo avaliação, sem derivações:

[...] entende-se a avaliação como um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas

as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento (SOBRINHO, 2005, p. 5).

Partindo dessa ideia ampliada acerca da definição de avaliação, tem-se que essa é um processo complexo, no qual são implicados muitos fatores e, por isso, vale acrescentar que essa prática não é neutra e imparcial. Ela visa o alcance do aperfeiçoamento (pessoal/institucional) e, assim, é norteada por interesses pessoais, procedimentais, e organizacionais de quem as aplica (PAIVA, 2015, p. 32). É criada embasada em objetivos e finalidades pré-estabelecidos, o que afeta diretamente a história da sociedade e os indivíduos.

Nesse sentido, afirma a supracitada autora que o processo de educação envolve uma dinâmica crítica com a realidade social, uma vez que é afetada por ela e produz efeitos nela:

Compreender a educação talvez perpassasse pela atividade crítica de se tentar observar e perceber as mudanças sociais, e em como o indivíduo buscou soluções para as necessidades básicas como se alimentar, se vestir ou se abrigar. Tais necessidades de sobrevivência suscitaram o domínio da linguagem oral, da capacidade de elaborar e transformar ideais e da formação da sociedade vinculada à dinâmica do trabalho (PAIVA, 2015, p. 34).

A partir dessa assertiva, tem-se elucidada a tese que a educação é responsável pela formação de indivíduos/sujeitos históricos, estabelecidos em um dado lugar na sociedade, de modo a participarem da realidade em que se inserem, ativa e/ou passivamente (democratização do ensino ou formação cidadã do ensino). Nessa perspectiva, a gestão educacional, enquanto democrática, se mostra de maneira abrangente, holística, uma vez que o ensino está vinculado à comunidade, e este a ele (MONTEIRO, 2006).

Além dessa ideia de democratização da educação, a qual se preocupa em propiciar condições de o indivíduo se tornar sujeito, e participar da sociedade (formação cidadã), há a concepção de avaliação associada à ideia de meritocracia (sucesso ou fracasso). Esta preocupa-se com a classificação restrita entre certo e errado, predominante na perspectiva excludente do processo de ensino-aprendizagem. Tem caráter quantitativo e não qualitativo como se pretende no presente trabalho:

A abordagem quantitativa está ancorada em pressupostos éticos, epistemológicos e metodológicos que expressam forte influência do rigor positivistas [...] O modelo de avaliação quantitativa considera a educação como um processo tecnicista. Assume a nítida diferença entre fatos e valores, a determinação de fins e objetivos da educação e a neutralidade ética da intervenção tecnológica. A avaliação quantitativa tem, como preocupação única, a comprovação do grau em que os objetivos previamente estabelecidos foram alcançados (SAUL, 1995, p. 42-44).

Esse entendimento, pautado na abordagem quantitativa, está restrito às avaliações internas, que buscam medir habilidades e competências dos discentes por automatismos, de forma técnica, em que prepondera a memória do que é convencionado como certo e errado. Essa categoria de educação não leva em consideração o pensamento crítico, a análise e o relativismo que advém desta, muitas vezes, e ainda predomina no sistema educacional brasileiro, mesmo diante de inúmeros estudos que ressaltam o maior valor do conhecimento raciocinado, aquele de fato apreendido.

Diante da diferenciação dessas duas formas diversas de entender avaliação, destaca-se o apontamento feito por Luckesi (1995, p. 172): “a avaliação tem por base acolher uma situação, para então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário”. Assim sendo, o objetivo primeiro da avaliação é diagnóstico, para em seguida tomar a decisão de melhor a situação verificada (PAIVA, 2015, p. 36).

Nesse sentido, Souza destaca como o processo de avaliação das instituições de educação superior (IES) ocorria, (de modo não científico), e adequações que tiveram que ser feitas no decurso do tempo para assegurar ao ensino validade, confiabilidade e fidedignidade:

O processo avaliativo fica reduzido ao ato de medir como ponto de partida e chegada e, até mesmo os fatos sociais precisaram ajustar-se a estes princípios, sob a pena de não serem considerados científicos. Essa postura teórico-metodológica, se constitui como a base conceitual da tendência pedagógica liberal tradicional. Essa maneira dicotômica de estudar o conhecimento humano separava o sujeito, o objeto e o contexto, e além disso, descaracterizava a contradição e a construção histórica. Com base nesses princípios, os pesquisadores deviam ajustar suas investigações a métodos estatísticos de forma que garantissem a validade, confiabilidade e fidedignidade dos seus trabalhos (SOUZA, 2001, p. 56).

No entanto, a compreensão superficial do conceito de avaliação, bem como a aplicação meramente tecnicista, a qual reduzia a qualidade do ensino, precisou ser ajustada aos princípios democráticos, de modo a não desvincular sujeito, objeto e construção histórica. Tal mudança paradigmática proporcionou ao conhecimento humano o status de científico e, portanto, válido, confiável (BITTAR; TOSI, 2015).

Diante das mudanças promovidas em relação ao melhor entendimento acerca da aceção de avaliação, Sobrinho (2005, p. 17) afirma que ela se apresenta como um fenômeno complexo, que vai além do tecnicismo para abranger e intervir na dimensão subjetiva dos indivíduos (discentes), uma vez que não se desvincula da realidade política, socioeconômica e cultural dos mesmos.

É nesse cenário de movimento/modificação que surge Belloni distinguindo os conceitos de avaliação de aprendizagem (educacional) e avaliação institucional, que também são objetos do presente estudo:

Uma primeira distinção a ser feita é aquela entre avaliação educacional – que se refere à avaliação de aprendizagem ou de desempenho escolar ou profissional, bem como à avaliação de currículos – e a avaliação institucional – que se destina à avaliação de políticas, de planos ou projetos e de instituições (BELLONI, 2000, p. 16).

Ou seja, para Belloni (2000) a avaliação de aprendizagem pode ser sintetizada como aquela desenvolvida com o corpo discente dos Institutos Federais, em que se analisam as habilidades e as competências individuais dos alunos, enquanto a avaliação institucional é aquela própria do contexto organizacional, e, portanto, foco do presente trabalho. Esta envolve um processo sistemático de busca de subsídios (em documentos públicos como o PDI- IF e dos Relatórios CPA) para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição de ensino superior em face de sua missão científica e social (PAIVA, 2015, p. 41).

Ainda acerca da avaliação institucional, Sobrinho complementa:

A avaliação institucional começa antes que seja posto em marcha um conjunto de ações e procedimentos práticos. Ela principia pela expressão de uma decisão da instituição, antes que esteja definido o seu desenho e elaborados seus instrumentos de coleta de dados e análises. Não importa que essa decisão inicial corresponda à iniciativa de um pequeno grupo, da administração superior, como é mais comum, ou de outros setores da instituição. O mais importante a considerar é que esta decisão represente ou repercuta tendências e aspirações mais ou menos difusas e latentes em boa parte da comunidade [...]. É normal que a adesão cresça à medida que o processo de discussão e de motivação avance e se torne mais perceptível. Correlatamente, uma gramática e um discurso de avaliação vão sendo construídos, adaptados ou consolidados, à medida que os processos avaliativos se põem em movimento (SOBRINHO 2000, p. 95).

Dito isso, tem-se que a avaliação institucional é uma medida política criada pela própria comunidade acadêmica e que aos poucos vai se delineando a partir das necessidades da Instituição. Para se efetivar, demanda intervenção do Estado, por meio da criação de documentos públicos, que as normatizem, e dê publicidade aos resultados. É por meio desses escritos que são possíveis pesquisas como a proposta nesse trabalho.

Assim sendo, vale acrescentar que é imprescindível entender que análise da avaliação organizacional deve ser ampla e a mais abrangente possível. Os subsídios (dados coletados e observados na pesquisa) demandam ser investigados e explicados com precisão e riqueza de detalhes, para que o *corpus* seja mais bem compreendido. Isso porque diante de uma avaliação organizacional bem feita é possível vislumbrar os problemas da Instituição pesquisada, bem como apontar soluções. Ou seja, é possível corroborar a qualidade do ensino no local analisado, e conseqüentemente, melhorar o nível de profissionais atuantes naquela localidade, favorecendo o desenvolvimento local.

O meio mais efetivo de se realizar a avaliação institucional é a autoavaliação institucional, instrumento que considera em sua análise tanto a avaliação da aprendizagem, já mencionada, como a avaliação organizacional (análise de políticas e documentos públicos).

Em função das proximidades relacionadas entre as temáticas, avaliação educacional e avaliação institucional, outros desdobramentos poderiam surgir. Entretanto, dadas as suas respectivas, naturezas que tratam de abrangências diferentes na educação, assim como em função da direção deste estudo, prosseguimos no caminho da autoavaliação institucional sob o aspecto da autoavaliação institucional. Uma primeira distinção a ser feita é aquela entre autoavaliação institucional – que se refere à avaliação de aprendizagem ou de desenvolvimento escolar ou profissional, bem como à avaliação de currículos – e a avaliação institucional – que se destina à avaliação de políticas, de planos ou projetos e de instituições (BELLONI, 2000, p.40).

Por meio da autoavaliação, as instituições obtêm diagnósticos, que auxiliam na tomada de decisões, mas também expõem seus pontos fortes e suas limitações, mostrando suas intenções, através de suas atividades diárias de ensino, pesquisa e extensão. Permite, assim, uma reflexão por parte das diferentes percepções, incluindo docentes, discentes, administrativa e social.

Nessa perspectiva, a temática autoavaliação institucional é de grande relevância para a pesquisa pela implicação que exerce no desenvolvimento científico, acadêmico, tecnológico e social. Mesmo assim, nas instituições públicas de ensino, a efetivação desse processo de verificação da qualidade da educação superior local ainda é considerada um grande desafio, por caracterizar-se como sistêmico, mas ser analisado como à parte de outros aspectos social, histórico e cultural:

(...) entende-se avaliação como um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento (BELLONI, 2000, p.15).

Por implicar em análises de múltiplos elementos, a autoavaliação institucional tornou-se uma importante ferramenta de pesquisa, uma vez que os seus resultados auxiliam no planejamento e na execução de ações, que favoreçam uma gestão educacional mais democrática e participativa. Esta só o é quando, envolve docentes, discentes, técnicos administrativos, pais e a comunidade externa, e quando visa a melhoria da qualidade do ensino nos institutos federais e da qualidade de vida da sociedade.

Como resultado de um processo holístico de análise, considerando a autoavaliação institucional e a avaliação educacional, têm condições de promoverem ajustes tanto nos aspectos formais (tecnicistas) dos Institutos Federais, quanto nos aspectos mais abstratos (implicação prática da formação acadêmica na sociedade, cognição aliada aos valores e crenças):

No campo da avaliação educacional, o ato ou efeito de medir (ligado ao objetivismo das ciências naturais) reflete os pressupostos dessa visão parcial da realidade, a análise das partes ou dos fragmentos do conhecimento adquirido. Entretanto, a avaliação é um processo global, sistemático, contínuo e participativo e que envolve os aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais. Pode lançar mão dos frutos da medida, para chegar a conclusões de desempenho, mas, não deveria ser reduzida a este processo (SOUZA, 2001, p.57).

Exposto isso, observa-se que a autoavaliação é um dos componentes principais instituídos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a avaliação das instituições. É uma avaliação interna, que tem como objetivo fornecer informações sobre a utilização de diversos indicadores de desempenho da instituição sendo formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

Entretanto, a autoavaliação inclui também aspectos externos à academia, mas que à ela estão vinculados, é o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais, que elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação são responsáveis pela oferta de educação profissional e tecnológica no país. Esses cursos foram organizados em catálogos nacionais contemplando a denominação, a carga-horária e escolaridades mínimas, o eixo tecnológico de vinculação, o perfil profissional de conclusão e a infraestrutura requerida. Recentemente, as ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) associadas ou convergentes, e as normas relacionadas à atividade profissional, também foram incorporadas a esses documentos.

Sobre a educação profissionalizante, vale acrescentar também que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) é a coordenadora nacional da política de educação profissional e tecnológica (EPT) do país. Neste sentido, sua atribuição é formular, implementar, monitorar, avaliar e induzir políticas, programas e ações de EPT. Sendo assim, esta secretaria marca o real vínculo entre a educação formal (Institutos Federais) e a empregabilidade na localidade em estudo, visto que atua em regime de colaboração com os demais sistemas de ensino e os diversos agentes sociais envolvidos na área.

Para analisar o processo de avaliação da educação profissional e tecnológica no Brasil é preciso, inicialmente, entender a sua trajetória e organização, uma vez que aquela está diretamente relacionada ao papel do Estado e seus desenvolvimentos e transformações no decorrer do tempo. Para tanto, deve-se partir da prerrogativa constitucional, que alega que a educação é direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, portanto, deve colocar em prática sua função social.

Sobre isso, Belloni apresenta a seguinte ótica:

[...] é possível desenvolver uma sistemática de avaliação que vise o aperfeiçoamento da qualidade da educação – isto é, do ensino, da aprendizagem, da pesquisa e da gestão institucional – com a finalidade de transformar a escola atual em uma instituição voltada para e comprometida com democratização do conhecimento e da educação, assim como com a transformação e é necessário aprender como implementá-la (BELLONI, 2000, p. 39).

Ou seja, o processo de autoavaliação institucional dos Institutos Federais precisa atender à prerrogativa constitucional, que garante a todos os indivíduos o direito à educação

pública de qualidade (BRASIL, 1988). Ela necessita cumprir sua função social e buscar garantir a democratização do conhecimento, tornando a qualidade do ensino brasileiro adequado aos padrões almejados. Assim, a avaliação institucional, por meio dos vários recursos que possui, possibilita que o ensino seja de fato construído e possa obter resultados efetivos na sociedade (formação profissionalizante).

A autoavaliação institucional, desse modo, dever ser compreendida como a busca constante pela qualidade do ensino e, por isso, assume uma posição de destaque dentro do processo educacional nas instituições federais de ensino superior. Ela envolve, entre outras, a análise de aspectos internos (avaliação educacional), de modo a proporcionar a identificação do que está dando certo (apontando os pontos fortes) e apresentar as imperfeições, as fragilidades, (os pontos fracos) no processo de ensino. Belloni 2000 comenta que a avaliação educacional auxilia na compreensão da avaliação institucional e de seus respectivos processos.

A autoavaliação institucional, assim, começa antes de que seja posto em marcha um conjunto de ações e procedimentos práticos. Ou seja, ela se principia, pela expressão de uma decisão da instituição, antes de que esteja definido o seu desenho, e de que estejam elaborados seus instrumentos de coleta de dados e análises. Não importa que essa decisão inicial corresponda à iniciativa de um pequeno grupo, da administração superior, como é comum, ou de outros setores da instituição. O mais importante a considerar é que esta decisão represente ou repercuta tendências e aspirações mais ou menos difusas e latentes em boa parte da comunidade.

Nesse sentido, o processo de avaliar, que acontece dentro e fora da instituição de ensino, cria a oportunidade de fazer o autoconhecimento, de grande importância, pois retrata as oportunidades, potencialidades, e limitações, que são determinantes para o desenvolvimento pedagógico e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ensino. Dito isso, busca-se romper com a herança das práticas quantitativas predominantes no sistema de ensino brasileiro:

Nessa perspectiva de entendimento, a autoavaliação não é um instrumento de coerção, punição e discriminação para aprovar ou reprovar as ações da IES, mas uma ferramenta que têm as funções de investigação, pesquisa, diagnóstico e de participação, ou seja, um caráter ativo, promovendo uma constante postura de ação-reflexão-ação sobre o cotidiano da IES e manifestando-se 'como um mecanismo de diagnóstico da situação, tendo em vista o avanço e o crescimento e não a estagnação disciplinadora' (LUCKESI, 1995, p. 32).

O autoconhecimento, advindo da ação autorreflexiva das ações praticadas no e pelo Instituto Federal, possibilita aos gestores a oportunidade de corrigir situações negativas ou que gerem desperdícios ou má aplicação de recursos, bem como a ratificação de pontos positivos identificados no processo de autoavaliação. Ele sintetiza a ação que fornece o diagnóstico do desempenho da instituição, mas é importante que seja realizado com ética e transparência, como o comprometimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade externa representantes da sociedade.

Exposto isso, tem-se que é a partir da autoavaliação que aos gestores organizacionais podem trabalhar todas as etapas subsequentes do processo de análise: momentos de sensibilização, motivação, participação, divulgação e comprometimento com os resultados, pois a autoavaliação precisa ser cíclica e permanente. Contudo, o mais importante, é que toda comunidade perceba que a autoavaliação institucional não representa apenas um instrumento de recolhimento de informações a ser apresentado para instâncias superiores, com o objetivo de cumprir uma legislação.

Entendendo a autoavaliação pela dimensão holística que apresenta, o gestor poderá utilizá-la como uma poderosa ferramenta para monitorar a qualidade do desempenho institucional, desenvolver um planejamento consciente com base no diagnóstico sobre os pontos críticos que merecem prioridade no chão da escola. Vale ainda acrescentar que esse planejamento legitima o processo de avaliação interna ao demonstrar para os segmentos envolvidos que eles estão contribuindo para o desenvolvimento institucional, através da consideração de suas participações.

No entanto, a autoavaliação não pode ser considerada um mero controle burocrático, mas uma ferramenta de administração mediadora de todo o processo de tomada de decisões, uma vez que faz parte de um processo dinâmico, contínuo e de construção colaborativa de todos os atores acadêmicos e da comunidade, cujo resultado disponibiliza uma visão ampla aos gestores sobre a realidade da sua instituição, promovendo à orientação da equipe no desenvolvimento de um planejamento mais consciente e participativo.

Frente as contribuições que a autoavaliação institucional oferece para o desenvolvimento do ensino, Fernandes (2002, p.140) ainda afirma que:

A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha sua dinâmica. Muita coisa aprende-se com esse processo. Mas o que fica de mais importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa. Todos crescem. Os dados coletados mudam, mas a vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e compromisso com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade. Avaliação Institucional é, portanto, um processo complexo e não há, pronto para consumo, um modelo ideal e único para as escolas. Ela precisa ser construída. É o desafio de uma longa caminhada possível e necessária (FERNANDES, 2002, p.140).

Diante dessas considerações, tem-se que, para que a autoavaliação seja de fato reflexiva, democrática e formativa é necessário aplicá-la principalmente de forma qualitativa. Segundo Coelho (2000), se a avaliação é inerente à existência do homem, à construção e à afirmação de sua consciência, à sua liberdade, à responsabilidade social e à ética, logo, no campo das IES (Instituições de Ensino Superior) não é diferente. Com mais razão ainda, nestas, a autoavaliação é condição fundamental para a construção e afirmação de *status* universitário, marcando sua responsabilidade social, sua identidade e sua autonomia perante o Estado. Logo, pode-se dizer que a autoavaliação não é neutra, mas um fenômeno político, conforme dispõe Demo (1996, p.33):

A avaliação não é um fim em si. É expediente processual e metodológico, que recebe sua maior razão de ser dos fins a que se destina. Com isto não afirmamos que avaliação expressaria, em si, alguma tendência à neutralidade, como se existisse neutralidade científica. Ao contrário queremos acentuar que a avaliação é intrinsecamente fenômeno político, ainda que, para ser adequadamente político, precise da instrumentação conveniente por parte do conhecimento. O apelo ao conhecimento questionador não a torna asséptica. Na verdade, a torna tanto mais política (DEMO, 1996, p. 33).

Ou seja, em seu conjunto, os processos avaliativos constituem um sistema que permite a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. Essa ideia é evidenciada pelos documentos públicos utilizados na autoavaliação, como o PDI:

Com o objetivo de reforçar o processo de crescimento em práticas de gestão, o Ministério da Educação, por meio do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, instituiu, como parte integrante do processo avaliativo das Instituições de Ensino

Superior (IES), a elaboração do PDI, instrumento de gestão e planejamento estratégico nessas instituições. O planejamento estratégico faz com que a instituição defina seus objetivos para curto, médio e longo prazos; bem como repense constantemente as visões que têm de si e estabeleça as ações necessárias para o alcance de seus objetivos.

Dessa forma, o IF Goiano estabelece sua filosofia de trabalho, seus referenciais estratégicos, suas metas e objetivos, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver, comunicando às partes interessadas os caminhos a serem trilhados nos próximos anos em suas várias áreas de atuação. Assim, o IF Goiano terá a oportunidade de alcançar um novo patamar de excelência institucional, tendo para si as experiências passadas até o momento e o conhecimento do presente para a construção do futuro (PDI IF Goiano (2014 – 2018), p.27).

Exposto isso, tem-se que, cabe aos gestores, por meio do planejamento estratégico, envolverem a comunidade de docentes, discentes e técnicos administrativos, com o objetivo trabalhar em conjunto para elaboração de planos e realização de ações estratégicas que promovam a melhoria da qualidade do ensino e promova o bem-estar social por meio de condições que minimizem a evasão escolar e forneça mão de obra qualificada para atender as demandas do mercado de trabalho local e regional.

A autoavaliação institucional, assim, deve ser orientada como um processo holístico, sistêmico e permanente, em que as responsabilidades por sua consecução e execução sejam atribuídas aos atores participantes, que colaboram com o desenvolvimento das instituições. A condução desse processo precisa ser eficiente para sistematizar e organizar o levantamento das informações, que possibilitem analisar os significados de suas ações, realizações e formas de administrar, de modo a identificar quais são os pontos fracos que precisam ser desenvolvidos e melhorados, bem como os pontos fortes e potencialidades que serão utilizadas em conjunto na elaboração de estratégias que favoreçam a superação de obstáculos e na solução de problemas dentro das escolas, tendo como foco melhorar a qualidade do ensino.

Diante dessas circunstâncias, a autoavaliação institucional poderá ser utilizada como uma importante ferramenta para viabilizar tanto o desenvolvimento, quanto o acompanhamento das ações pedagógicas e administrativas que são processos dinâmicos dentro das escolas. Nesse sentido, a avaliação interna deve ser compreendida como um processo cíclico, que favoreça a renovação da interpretação das dimensões que definem as instituições de ensino como centros de formação de cidadãos, que servirão às demandas econômicas e sociais.

A autoavaliação, portanto, deve ser compreendida com um processo contínuo e renovador no qual as escolas constroem também o conhecimento sobre a sua própria realidade, com o objetivo de compreender os significados do conjunto de suas atividades que poderão contribuir com a melhoria da qualidade da educação e promover maior relevância social. Deve ser orientada pela valorização de sua missão pública, pela promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Dito isso, acredita-se que, pelo *corpus* escolhido, é possível consolidar a ideia de que a autoavaliação institucional é fundamental para promover o desenvolvimento dos Institutos Federais, uma vez que todas unidades de ensino do IF Goiano mesmo que estejam subordinadas a Reitoria, cada Campus é responsável pela oferta de cursos com qualidade, que poderão auxiliar na formação de mão de obra qualificada, capaz de atender boa parte das demandas do mercado de trabalho local e, conseqüentemente, colaborar com o desenvolvimento da região em que estão inseridas essas escolas.

Para tanto, faz-se necessário conhecer os pressupostos conceituais, legais, históricos e metodológicos, da autoavaliação institucional, na prática estão contemplados nos documentos

oficiais para o Campus Avançado Catalão tais como: PDI IF GOIANO (2014 – 2018), os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), entre outros, de modo a observar de que forma ocorrem as contribuições tanto da gestão educacional, quanto da autoavaliação institucional nesse processo e, conseqüentemente, o que de fato promove a melhoria da qualidade do ensino no IF Goiano.

Nesse sentido, o presente trabalho será desenvolvido a partir de dois capítulos básicos, um que trata acerca da importância da gestão educacional e da autoavaliação institucional, e outro voltado para o histórico do *corpus* escolhido, bem como para a análise documental do referente ao processo de implantação do IF Goiano - Campus Avançado Catalão. Vale acrescentar que tal pesquisa é pioneira nessa unidade de ensino tendo como objetivo investigar como foi executado o planejamento institucional e quais foram os desafios, bem como foram realizadas as ações da gestão em relação à temática escolhida.

O capítulo seguinte buscou analisar a partir da pesquisa documental e teórica, uma forma de organização acadêmica que se consolidou a partir de 2008, os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (Institutos Federais - IFs), o IF Goiano neste contexto e o Campus Avançado Catalão, que foi o *locus* principal dessa investigação.

5 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA— CONCEPÇÕES E ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO E AVALIAÇÃO, SUA CRIAÇÃO E O IF GOIANO

O objetivo deste capítulo foi descrever características gerais dos Institutos Federais aspectos legais e apresentar o contexto sócio-econômico-político do IF Goiano. Nesse sentido, para o desenvolvimento desse capítulo, optou-se por realizar um estudo documental, com o objetivo de investigar a história, a criação, abrangência e atividades do IF Goiano e seus campi, mais detalhadamente do Campus Avançado Catalão que foi escolhido como corpus dessa pesquisa. Lançando-se mão do Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI - IFGOIANO (2014 – 2018), Relatórios de Gestão IF Goiano, Relatórios CPA (Triênio 2015 – 2017), que são os documentos oficiais publicados que constam as informações referentes a implantação do IF Goiano Campus Avançado na cidade de Catalão.

5.1 O IF Goiano - Antecedentes da Criação do Campus Catalão

Conforme as informações obtidas na pesquisa documental que foi realizada no PDI (2014 – 2018), as escolas federais que atualmente constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil tiveram as suas origens, em grande parte, das primeiras escolas de aprendizes artífices que foram instituídas por meio de um decreto presidencial de 1909, emitido naquela época o pelo Presidente Nilo Peçanha. Inicialmente, eram 19 escolas que foram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (MNAIC), mas em 1930, essas foram transferidas para a supervisão do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). E, em 1937, essas instituições de ensino foram transformadas nos Liceus Industriais. Esse fato, ocorreu, no período de um ano após o ensino profissional ser considerado de nível médio. Em 1942, aqueles Liceus Indústrias também passam a se chamar escolas industriais e técnicas e em 1959, essas instituições de ensino técnicos federais foram reconfiguradas e receberam o status de autarquias.

No decorrer dos próximos anos, formou-se uma rede de Escolas Agrotécnicas Federais que ficaram mais conhecidas como Escolas Agrícolas. Sendo assim, a oferta do ensino técnico no Brasil obteve maior ênfase, numa época em que o país estava em pleno desenvolvimento tanto agrícola, quanto industrial e assim necessitava ampliar a capacitação de futuros profissionais para formar de mão de obra técnica qualificada e especializada com o objetivo de atender essa demanda.

A princípio a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi vislumbrada como um instrumento de política voltado para atender as classes menos favorecidas, mas no decorrer de sua história essa Rede Federal de Educação se consolidou e hoje configura-se como uma importante estrutura para que a sociedade brasileira tenha o efetivo acesso as mais diversas conquistas científicas e tecnológicas que foram desenvolvidas ao longo de sua história.

Entretanto, a partir da década de 1980, surge no Brasil um novo cenário econômico e produtivo por meio do desenvolvimento de novas tecnologias que foram agregadas aos processos de produção das indústrias, do agronegócio e também da prestação de serviços de modo geral. Contudo, para atender essas novas demanda, as instituições de educação profissional tiveram que diversificar seus programas e cursos com o objetivo de elevar os níveis da qualidade do ensino. Nesse sentido, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode assumir um novo valor estratégico para promover o desenvolvimento em âmbito nacional e tendo esse fator o resultado das transformações econômicas das últimas décadas.

Atualmente, a Rede Federal cobre todo o território nacional e se estruturou para prestar seus serviços na área da educação para a população brasileira, dando continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar

pesquisa e desenvolver e criar novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo atendendo as necessidades regionais.

Sendo assim, em 29 de dezembro de 2008, havia um total de 31 centros federais de educação tecnológica (CEFETs), mais 75 unidades descentralizadas de ensino (UNEDs), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e mais 8 escolas vinculadas a universidades que foram transformadas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Assim, foi concebido o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), por meio dessas novas adequações promovidas pelo governo e que criou a instituição por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com outros 37 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas novas autarquias são o resultado do projeto do governo federal de reorganização para promover a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, iniciados em abril de 2005.

Conforme a disposição legal, o Estado de Goiás recebeu duas Instituições de Federais de Ensino sendo, o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e o Instituto Federal de Goiás (IFG). O IF Goiano reuniu os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) de Rio Verde, de Urutaí e sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos que na época estava vinculada administrativa a escola de Urutaí, mais a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE), sendo esses todos provenientes de antigas escolas agrícolas. Como órgão de administração central, o IF Goiano concebeu sua Reitoria na Capital do Estado em Goiânia. Em 2010, houve a inauguração do Campus na cidade de Iporá que inicialmente começou suas atividades acadêmicas como UNED do Campus Rio Verde, mas com o apoio de autoridades políticas da sua região conseguiu a autorização do MEC para Campus.

No ano de 2013, o IF Goiano conforme autorizado pelo MEC, seguiu com seu processo de expansão criando três novas unidades de ensino que iniciaram as suas atividades acadêmicas nas cidades de Campos Belos, Posse e Trindade na modalidade de Campus em Implantação contando com 26 técnicos administrativos e 40 professores em cada unidade. Além destas escolas, em 2014, o IF Goiano também continuou ampliando as suas unidades de ensino com a criação de mais quatro Campus Avançados, nas cidades de Catalão, Cristalina, Ipameri e Hidrolândia contando com 13 técnicos administrativos e 20 professores, totalizando doze unidades de ensino no Estado de Goiás. Sobre eles, mais especificamente sobre os recursos destinados à expansão em questão, o Relatório de CPA do IF Goiano (2015-2017) dispõe:

Convém salientar que os campi avançados (Ipameri, Cristalina, Catalão e Hidrolândia) e os campi da expansão (Trindade, Campos Belos e Posse) possuem um orçamento mínimo e, em virtude disso, praticamente são mantidos com o orçamento da Reitoria, então essa retenção dos recursos de custeios influenciou de forma negativa na execução orçamentária do IF Goiano no ano triênio.

Outro fato que há que ser citado é o contingenciamento de 47% dos recursos destinados aos investimentos, que afetou a implantação e consolidação dos campi novos, bem como a reestruturação dos já existentes, prejudicando a ampliação física das unidades da Instituição, a aquisição de equipamentos para laboratórios, salas de aulas e salas administrativas, haja vista que os recursos de investimentos são escassos e essa redução fez com que todo o planejamento de modernização da Instituição tivesse que ser refeito, com o intuito de atender às demandas urgentes da Instituição, o que acaba por prejudicar todo o planejamento de médio e longo prazos da Instituição (RELATÓRIO CPA IF GOIANO Triênio 2015 -2017 páginas 166 e 167).

De acordo com as ações do governo federal, o IF Goiano também foi constituído com o status de autarquia federal, possuindo sua autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparando sua estrutura às universidades federais.

Portanto, permitindo-lhe ofertar cursos de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, com especialidade em educação profissional e tecnológica (EPT) nas diferentes modalidades de ensino na sua área de abrangência no Estado de Goiás e consequentemente conseguindo ampliar o seu atendimento nas suas unidades de ensino.

Sendo assim, os cursos de graduação da Instituição prevaleceram tradicionalmente os cursos de Tecnologia, especialmente na área de Agropecuária, e os de bacharelado e licenciatura. Nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, o IF Goiano oferta preferencialmente cursos integrados, para atender tanto o público de jovens, quanto o público de adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PNIEPT) na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (Proeja). Além disso, a instituição também oferece em algumas de suas unidades cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.

O IF Goiano também fez uma parceria com a Rede e-Tec Brasil que foi criada em 2011 pelo MEC por meio do Decreto nº 7.589 em substituição ao Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) e desde 2012 começou a ofertar vários Cursos Técnicos na modalidade semipresencial, segundo os pressupostos e normatizações da Educação a Distância. Assim, a instituição começou a ofertar cursos em EaD em todas as microrregiões geográficas do Estado de Goiás, alcançando mais de 60 municípios que posteriormente firmaram parceria para realizar a abertura de 55 Polos EaD que juntos conseguem atender aproximadamente sete mil discentes.

Em 2018 o IF Goiano é constituído pela unidade gestora representada pela Reitoria que está instalada na Capital do Estado Goiânia e pelos seguintes campi: Ceres, Iporá, Morrinhos, Rio Verde, Urutaí, Campos Belos, Cristalina, Posse, Trindade, pelos Campus Avançados de Catalão, Hidrolândia e Ipameri, além de uma unidade no Projeto Arco Norte/Cana-de-açúcar que foi criada e instalada na cidade de Rio Verde em 2014.

Segundo dados do MEC (2019), a Rede Federal já possuía neste ano mais de 661 unidades de ensino, sendo que estas estão vinculadas a 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II, que estabeleceu-se um novo padrão para promover a ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica em todo país.

Contudo, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, hoje compõe o sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, sendo essa, instituída pela reunião de um conjunto de instituições: I – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; III – Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (CEFET – RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); IV – Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e V – Colégio Pedro II. De acordo com essa composição e conforme está disposto no Portal do MEC:

Essas instituições possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. No âmbito do Ministério da Educação, compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) o planejamento e o desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo a garantia de adequada disponibilidade orçamentária e financeira. Reserva de matrículas: As instituições da Rede Federal seguem as determinações da Lei nº 12.711 de 2012, com a reserva de 50% das vagas a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, sejam matriculados em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Ainda, metade delas é voltada para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita. Em ambos os casos, também são levados em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas na

Unidade Federada, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São também de responsabilidade das instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica (IFs) a implantação de programas de educação de jovens e adultos, conforme previsto no Decreto nº 5.840/2006, de criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A oferta nessa modalidade pelos Institutos deve alcançar pelo menos 10% do total das vagas de ingresso da instituição. Esta meta do PROEJA contribuiu para o atendimento de um dos objetivos dos IFs estabelecidos em sua lei de criação (Lei nº 11.892/2011) de atender ao público da educação de jovens e adultos nesta forma integrada de oferta (<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/> Acesso em 01/03/2020).

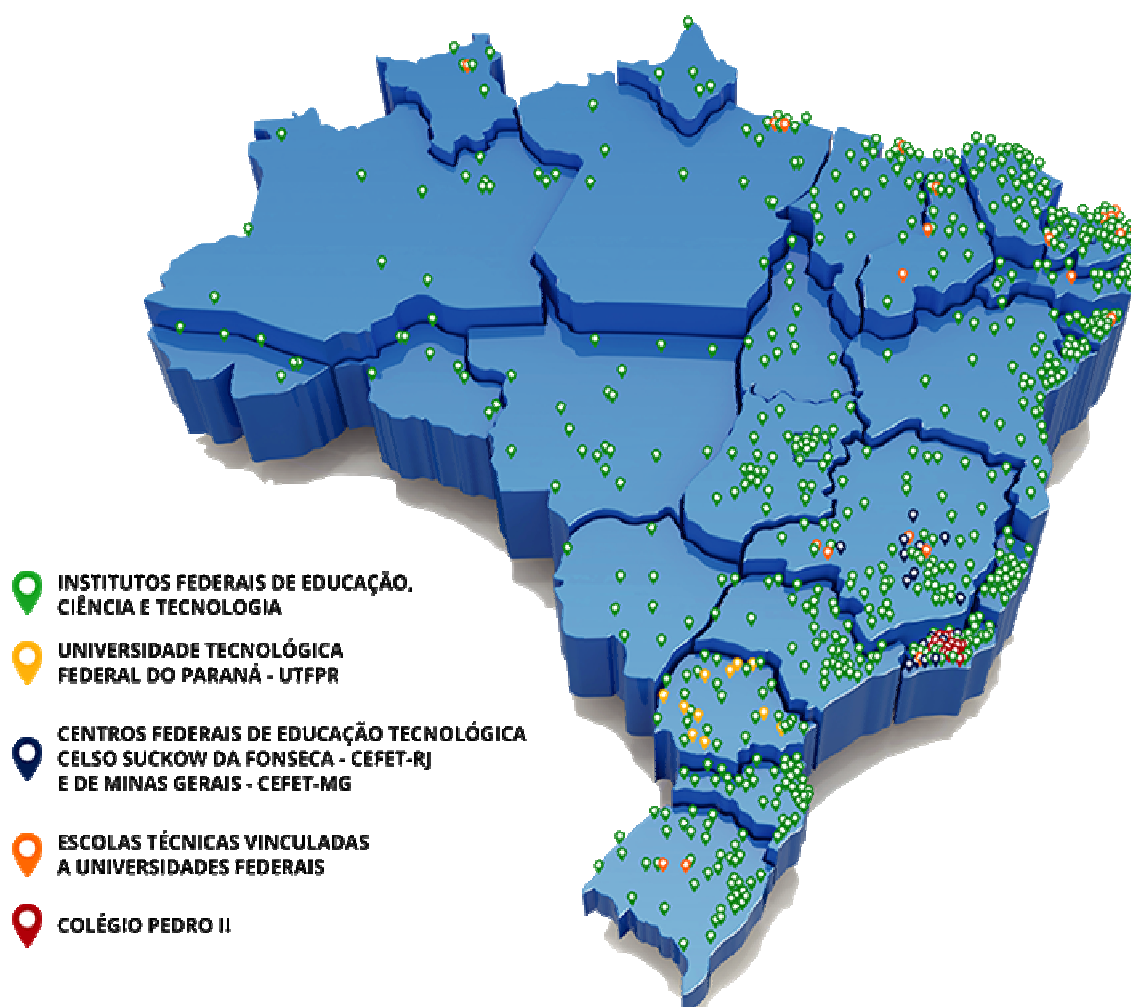


Figura 01 – Distribuição geográfica dos Institutos Federais no território brasileiro.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes/> Acesso em 01/03/2020.

A Rede Federal também é reconhecida tanto pela qualidade do ensino que é ofertado, quanto pela diversidade de cursos e também por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, atua no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer, favorecendo o desenvolvimento social e econômico da sociedade brasileira.

Durante toda a trajetória de desenvolvimento no âmbito do sistema federal de ensino que foi apresentada nessa pesquisa, ainda em 2019, o Governo Federal publicou a Medida Provisória (MP) nº 914 de 24 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das

universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II e conforme o texto publicado, o presidente poderá não acatar o nome mais votado da lista tríplice de candidatos apresentada pela instituição.

De acordo com as informações publicadas no site da Agência do Senado, a MP também estabelece que a consulta à comunidade acadêmica para a formação da lista tríplice para reitor passa a ser obrigatória e será feita, preferencialmente, de forma eletrônica. Nesse sentido, o MEC divulgará quais serão os critérios exigidos para assegurar a integridade, a confidencialidade e a autenticidade dos processos desse processo de votação eletrônica.

No entanto, a Medida Provisória (MP) já está em vigor, mas precisa ser confirmada pelo Congresso Nacional em até 120 dias, mas durante o recesso parlamentar, esses prazos ficarão suspensos, uma vez que o Parlamento só voltou aos trabalhos no dia 2 de fevereiro de 2020. O processo ainda não foi efetivado e as entidades científicas na área de Educação e as universidades públicas são na maioria contra o projeto, pois fere a autonomia universitária expressa na constituição Brasileira de 1988 e não respeita os pressupostos da gestão democrática e da eleição direta de Reitores e Gestores, historicamente conquistado pelas instituições públicas no Brasil.

Em seu Artigo 207, a Carta Magna garante que as universidades detêm “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, obedecendo ao princípio de “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. “Tal procedimento ocorreu sem qualquer diálogo anterior com a comunidade acadêmica e não atende às prescrições constitucionais”, argumentam as entidades na nota (<http://www.anped.org.br/news/entidades-cientificas-endossam-nota-contra-mp-914-que-altera-o-processo-de-escolha-dos/> Acesso em 31/03/2020).

Neste modelo de processo eleitoral o voto continuará sendo facultativo. Entretanto, será dado pelos servidores efetivos do corpo docente de cada instituição, que terão o peso de 70% na escolha dos nomes, os servidores efetivos técnico-administrativos e os alunos terão respectivamente o peso de 15%. Pelo novo critério, o percentual de votação final do candidato passará a se basear na média ponderada de cada segmento.

Com as novas regras o cargo de reitor só poderá ser disputado pelos professores que ocupam cargo efetivo em cada instituição federal. Portanto, os reitores também poderão escolher o vice-reitor entre os demais docentes, assim como os diretores-gerais dos Campi. Porém, a MP proíbe a reeleição de reitores, assim como o professor que tenha substituído o reitor por mais de um ano não poderá concorrer na eleição seguinte e os candidatos também não poderão ser enquadrados na Lei da Ficha Limpa.

Contudo, também consta no texto dessa MP as regras para a designação de Reitor Pro tempore, a ser escolhido pelo ministro da Educação quando houver vacância simultânea dos cargos de reitor e vice-reitor ou quando for impossível homologar o resultado da votação em razão de irregularidades verificadas no processo de consulta.

Enfim, durante o processo histórico de desenvolvimento da Rede Federal de Ensino, as ações políticas determinaram as regras e os direcionamentos que podem impactar de forma positiva ou negativa e que conseqüentemente influenciam na autonomia e participação da comunidade acadêmica, bem como na manutenção da oferta do ensino público gratuito e com qualidade conforme está previsto na Constituição Federal brasileira de 1988.

Após a constituição do IF Goiano de acordo com o devido processo legal apresentado nessa pesquisa, segue conforme consta no PDI IF Goiano (2014 – 2018), uma síntese do histórico de cada Campus, para compreensão do desenvolvimento e ampliação do IF Goiano durante o seu processo de expansão, sendo apresentados neste capítulo os Campi do IF Goiano seguindo a sua ordem cronológica de criação dos Campi do IF Goiano conforme segue: Urutaí, Ceres, Morrinhos, Iporá, Rio Verde, Trindade, Campos Belos, Posse, e por último os Campus Avançados Cristalina Hidrolândia,

Ipameri e Catalão, que foi apresentado de forma mais detalhada, uma vez que o processo de implantação do Campus Avançado Catalão foi escolhido como delimitação central desse estudo.

Inicialmente, a Escola Agrotécnica Federal de Urutaí foi constituída sob a forma de Autarquia Federal (Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993), vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC). A partir de 1997, foi implantada a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Morrinhos – GO, um projeto de parceria entre a União, o Estado e os municípios de Urutaí e Morrinhos.

Em 1999, foi implantado no Campus Urutaí o curso de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, inserindo na realidade da instituição o ensino superior, mesmo antes de sua transformação em uma Instituição de Ensino Superior (IES).

A escola se tornou Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí por meio do Decreto Presidencial de 16 de agosto de 2002 e com o Decreto nº 5225, de 1º de outubro de 2004 passou a ser uma IES. Assim, em 2003, houve a oferta do curso superior de Tecnologia em Sistemas de Informação, hoje denominado de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Em 2006, foi realizado o primeiro vestibular para o curso superior de Tecnologia em Alimentos, sendo que, em 2007, foram criados dois novos cursos superiores de tecnologia: Gestão Ambiental e Gestão da Tecnologia da Informação.

Após a criação do IF Goiano em 29 de dezembro de 2008, o Campus Urutaí também passou a ofertar os cursos de Bacharelado em Agronomia, Engenharia Agrícola e Medicina Veterinária e as Licenciaturas em Ciências Biológicas, Matemática e Química.

Instalado em uma área de 512 ha na região da estrada de ferro, no Sudeste Goiano, o Campus Urutaí completou no mês de julho de 2013, 60 anos de excelência na educação profissional, com vistas a ampliar a oferta de cursos técnicos na região.

O campus Rio Verde localiza-se na região Sudoeste do Estado de Goiás, a 220 km da capital do Estado e possui uma área total de 219 há.

Suas instalações abrigam a sede administrativa, dependências e espaços de formação profissional. Embora ainda não possua Unidades Descentralizadas, ressalta-se que a área de abrangência dessa instituição engloba, além do município de Rio Verde, outros 27 municípios da Região Sudoeste Goiana.

A escola em Rio Verde teve seu início a partir do Ginásio Agrícola de Rio Verde, autorizado a funcionar, pelo MEC, em 27 de abril de 1967. Em 25 de janeiro de 1968, o Decreto 62.178 institui a Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde (EAFRV), em substituição ao Ginásio Agrícola de Rio Verde.

Essa unidade de ensino começou a oferecer o curso Técnico Agrícola, com habilitação em Agropecuária, em nível de segundo grau, como curso regular com duração de 03 (três) anos, cujo reconhecimento oficial ocorreu por meio da Portaria 58, de 30 de julho de 1980, emitida pelo MEC.

Em 1981, em consonância com o II Plano Setorial de Educação e Cultura, o MEC autorizou a Escola a oferecer o ensino técnico, modalidade supletivo, para o curso Técnico Agrícola com habilitação em Agricultura, Leite e Derivados. Com isso, a Escola passou a ter uma importância ainda maior no processo de qualificação e formação de recursos humanos para a Região Centro-Oeste.

Em 1993, por meio da Lei 8.731, de 16 de novembro, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 17 de novembro do mesmo ano, a EAFRV muda de designação pública administrativa, passando de Administração Direta para Autarquia Federal, ligada ao Ministério da Educação.

A partir de 1997, a EAFRV, por meio de convênio com o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), implanta a Reforma da Educação Profissional, projeto do MEC que tem o apoio financeiro internacional e contrapartida nacional e amplia a oferta de cursos à comunidade. A partir de então, passa a formar profissionais nos cursos Técnicos: em

Agropecuária, Agricultura, Zootecnia, Agroindústria, Administração, Contabilidade, Secretariado e Informática.

Em 18 de dezembro de 2002, a EAFRV cumpre mais uma etapa de sua história rumo a uma maior interação com a comunidade, sendo transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde, condição que expande as possibilidades para esta instituição, no que diz respeito à autorização de funcionamento e, em 29 de dezembro de 2008, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde, foi transformado em IF Goiano Campus Rio Verde.

A apresentação da trajetória do Campus Ceres iniciou-se no ano de 1986, quando foi encaminhado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que solicitava a criação da Escola Agrotécnica Federal de Ceres, o qual foi aprovado posteriormente. Assim, em setembro desse mesmo ano, foi publicado o edital de concorrência pública para iniciar as obras de construção do prédio próprio da escola. Assim, dando andamento nas atividades administrativas, após a aprovação do projeto da Escola, no dia 04 de setembro de 1987 houve o lançamento da maquete e no dia 29 de outubro de 1988, o contrato foi sacramentado no Plenário da Câmara Municipal de Ceres para iniciarem as obras e viabilizar a construção do prédio próprio que começaram as serem executadas no dia 1º de novembro desse mesmo ano.

A cidade de Ceres - Go está localizada no médio norte de Goiás, na Mesorregião do Centro Goiano, Microrregião do município, a uma distância de aproximadamente 170 km da Capital Goiânia, ocupando uma área de 214.322 km², o campus situa-se na referida cidade, na Rodovia GO – 154, Km 03. Essa região é composta por 22 municípios, com população de, aproximadamente, 250 mil habitantes e a economia local está concentrada no setor terciário, sobretudo serviços na área da saúde, seguido pelo setor secundário e, por fim, o primário.

A Escola Agrotécnica Federal de Ceres, foi criada em 30 de junho de 1993, pelo Decreto 8.670 e depois transformada em Autarquia pela Lei 8.731, de 16 de novembro de 1993, à sua inauguração ocorreu em 30 de janeiro de 1994, naquela época houve o ingresso da primeira turma para o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no dia 06 de março de 1995.

A partir do ano de 1998, quando houve a reforma na Educação Profissional e essa escola passou a oferecer o curso Técnico em Agropecuária concomitante com o Ensino Médio. No entanto, em função de novas demandas que foram apresentadas pela comunidade, em 2001, houve expansão na oferta de cursos, sendo criados Cursos Técnicos em Informática, Agroindústria, Agricultura e Zootecnia. Em 2005, foi criado também o Curso Técnico em Meio Ambiente, esses eram ofertados em diversas modalidades, consequentemente ampliando as áreas de atuação dessa escola. Nesse mesmo ano, também foi criado o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Em 2006, foi implantou no Campus de Ceres o Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e, em 2008, transformada a escola foi transformada em campus do IF Goiano, em função da reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica, proposta pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

No tocante aos cursos superiores, foram elaborados os projetos em Agronomia (Bacharelado) e de Licenciatura em Ciências Biológicas, ambos com previsão de realização de vestibular ainda no ano de 2009, porém, apenas a Licenciatura iniciou-se nesse ano. Em 2010, implantou-se o curso de Agronomia e, no ano de 2011, os cursos de Licenciatura em Química e Bacharelado em Zootecnia.

O Campus Morrinhos foi criado inicialmente como Escola Agrotécnica Federal de Urutaí - Unidade Descentralizada (UNED) de Morrinhos, como resultado da parceria entre o Governo Federal, o Governo do Estado e a Prefeitura do Município de Morrinhos. Posteriormente, as escolas técnicas passaram por mudanças em todo o Brasil e a unidade passou a se chamar Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Urutaí – UNED – Morrinhos.

No entanto, o Campus Morrinhos iniciou o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas no ano de 1997 e, atualmente, é a única instituição pública federal promotora de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na região Sul de Goiás, nas áreas de Ciências Agrárias, Alimentos, Pedagogia e Informática. Em dezembro de 2008, a UNED – Morrinhos passou a se chamar Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, de acordo com o disposto na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país. A Unidade está situada na Cidade de Morrinhos, Região Sul Goiano, às margens da Rodovia BR-153, Km 633, Zona Rural, a 120 Km de Goiânia, capital do Estado de Goiás. A economia do município baseia-se em três principais atividades: agricultura, pecuária e indústria processadora de alimentos (agroindústria).

O Campus Iporá, inaugurado em 01 de fevereiro de 2010, está localizado na região Oeste de Goiás e situado às margens da rodovia estadual GO – 060 e distante 2 km do centro comercial da cidade e 222 km da capital Goiânia. Esta unidade de ensino possui uma característica diferente dos outros campi do IF Goiano, uma vez que há 2 unidades funcionais: sendo uma onde está instalada a sede administrativa, com suas dependências e espaços de formação profissional e a outra é a fazenda escola que está localizada a 2 km da sede administrativa.

As primeiras turmas, dos cursos técnicos em agropecuária e informática, iniciaram suas atividades acadêmicas em agosto do mesmo de 2010 e em 2011, iniciaram os cursos: Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Secretariado, Técnico em Química e a Licenciatura em Química e em 2012, mais dois cursos passaram a ser ofertados: Tecnologia em Agronegócios e Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Desde 2013, a oferta de cursos em EAD - Educação a Distância tem se consolidado e, com a expansão do campus e a verticalização do ensino, criou-se, em 2013, os cursos superiores: Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Agronomia em 2014.

No dia 16 de agosto de 2011, no Palácio do Planalto, em Brasília, tendo como convidados reitores das Universidades e Institutos Federais, além de prefeitos e secretários de educação dos 25 municípios brasileiros que receberiam *campus* dos Institutos e Universidades Federais, foi anunciada pela Presidenta Dilma Rousseff, a fase III da expansão da rede federal de educação.

Com o objetivo de atender a política de expansão, foi agendada reunião entre o Instituto Federal Goiano e a Prefeitura de Trindade para realização de audiência pública com os segmentos organizados e a comunidade do município, ação que resultou na assinatura do Termo de Compromisso de doação da área, pela Prefeitura de Trindade, para construção do Campus Trindade.

O Campus Trindade de acordo com o compromisso firmado entre o IF Goiano e a Prefeitura de Trindade, foi aprovada a Lei Municipal nº1433 que consolidou a doação da área para a construção do Campus Trindade. Sendo que para realizar as devidas exigências legais a escritura dessa unidade de ensino foi lavrada no Cartório Augusto Costa, 1º. Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis, em Trindade, sob o código de escritura nº. 011, anotada no Livro 000471-n, folhas 185/188.

O Campus Campos Belos está situado no Nordeste Goiano no Município de Campos Belos – GO que estabelece fronteiras com o Estado do Tocantins e Bahia por meio da Serra Geral. Essa região, banhada pelo Rio Paranã, abrange, também, os municípios de Monte Alegre, Teresina, Cavalcante, Divinópolis e São Domingos. Seus municípios compõem o Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros.

Esta unidade de ensino está localizada no Centro Empresarial do referido município e, em suas dependências, as aulas foram iniciadas em agosto de 2014, sendo ofertado o Curso Técnico em Informática na modalidade concomitante/subsequente. Foram disponibilizadas quarenta vagas para o período matutino e quarenta vagas para o período vespertino. Para 2015, além dos cursos regulares, pretende-se oferecer, por meio de parcerias com outras unidades de ensino, os seguintes cursos na modalidade Educação a Distância (EaD): Técnico

em Meio Ambiente, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Administração. Acrescenta-se também os cursos do Pronatec/Mulheres Mil.

As atividades do Campus Posse ocorreram no ano de 2013, com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e, em 2014, com a primeira turma do Curso Técnico em Informática, na modalidade subsequente.

A Cidade de Posse localiza-se no Nordeste Goiano a 514 km de Goiânia e a 312 km da capital federal, abrangendo uma área de, aproximadamente, 2.024,537 Km². A principal via de acesso a Posse é a BR 020, conhecida por BR Juscelino Kubitschek que liga Brasília- Fortaleza, sendo uma via importante para o acesso à região Nordeste do país.

Geograficamente, o município é constituído por duas zonas distintas: a parte baixa do Vale do Paranã e a da Zona dos Gerais. Tem como limites os municípios de Iaciara, Simolândia, Guarani de Goiás, Mambaí, Buritinópolis, Alvorada do Norte e Correntina (BA).

O Campus Posse está em fase de conclusão de suas obras nas margens da Rodovia GO – 453, na Fazenda Vereda do Canto e apresenta-se como uma alternativa importante na oferta de educação profissional nessa região e tem como proposta agregar formação acadêmica à preparação acadêmica, oportunizando, ao jovem do Nordeste Goiano, conhecimento diferenciado que lhe permitirá o ingresso no mundo do trabalho e, para os que já estão inseridos, agregar-lhes novos valores, a exemplo da valorização de mão de obra qualificada pelo conhecimento profissional.

O compromisso desta unidade do IF Goiano foi realizar investimentos no Nordeste Goiano, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento da região, tornando-se instrumento de inclusão social, em parceria com a comunidade local e outros segmentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Inicialmente, o Campus Urutaí foi responsável pela expansão durante a criação dos Campus Avançados do IF Goiano e realizou a implantação de três unidades, nos municípios de Cristalina, Ipameri e Catalão, sendo que o Campus Morrinhos foi responsável pelo processo de implantação do Campus Avançado de Hidrolândia que começaram suas atividades acadêmicas em 2014. Entretanto, no ano de 2016, a gestão dos Campi Avançados foi transferida para a Reitoria do IF Goiano, conforme a legislação pertinente. O modelo de Campus Avançado definido pelo Ministério da Educação prevê o quadro de servidores limitado em 20 docentes e 13 técnico-administrativos.

De acordo com a Portaria nº 505 de 10/06/2014, do Ministro da Educação, publicada, no Diário Oficial da União em 11/06/2014, o IF Goiano conta com quatro novas unidades de Campus Avançados: Catalão, Cristalina, Hidrolândia e Ipameri. Entretanto, por meio da nota técnica nº 57/2016, após amplo diálogo entre a SETEC/MEC e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), foi apresentado o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, para Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e o Colégio Pedro II.

O modelo definido era composto por unidades, preservando-se as fases do plano de expansão da RFEPCT e respeitando-se a composição e característica de cada instituição. Com o Campus Avançados do IF Goiano, iniciou-se atividades com 20 professores e 13 técnicos administrativos.

Nessa época, a gestão orçamentária dessas escolas foi vinculada administrativamente ao Campus Urutaí, o qual ficou responsável pelas unidades de Catalão, Cristalina e Ipameri, enquanto o Campus de Morrinhos ficou responsável pela unidade de Hidrolândia.

No ano de 2016, o processo de gestão orçamentária dos Campus Avançados foi transferido para a Reitoria do IF Goiano e, com essa ação, os Diretores desses Campus puderam participar ativamente nas reuniões do Colégio de Dirigentes. Assim, em 2017, cada unidade assumiu parcialmente a sua gestão orçamentária para ser executada no próprio campus.

A partir de 2014, os Campus Avançados (Cristalina, Hidrolândia, Catalão e Ipameri) seguiram as suas trajetórias rumo ao desenvolvimento para se tornarem Campus, enfrentando os seus próprios desafios e dificuldades, sendo que cada unidade de ensino possuiu suas particularidades e características distintas. Assim sendo, as unidades avançadas se desenvolveram em ritmos diferentes, uma vez que era necessário contarem com apoio político e econômico dos municípios, do Estado e da Federação respectivamente. Tamanha estrutura contribui não só para a qualidade de ensino da região, como também para o crescimento mercadológico (agroindustrial) da mesma.

Consequentemente, tem-se que o desenvolvimento dos Campus Avançados depende direta e indiretamente de interesses políticos e não apenas do trabalho dos gestores do IF Goiano, os quais, também dependem do apoio dos Prefeitos e demais políticos do Estado de Goiás, para conseguirem emendas parlamentares em Brasília, que são encaminhadas com o objetivo de pleitear as verbas, que serão aplicadas, tanto no investimento, quanto para as obras necessárias no processo de consolidação de tais organizações educacionais.

Esta realidade pode ser mais bem compreendida após a apresentação de uma síntese do histórico para descrever por meio de um breve relato a trajetória de cada unidade avançada do IF Goiano, conforme dito anteriormente, tendo como destaque a unidade de Catalão, que foi escolhida como *corpus* dessa pesquisa.

O Campus Avançado Cristalina iniciou suas atividades acadêmicas no mês de agosto de 2014, ofertando os seguintes cursos: Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática, nessas modalidades, subsequente e concomitante. Conforme a Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, que estabeleceu diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e definiu parâmetros e normas para a sua expansão.

O Campus Avançado Cristalina promoveu o desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão, circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada. A partir do mês de janeiro de 2015, foram implantados os seguintes cursos: Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, tendo como objetivo a formação em âmbito científico, técnico e humanístico e, em 2017, implantou-se o curso de graduação em Tecnologia em Horticultura.

Nesse sentido, pode-se dizer que o objetivo desse Campus era promover a formação integral do profissional-cidadão, crítico-reflexivo, competente técnico e ético para atuar no mundo do trabalho, a partir de um compromisso efetivo com as transformações sociais, políticas e culturais. Vale ressaltar que foi o ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, quem assinou a portaria nº 448, de 15 de maio de 2018, que possibilitou a transformação de tipologia da unidade do IF Goiano, Campus Avançado Cristalina para Campus Cristalina, por meio de um apoio político, que o Diretor dessa unidade buscou em Brasília.

Com a mudança, Cristalina ampliou o seu quadro de servidores de 20 professores e 13 técnicos administrativos, para 70 docentes e 60 técnicos. Vale acrescentar, contudo que essa perspectiva ainda não se estendeu aos demais Campus Avançados, principalmente para a unidade de Catalão, que ainda apesar de apresentar prospecções prósperas, não possui prédio próprio, sendo este o primeiro requisito para a transformação da organização educacional em Campus Avançado.

Além desse acréscimo expressivo no número de servidores, é válido dizer que a mudança também possibilitou ao novo Campus do IF Goiano a oferta de novos cursos técnicos, superiores e de pós-graduação, ampliando, consequentemente, as ofertas de vagas que promoverão o aumento da quantidade de alunos, o que é um grande benefício para a comunidade da região.

O Campus Avançado Hidrolândia de acordo como o plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi criado com respaldo da Lei Municipal nº 442/2013, que

trata da doação de uma área rural, onde funcionava o Centro de Formação Agroecológico de Hidrolândia (CEFAEH), administrado e mantido pela Prefeitura do município em questão.

Inicialmente, o Campus Avançado de Hidrolândia foi vinculado administrativa e pedagogicamente ao Campus Morrinhos. Como foi mencionado anteriormente, ele está vinculado à Reitoria e oferta, prioritariamente, ensino técnico e profissionalizante, por meio de cursos técnicos modulares na área agropecuária e ambiental, além de cursos específicos para o programa Mulheres Mil, Bolsa Formação e Ensino técnico à Distância – EaD.

Contudo, objetivando a verticalização do ensino, e atendendo às prerrogativas da Lei municipal nº 442/2013, o Campus Avançado Hidrolândia oferta, desde 2016, cursos superiores de tecnologia e bacharelado. Mesmo diante do fato de esta unidade de ensino ter iniciado suas atividades em área rural, (terreno doado pela Prefeitura), vale destacar que essa condição facilita os trâmites para a transformação dessa unidade de ensino, como ocorreu em Cristalina.

O Campus Avançado Ipameri tornou-se parte integrante da estrutura organizacional do IF Goiano, por meio da Portaria nº 505 de 10/06/2014, publicada no DOU de 11/06/2014. Essa unidade de ensino iniciou suas atividades com a oferta dos Cursos Técnicos em Administração e em Informática, na modalidade presencial. Além desses cursos, oferta Cursos de Educação à Distância, em nível técnico e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e, atualmente, oferta curso de graduação em Tecnologia em Gestão Comercial.

Com a perspectiva de continuar atuando nos eixos tecnológicos de gestão e negócios e, também, de informação e comunicação, ficou prevista a oferta de novos cursos técnicos, tais como: Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Redes de Computadores, além de cursos de tecnologia, previstos nesses eixos. Sublinha-se que a área construída para o funcionamento do Campus Avançado apresenta infraestrutura preparada para a oferta de cursos de qualidade e, atualmente, também oferta curso de graduação.

O Campus conta com uma área de 29.04 hectares, doada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em dezembro de 2013. Essa área está localizada no Setor Universitário, às margens da Rodovia Lídio de Faria GO 307, no Município de Ipameri. Além dessa área, foram doados, pela Prefeitura Municipal de Ipameri, por meio da Lei Municipal nº 2.987/2014, de 24/10/2014, aproximadamente, 4,5 alqueires, que fazem divisa com a área já pertencente a este Campus Avançado, elevando, consideravelmente, sua área total, bem como favorecendo à sua transformação.

O Campus Avançado Catalão (lócus desta pesquisa) foi criado em 2013, quando foi publicada a Portaria nº 505 de 10/06/2014, do Ministro da Educação, publicada no Diário Oficial da União em 11/06/2014. Inicialmente, para viabilizar a implantação dessa unidade de ensino, o IF Goiano recebeu do Município de Catalão a doação de uma área na zona rural com 11.21 hectares, de domínio do município, às margens da Rodovia GO-330, a 7 km da Cidade de Catalão, que foi escriturada e registrada em nome do IF Goiano para realizar posteriormente a construção do prédio próprio.

No entanto, para que o Campus Avançado Catalão pudesse iniciar as suas atividades acadêmicas na cidade de Catalão, inicialmente foi concedido pela Secretaria do Estado de Goiás (SEDUCE), por meio de uma seção de uso por tempo indeterminado, uma outra área urbana, com 1.630 m² localizada na região central da cidade, onde funcionava a Escola Estadual Joaquim de Araújo e Silva, sendo essa havia desocupado esse prédio devido a problemas estruturais que afetava 50% das instalações desse prédio e também precisava de várias reformas.

Como as autoridades da Prefeitura de Catalão não ofereceu durante as negociações para implantação do Campus Avançado Catalão um prédio que possuísse as condições adequadas para iniciarem as aulas, os gestores do IF Goiano aceitaram o prédio que foi

oferecido pela SEDUCE. Sendo assim, a partir de março de 2014 o IF Goiano - Campus Avançado Catalão iniciou suas atividades acadêmicas ofertando o seu primeiro Curso Técnico em Informática concomitante, com duas turmas. Em agosto do mesmo ano, passou a ofertar, também, o Curso Técnico em Informática concomitante. Além desses, foram ofertados os Cursos de FIC (PRONATEC); Educação a Distância, em nível técnico e os cursos de Administração, Segurança do Trabalho e Logística, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e assim começaram as atividades acadêmicas em Catalão.

5.2 A Implantação do Campus Avançado Catalão do IF Goiano: Contexto, Objetivos e Desafios

Objetivo deste capítulo foi apresentar o contexto sócio-econômico-político do IF Goiano, do Campus e Avançado Catalão e do município de Catalão, destacando suas atividades acadêmicas na região em que o Campus atua.

Este capítulo foi estruturado com os seguintes tópicos: síntese das informações da cidade de Catalão para apresentar o histórico da região, os dados econômicos e sociais do município de Catalão, os desafios enfrentados durante a implantação da unidade do IF Goiano - Campus Avançado Catalão no referido município, bem como os resultados obtidos de acordo com o PDI durante o quadriênio 2014 até 2018 considerando o que foi realizado nesta unidade de ensino até 31/12/2019.

Isto posto, a apresentação de informações acerca do município de Catalão serviram como referência para que os gestores do IF Goiano pudessem analisar durante o processo de prospecção das cidades, quais seriam os municípios mais interessantes para realizarem a abertura dos novos Campus Avançados.

Essas informações foram utilizadas para fazer um levantamento do potencial econômico e social tanto das cidades, quanto das regiões e após realizarem as análises desses dados os gestores do IF Goiano estariam aptos e realizar um planejamento para desenvolver e ofertar os cursos que atendessem inicialmente as principais demandas do mercado local e regional. Nesse sentido, seguem as informações referentes ao município de Catalão.

De acordo com os registros históricos por volta de 1722 ou 1723, membros da comitiva de Bartolomeu Bueno da Silva (filho), da qual faziam parte homens de armas, cavaleiros e religiosos, fizeram uma roça nas paragens onde está hoje situada a cidade. Sabe-se que um dos membros da comitiva, de origem catalã, teria abandonado a bandeira tão logo atravessaram o rio Paranaíba.

Nos primórdios do município de Catalão, confundem-se a lenda e a história, não podendo ser fixada a data da fundação do povoado. Dizem que, penetrando o território goiano, Bartolomeu deixara, no local denominado Borda da Mata, uma cruz, que mais tarde foi transferida para uma das praças da cidade de Goiás, antiga Capital do Estado.

Contudo, foi elevado à categoria de vila com a denominação de Catalão, por Resolução do Conselho do Governo, em 01 de abril de 1833 e instalado em 12 de fevereiro de 1834. Freguesia criada com a denominação de Catalão por Lei Provincial n.º 19, de 31 de julho de 1835. Sendo então elevado à condição de cidade com a denominação de Catalão por Lei ou Resolução Provincial n.º 7, de 20 de agosto de 1859 e por meio de uma Resolução Provincial de 30 de janeiro de 1844 é criado o distrito de Santo Antônio do Rio Verde e anexado ao município de Catalão.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município de Catalão é constituído por dois distritos: Catalão e Santo Antônio do Rio Verde. Com a criação da Lei Municipal n.º 39, de 25 de janeiro de 1915, é criado o distrito de Goiandira e anexado ao município de Catalão. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01 de setembro de 1920 o município é constituído de três distritos: Catalão, Goiandira e Santo Antônio do Rio Verde.

Depois de sete anos pela criação da Lei Municipal n.º 76, de 24 de setembro de 1927, é criado o distrito de Cumari e anexado ao município de Catalão. O Decreto-lei Estadual n.º 799, de 06 de março de 1931, desmembra do município de Catalão os distritos de Goiandira e Cumari, para formarem o novo município de Goiandira. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de dois distritos: Catalão e Santo Antônio do Rio Verde. Pela Lei Municipal n.º 24, de 19-12-1948 são criados os distritos Ouvidor e Três Ranchos, ambos anexados ao município de Catalão.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950 o município é constituído de quatro distritos: Catalão, Ouvidor, Santo Antônio do Rio Verde e Três Ranchos. A Lei Estadual n.º 823, de 19-10-1953, desmembra do município de Catalão, o distrito de Três Ranchos é elevado à categoria de município, com a denominação de Paranaíba de Goiás.

A Lei Estadual n.º 824, de 19-10-1953, desmembra o município de Catalão, e surge o distrito de Ouvidor, elevando à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constituído de dois distritos: Catalão e Santo Antônio do Rio Verde. Pela Lei Municipal n.º 20, de 19-08-1963, é criado o distrito de Davinópolis e anexado ao município de Catalão.

A Lei Estadual n.º 4.928, de 14-11-1963, desmembra do município de Catalão o distrito Davinópolis, elevado à categoria de município com a denominação de Davinópolis de Goiás. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de dois distritos: Catalão e Santo Antônio do Rio Verde, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Considerando a sua localização geográfica privilegiada e a abundância de minérios, a cidade de Catalão possui uma área com a unidade territorial de 3.821,45 km².

Em relação aos demais Campus Avançados do IF Goiano, a escolha da escola de Catalão, como objeto desse estudo, foi determinada pela análise do seu histórico de implantação e o desenvolvimento das suas atividades e a perspectiva de consolidar os cursos já implantados, bem como a abertura de novos cursos para atenderem às demandas de mão de obra para a região. Nesse sentido, as tabelas a seguir apresentarão as informações do Município de Catalão de forma a propiciar um conhecimento da realidade socioeconômica e as suas potencialidades para o desenvolvimento e ampliação dessa unidade de ensino.

Tabela 1 – Dados econômicos do Município de Catalão.

PIB per capita [2017]	60.853,88 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	68 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,766
Total de receitas realizadas [2017]	410.029,29 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	322.085,26 R\$ (×1000)

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama/> Acesso em 13/05/2020.

Analisando os dados trazidos na tabela 1, nota-se a quão próspera economicamente é a Região Catalana. Percebe-se o expressivo quantitativo de dinheiro, que circula na localidade advindo de atividades das industriais e das mineradoras, que são as principais fontes geradoras de emprego e renda em toda região.

Analisando o Município de Catalão, existem muitas razões para se investir na região e que são responsáveis pelos elevados números supracitados: indústria forte, setor de serviços e comércio bastante desenvolvidos, agropecuária produtiva, além do fato de ela ser a maior província mineral do estado de Goiás. Apesar disso, pode-se dizer que a riqueza da cidade

está concentrada nas mãos de poucos (gente rica da região), o que é facilmente percebido pelo modelo econômico desigual característico de Catalão.

O município de Catalão ser econômico viável para receber incentivos e novos investimentos, ele também é o 14º mais populoso do Estado de Goiás, conforme aponta a tabela 2:

Tabela 2 – Dados da população no Município de Catalão.

População estimada [2019]	108.823 pessoas
População no último censo [2010]	86.647 pessoas
Densidade demográfica [2010]	22,67 hab/km ²

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama/> Acesso em 13/05/2020.

Observando-se os dados transcritos, tem-se que o crescimento na região é constante e contínuo, o que sugere maior número de investidores, comerciantes, população flutuante, e outros, fatores que contribuem com a economia em relação à geração de renda para o município e à empregabilidade, por exemplo, fatores evidenciados na tabela 03:

Tabela 3 – Dados referentes mercado de trabalho e renda do Município de Catalão.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	2,7 salários mínimos
Pessoal ocupado [2017]	27.340 pessoas
População ocupada [2017]	26,7%
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	28,9%

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama/> Acesso em 13/05/2020.

De posse das informações acerca dos rendimentos e do trabalho em Catalão, do período entre 2010 a 2017, observa-se que a maior parte da população sobrevive com empregos informais, que não ultrapassam um salário mínimo mensal ou está desempregada. Isso reforça ainda mais a primeira informação descrita na pesquisa: apesar de Catalão ser uma região rica, ela é marcada pela desigualdade, em que os ricos concentram a renda da localidade e os demais sobrevivem com o mínimo. Esse fato também é evidenciado pela quantidade de trabalhadores no terceiro setor, autônomos, ambulantes, predominantes na cidade.

A tabela 4 traz informações sobre a taxa de escolaridade na Cidade Catalana, (entre as crianças de seis a quatorze anos):

Tabela 4 – Dados referentes a educação da população do Município de Catalão.

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,1%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental Rede Pública [2017]	6,6
IDEB – Anos finais do ensino fundamental Rede Pública [2017]	5,3
Matrículas no ensino fundamental [2018]	12.777 matrículas
Matrículas no ensino médio [2018]	3.601 matrículas
Docentes no Ensino Fundamental	687 docentes
Docentes no Ensino Médio [2018]	279 docentes
Número de estabelecimentos do ensino fundamental [2018]	48 escolas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama/> Acesso em 13/05/2020.

Segundo essa tabela, a alfabetização no ensino básico é alta, o que representa um bom indicativo para o sucesso do Campus Avançado Catalão nos níveis técnicos até aqueles que se

referem ao Ensino Médio. Vale ainda acrescentar que, na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais (IDEB) colocava Catalão na posição 11 de 246. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 96 de 246. Isso posiciona o município na posição 168 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3514 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Com relação à saúde do município, a tabela 05 informa acerca da taxa de mortalidade infantil média na cidade, a qual é de 9,47 para 1.000 nascidos vivos:

Tabela 5 – Dados referentes a saúde da população do Município de Catalão.

Mortalidade Infantil [2017]	9,47 óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	0,7 internações por mil habitantes
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	23 estabelecimentos

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama/> Acesso em 13/05/2020.

Dentre as razões das mortalidades infantis estão o baixo número de estabelecimentos de saúde e doenças primárias, causadas pela falta de infraestrutura (diarreias). Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 127 de 246 e 126 de 246, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3009 de 5570 e 2889 de 5570, respectivamente.

Sobre essa realidade estrutural, tem mais a acrescentar a tabela 06, a qual discorre acerca do território e do ambiente da localidade em pauta:

Tabela 6 – Dados referentes ao território e ambiente do Município de Catalão.

Área da unidade territorial [2019]	3.817,927 km ²
Esgotamento sanitário adequado [2010]	53,1 %
Arborização de vias públicas [2010]	78,7 %
Urbanização de vias públicas [2010]	24 %
Bioma [2019]	Cerrado
Sistema Costeiro-Marinho [2019]	Não pertence

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama/> Acesso em 13/05/2020.

Pode-se observar que Catalão apresenta um pouco mais dos domicílios com esgotamento sanitário adequado (53%), e com vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio), menos de 25%. Esses dados quando comparados com os referentes aos outros municípios do estado, coloca Catalão na posição 42 de 246, e 18 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição fica de 2107 de 5570 e 1577 de 5570, respectivamente.

Diante da apresentação desses dados econômicos e sociais, tem-se claramente expresso que Catalão é uma região que tem tudo para prosperar. Nesse sentido, os dados econômicos e sociais do município de Catalão demonstram que a abertura de uma unidade do IF Goiano na cidade, será capaz de promover melhorias com a oferta de cursos que irão contribuir com o desenvolvimento social e econômico da região goiana, no que se refere a formação mão de obra qualificada para atender os setores das indústrias, mineração e comércio em geral.

Após a avaliação dos dados econômicos e sociais do município de Catalão os gestores do IF Goiano decidiram eleger a cidade de Catalão como apta a receber uma nova escola no modelo de campus avançado e assim cumprir com o seu plano de expansão de acordo com os requisitos do MEC.

6 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO IF GOIANO NA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO

Este tópico teve como principal objeto descrever o histórico dos desafios enfrentados pelos gestores do IF Goiano durante a implantação do Campus Avançado Catalão, considerando as dificuldades políticas encontradas desde o ano de 2014 quando houve o início de suas instalações nos prédios improvisados que possuíam condições mínimas de funcionamento e relator os fatos que ocorreram nesta unidade de ensino até 31/12/2019.

Inicialmente, durante o processo de implantação o Campus Avançado Catalão foi o primeiro campus avançado que completou o seu quadro de servidores, com o total 20 docentes e 13 técnico-administrativos, conforme Portaria nº1291, de dezembro de 2013 do MEC, que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Esse aspecto merece destaque porque foi o único elemento que o Campus Avançado Catalão teve êxito até então, mas no que se refere ao cumprimento dos requisitos exigidos pelo MEC para viabilizar a sua transformação de campus avançado para campus e assim poder ampliar os seu quadro de servidores para 40 docentes e 26 técnicos administrativos seria a aquisição do prédio próprio.

Em princípio, isso ocorreu porque, a Cidade Catalana é bem desenvolvida e está bem localizada numa região estratégica, próxima as grandes cidades como por exemplo Uberlândia que pertence ao Estado de Minas Gerais estando apenas a 100 km de distância de Catalão, possuindo grandes centros comerciais além de um aeroporto bem estruturado, os demais campus avançados tiveram maiores dificuldades em atrair servidores e portanto, foi necessário a realização de concursos públicos para completarem os seus quadros de servidores.

6.1 Os Desafios Iniciais na Implementação Do IF Goiano - Campus Avançado Catalão

Desde 2013, o maior desafio do IF Goiano - Campus Avançado Catalão foi conquistar um terreno que possuísse uma área suficiente para realizar a construção do seu prédio próprio e assim ampliar as suas instalações e conseqüentemente aumentar a oferta de novos cursos e matricular mais alunos, mas a falta de interesse público foi o primeiro desafio que os gestores do IF Goiano tiveram que enfrentar nesse primeiro momento.

No entanto, o processo de implantação dependia do apoio político do município e o estado de Goiás e inicialmente de acordo com as condições oferecidas por meio das negociações entre a Prefeitura de Catalão com o gestores do IF Goiano, esse processo teve como resultado a doação de uma área na zona rural com 11.21 hectares, de domínio do referido município, esta área ficava localizada às margens da Rodovia GO-330, a 7 km de distância da cidade de Catalão, na saída para a cidade de Ouidor.

Contudo, mesmo que essa área tenha sido escriturada e registrada em nome do IF Goiano para viabilizar construção do Campus Avançado Catalão, ao fazer os levantamentos iniciais para execução da obra, logo os gestores do IF Goiano foram informados que o terreno doado estava situado numa área muito afastada do município, uma vez que no local ainda não havia infraestrutura disponível necessária à obra: energia elétrica, água e esgoto e vias asfaltadas. Assim, foi descartado o planejamento de construção da escola neste local, pois a Prefeitura também não teria condições de providenciar essa infraestrutura imediatamente. Nesse sentido, iniciaram-se novas negociações com o poder público municipal para obter uma área adequada para construção do prédio da escola.

Nesse mesma época, como a Prefeitura de Catalão estava disposta apenas em oferecer o terreno para construção da escola, em paralelo as essas negociações, os gestores do IF Goiano buscaram o apoio das autoridades do Estado de Goiás, com o objetivo de prospectar um prédio que estivesse pronto e negociar a doação desse imóvel do Estado para a União para que fosse possível iniciar imediatamente as atividades acadêmicas em Catalão assim como ocorreu nos outros campus avançados.

Diante de todas as dificuldades nessas negociações, naquele momento foi ofertado pelo Estado apenas um prédio de uma escola estadual que havia sido desocupado, e como os gestores do IF Goiano tinham urgência para realizar a implantação do Campus Avançado em Catalão, eles aceitaram esse imóvel por meio de seção de uso por tempo indeterminado concedida pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUCE) ao IF Goiano e assim essa foi a única alternativa para viabilizar a implantação dessa escola em Catalão.

Naquela época, o Campus Avançado Catalão, estava vinculado administrativamente ao Campus de Urutaí e os gestores negociaram diretamente com a (SEDUCE), mas o imóvel que havia sido desocupado recentemente pela Escola Estadual Joaquim de Araújo e Silva, possuía grande parte da sua edificação em condições precárias, sendo que, o local onde havia mais salas de aula estava condenado pela Defesa Civil, conforme apresentado pelas fotos 02 e 03:

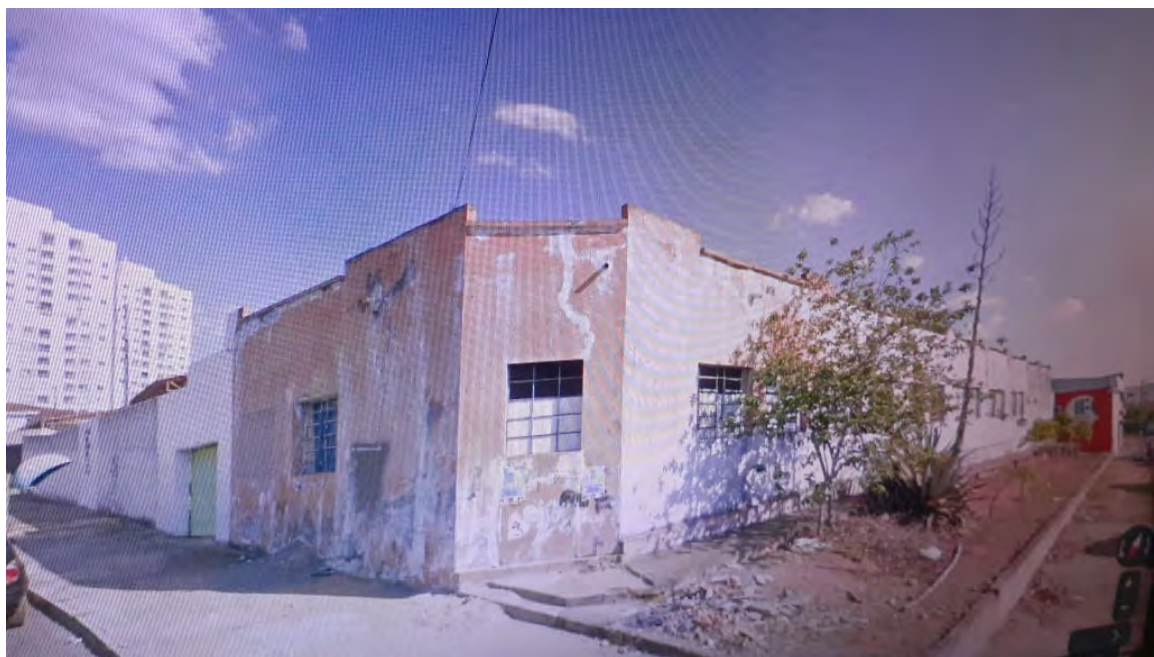


Foto 02 – Prédio desocupado da E. E. Joaquim de Araújo e Silva cedido pela SEDUCE.

Fonte: arquivo do próprio autor.

Como nota-se, tal prédio foi desocupado pelo Estado, pois necessitava de uma ampla reforma. Surge então um novo desafio, pois, para que o IF Goiano pudesse realizar as melhorias necessárias ao funcionamento do Campus Avançado Catalão naquele prédio, era necessário obter a escritura definitiva do imóvel que estava sob o domínio do Estado.

Como não havia outra opção naquele momento, esse imóvel localizado na área urbana possuía 1.630 m², e fica localizado na região central de Catalão e como já havia sido disponibilizada a seção de uso por tempo indeterminado, essa autorização não permitia juridicamente, que fosse realizada, via cartório, a transferência da escritura definitiva para o IF Goiano. Nesse caso, a parte do prédio que foi condenado pela Defesa civil de acordo com a foto 03 ficou sendo utilizada como depósito.



Foto 03 – Parte interna do prédio: salas de aula e banheiros condenados pela Defesa Civil.
Fonte: arquivo do próprio autor.

Em 2014, após a realização das reformas no antigo prédio da escola estadual que foi cedido em condições precárias de posse e de uso para o Campus Avançado Catalão, esse iniciou o seu primeiro processo seletivo, ofertando cursos de Técnicos Concomitantes de Informática e Mineração.

No entanto, apenas metade das instalações do prédio cedido poderia ser utilizada. Nela estavam disponíveis apenas duas salas de aula, um espaço para funcionamento de setor administrativo, uma cozinha pequena, dois banheiros e uma área de recreação coberta, que totalizavam 900 m² conforme demonstrado pelas fotos 04 até 08:



Foto 04 – Pátio descoberto e salas adaptadas para iniciarem as atividades acadêmicas.
Fonte: arquivo do próprio autor.

Nota-se que a estrutura do prédio é limitada e apenas o bloco de salas com a fachada em cor amarela pode ser reformada para o uso de uma sala de aula e duas delas foram adaptadas para laboratórios de informática com acesso para um pátio que abrigava as salas do setor administrativo com banheiros e uma cozinha para uso dos servidores.



Foto 05 – Pátio coberto que compõe a metade da área de 900 m² da antiga Escola Estadual.
Fonte: arquivo do próprio autor.

Inicialmente o bloco dos setores administrativo e pedagógico funcionaram de forma compartilhada por não haver mais espaços disponíveis. Assim, esses espaços eram pequenos e desconfortáveis para o convívio de servidores e alunos e conseqüentemente influenciava negativamente no desempenho e na qualidade de vida das pessoas dentro do Campus Avançado Catalão.



Foto 06 – Bloco adaptado para funcionamento Setor Administrativo.
Fonte: arquivo do próprio autor.

Conforme apresentado pela foto 06, a escola contava uma área edificada que não tinha as instalações necessárias para atender inicialmente os cursos que estavam previstos para serem ofertados no ano de 2014 conforme o PDI IF GOIANO (2014 – 2018).

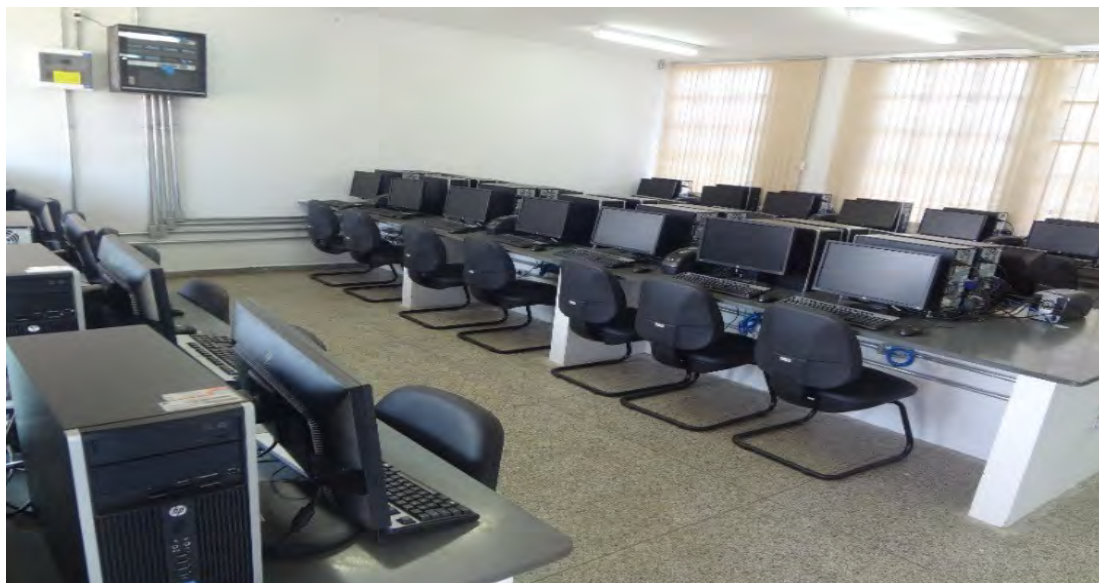


Foto 07 – Sala de aula do Colégio Estadual adaptada para o Laboratório de Informática 1.
Fonte: arquivo do próprio autor.

Inicialmente, os laboratórios adaptados para os cursos de informática possuíam as condições mínimas para o início das atividades acadêmicas, mas não havia espaço para montar os laboratórios para os cursos de mineração e essa condição comprometia a qualidade de ensino para esses cursos.



Foto 08 – Sala de aula do Colégio Estadual adaptada para o Laboratório de Informática 2.
Fonte: arquivo do próprio autor.

As dificuldades enfrentadas para a implantação do Campus Avançado IF Goiano no município de Catalão eram enormes. Como a Prefeitura do Município não ofertou um prédio pronto e o Estado disponibilizou um imóvel em condições precárias para o IF Goiano a implantação da escola em Catalão.

6.2 As Metas Propostas no PDI para o Campus Avançado Catalão e os Resultados Apresentados no Relatório CPA do IF Goiano

O resultado da pesquisa documental foi apresentado conforme o que está disposto nos documentos oficiais PDI IF Goiano e Relatórios CPA, analisando primeiramente as dimensões administrativas referentes aos impactos gerados pelos problemas na implantação do Campus Avançado Catalão, uma vez que esses demandaram um tempo maior do que o esperado pelos gestores do IF Goiano e como não houve a possibilidade de aquisição da área apta para construir o prédio próprio do Campus Avançado Catalão de acordo com o cronograma previsto no PDI, o que consequentemente afetou negativamente todos os resultados pedagógicos do referido campus.

Diante dos desafios apontados para se conseguir um imóvel ou uma área para se construir um prédio, que propiciasse o funcionamento do Campus Avançado Catalão, conforme as evidenciadas, após a realização da pesquisa documental referente ao Campus Avançado Catalão, verificou-se que esta unidade de ensino foi contemplada apenas nos documentos PDI IF GOIANO (2014 - 2018) e no Relatório CPA do IF Goiano (Triênio 2015 – 2017).

Consequentemente com relação às dimensões administrativas verificou-se que no PDI IF GOIANO (2014 - 2018), no item 5.2 Da ampliação das instalações físicas:

Presencia-se um momento de complexidade e redefinição da institucionalidade do IF Goiano. Em uma nova organização da oferta da educação profissional, passou-se a oferecer, em uma única instituição, cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnólogos, bacharelados, licenciatura e, até a pós-graduação, na perspectiva da construção de um itinerário formativo, baseada em um ensino público, gratuito, democrático e de excelência.

Para tanto, medidas consistentes, viabilizadas pela expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, foram tomadas com o intuito de aumentar a oferta gratuita de cursos no âmbito da Instituição. Dentre essas, destaca-se a construção de três novos câmpus nas cidades de Campos Belos, Posse e Trindade e, ainda, o início das atividades em quatro câmpus avançados nos municípios de Catalão, Cristalina, Hidrolândia e Ipameri. Toda essa expansão desencadeou um aumento da demanda de infraestrutura física, desde a necessidade de pequenas adaptações ou reformas, até a ampliação de área construída em grandes proporções, bem como manutenção da infraestrutura existente (PDI IFGOIANO (2014 – 2018), p.99).

Diante do contexto político na época em que houve a expansão do IF Goiano o governo já estava tomando medidas de contingenciamento e sinalizava implantar novas medidas econômicas para contingenciamento de despesas e cortes orçamentários que impactariam em novos investimentos, sendo que essas medidas se intensificaram nos anos seguintes com as mudanças de governo afetando a expansão de toda Rede Federal de Ensino.

Esses fatores políticos e econômicos afetaram diretamente o setor da educação justamente no momento em que a disponibilidade de recursos financeiros para realizar empenho era importante para garantir o andamento das obras no IF Goiano, mas nessa época o Campus Avançado Catalão ainda estava vinculado administrativamente ao Campus Urutaí e estava recebendo recursos financeiros apenas para realizar o pagamento de despesas de custeio necessárias manter o funcionamento básico da escola. Assim, até então não haviam sido disponibilizados recursos financeiros para serem realizados empenhos que garantissem a execução da construção do prédio próprio em Catalão.

Para dar conta dessas demandas crescentes, foi criado o Plano Diretor de Obras e Engenharia, que tem por objetivo cadastrar todas as necessidades do IF Goiano e classificá-las segundo critérios preestabelecidos: disponibilidade orçamentária; situação do processo, (projeto concluído ou a ser elaborado); irregularidades junto aos órgãos fiscalizadores (prefeitura, bombeiros, vigilância sanitária); situações de

infraestrutura existente (se oferece risco aos usuários); terreno regularizado para construção; tipo de obra (complexidade da obra, melhoria ou conforto).

Baseado nos referidos critérios, as obras a serem realizadas no IF Goiano serão ordenadas em prioridade, sendo que sua execução está programada para acontecer no decorrer dos próximos cinco anos, conforme Plano Diretor de Obras e Engenharia (PDI IFGOIANO (2014 – 2018), p.99).

Conforme apresentado no PDI, o levantamento das demandas para realização do planejamento da infraestrutura física administrativa e acadêmica do IF Goiano, foram realizados os levantamentos da instituição como um todo. Portanto, o que aconteceu na prática foi que a gestão priorizou as obras que já haviam sido iniciadas nas unidades de Trindade, Campus Belos e Posse, pois elas demandariam maiores recursos orçamentários naquele momento. O mesmo, não ocorreu com o Campus Avançado de Catalão, pois esse havia recebido por meio de uma doação da Prefeitura de Catalão área na saída de Ouvidor, onde não havia infraestrutura disponível para iniciarem as suas obras e conseqüentemente não foi realizado o empenho de recursos financeiros para garantir o início das obras do prédio próprio em Catalão.

Analisando o histórico de implantação do IF Goiano - Campus Avançado Catalão após a sua implantação em 2014, torna-se possível compreender que os impactos gerados pelas dimensões administrativas começam a afetar os resultados pedagógico a partir do ano de 2015, uma vez que o espaço que estava sendo utilizado pelo prédio cedido pela SEDUCE seria insuficiente para realizar novos processos seletivos com o objetivo de atingir as metas de cursos previstas no PDI, pois não havia mais salas de aulas disponíveis e também seriam necessários laboratórios com condições mínimas de funcionamento para o curso de mineração.

Diante dessa realidade, percebendo as condições limitantes do prédio cedido pelo Estado, os gestores do IF Goiano decidiram alugar outro prédio, que estava desocupado ao lado, sendo que este fazia divisa com o muro da escola condenada, como ilustrado pelas fotos 09 e 10:



Foto 09 – Fachada do prédio anexo que foi alugado pelo IF Goiano em 2015.

Fonte: arquivo pessoal do próprio autor.

O imóvel, que seria utilizado como anexo, não possuía as condições mínimas para serem utilizadas e assim necessitaria realizar novas adequações e adaptações, para criar espaços para uma biblioteca pequena, cinco salas de aula, uma sala para recepção e telefonista, várias salas para os professores e demais servidores, uma sala para assistência ao

educando, uma sala para o setor de registro escolar, um espaço para cantina, refeitório e dois banheiros, sendo um feminino e um masculino.



Foto 10 – Imagem dos fundos do prédio anexo que foi alugado pelo IF Goiano em 2015.
Fonte: arquivo pessoal do próprio autor.

Os gestores do Campus Avançado Catalão fizeram uma avaliação das possibilidades de se alugar o prédio anexo e, percebendo que não haveria outra alternativa, naquele momento, solicitaram, à Reitoria, autorização para alugar o prédio ao lado que estava sendo utilizado pelo Campus Avançado Catalão, com o objetivo de ampliar as instalações dessa escola.

A Reitoria autorizou o pedido da unidade de Catalão e o prédio ao lado foi alugado e adaptado para as necessidades de expansão da escola que conseguiu ampliar as suas instalações e também pode continuar a realizar novos processos seletivos com a obtenção de novas salas de aulas e laboratórios improvisados.

Em 2016, com os cortes no orçamento realizado pelo governo, os gestores do IF Goiano decidiram rever a forma de gestão das verbas do orçamento para os Campus Avançados e resolveram transferir a gestão financeira das unidades de ensino avançadas para Reitoria que detém uma estrutura orçamentária mais robusta. Assim, a escola de Catalão foi desvinculada administrativamente do Campus Urutaí e dos demais Campus Avançados também foram vinculados na Reitoria do IF Goiano, até que todas as unidades fossem transformadas em Campus e pudessem gerir o seu próprio orçamento.

Este processo de vinculação à Reitoria possibilitou que os Campus Avançados pudessem contar com o apoio financeiro e operacional da mesma, pois o orçamento dessas unidades avançadas destinado pelo MEC era insuficiente para honrar com todos os compromissos, e Catalão ainda precisava pagar o aluguel do imóvel anexo, que custaria aos cofres público o valor de R\$ 14.000,00 por mês.

A situação financeira do Campus Avançado Catalão era a mais complicada entre todas as demais, porque, mesmo aumentando o número de alunos, o valor pago no aluguel do prédio anexo era considerável no aspecto orçamentário, representando, naquela época cerca de R\$ 180.000,00 que eram repassados anualmente pela Reitoria do IF Goiano.

Diante dessa condição, a escola continuava sem as instalações adequadas como laboratórios, as salas continuavam improvisadas, fato que comprometia a qualidade de vida dos alunos e dos servidores, e tinha verba orçamentária apenas para manutenção do funcionamento dessa estrutura precária, Ou seja, com muita dificuldade fazia-se as despesas de custeio de funcionamento do IF Goiano – Campus Avançado Catalão.

Em 2017, houve eleições para Prefeito e o candidato da oposição Dr. Adib Elias foi eleito. Com essa mudança política, os gestores do Campus Avançado Catalão decidiram procurar novamente o apoio da Prefeitura da cidade. Naquele ano iniciou-se outro processo de negociação para prospectar outro prédio que fosse adequado ao funcionamento da escola.

Como não havia um prédio da Prefeitura de Catalão que atendesse as necessidades do Campus Avançado Catalão, buscou-se definir uma outra área para que fosse construída a sede própria do Campus Avançado Catalão e assim possibilitar a transformação do campus em Catalão. Contudo, essas negociações foram bastante conturbadas, pois inicialmente o novo Prefeito solicitou a devolução da primeira área que havia sido doada pela prefeitura como condição para oferecer outra área agora localizada no Setor Universitário e próxima à Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

Depois de várias reuniões entre os gestores do IF Goiano e a Prefeitura de Catalão, o Prefeito ofereceu essa nova área para passar a escritura em cartório para o IF Goiano, mas a mesma possuía apenas 6.000 m² e os gestores do IF Goiano pretendiam construir uma escola nos padrões das escolas de Trindade, Campos Belos e Posse, portanto seria necessária uma área de 10.000 m² no mínimo conforme apresentado nas imagens de 11 e 12.



Foto 11 – Projeto arquitetônico das novas escolas para a expansão do IF Goiano.

Fonte: arquivo de fotos do IF Goiano.

Depois de meses de negociação com a Prefeitura, finalmente surgiu a possibilidade de doação de um terreno de 11.200 m², situada na Rua Salustiano da Paz, Bairro Ipanema em Catalão, no valor de R\$ 1,8 milhões. A área pertencia ao empresário Antônio Lima Abdul Nour que atendeu o pedido do prefeito para fazer a doação para o IF Goiano. Este terreno doado possuía todas as condições e características necessárias para atenderem os padrões de construção da nova escola, onde haverá um investimento em torno de R\$10 milhões de acordo com a foto 12.



Foto 12 – Projeto arquitetônico do novo prédio do Campus Avançado Catalão.

Fonte: arquivo de fotos do IF Goiano.

Em 2017, foram concluídas as negociações e a doação da área foi sacramentada por meio da escritura no cartório de registro de imóveis. Vale acrescentar que a divulgação dessa doação foi divulgada no site da Prefeitura de Catalão, no dia 10 de outubro de 2017. Com o apoio da Reitoria e de posse da escritura do imóvel, paralelamente, o IF Goiano iniciou o processo licitatório e, em 25 de maio de 2018, o Ministro da Educação, Rossieli Soares, lançou em Catalão, a pedra fundamental para iniciar a construção da sede definitiva do Campus Avançado Catalão.



Foto 13 – Evento de lançamento da pedra fundamental do Campus Avançado Catalão.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/mineducacao/albums/72157691303400680/>. Acessado em 31/01/2020.

Na cerimônia, o ministro também assinou a liberação de R\$ 4 milhões, recursos provenientes do MEC, para garantir o começo das obras do prédio próprio do Campus

Avançado Catalão. A foto 13 registrou o momento da conquista tão esperada e que foi sacramentado pela realização do evento de lançamento da pedra fundamental realizado com a presença das autoridades políticas do MEC, do Estado de Goiás, do Município de Catalão e do IF Goiano. O evento aconteceu no local que está situada a área que foi doada e escriturada por intermédio dos gestores da Prefeitura de Catalão para construção do prédio próprio do IF Goiano - Campus Avançado Catalão.

O terreno doado ao IF Goiano está situado numa área estratégica tanto para o Campus Avançado Catalão, quanto para os alunos, pois está localizado próximo ao Setor Universitário e da recém-criada Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Esse setor possui toda infraestrutura de água, energia e ruas asfaltadas, facilitando tanto a execução das obras quanto o acesso dos alunos à escola por meio de transporte coletivo municipal, conforme ilustram as fotos 14 e 15:



Foto 14 – Terreno doado para a construção do prédio do Campus Avançado Catalão.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Os recursos provenientes do MEC foram disponibilizados com objetivo de garantir o começo das obras e logo foram empenhados pelo IF Goiano - Campus Avançado Catalão. Em 2018 foi iniciado o processo licitatório que foi concluído nos próximos meses e as obras iniciaram em dezembro deste mesmo ano.



Foto 15 – Início das obras na área do prédio próprio do Campus Avançado Catalão.
Fonte: arquivo de fotos do IF Goiano.

Quando os desafios pareciam terem sido solucionados, em 2019, os gestores do Colégio Estadual Joaquim de Araújo e Silva entraram com uma demanda na SEDUCE e reivindicaram a retomada do seu prédio, que foi disponibilizado para o IF Goiano, alegando que o Estado havia disponibilizado uma verba para realizarem a reforma total do prédio e, portanto, essa escola encerraria o seu contrato de aluguel para retornar ao seu proprietário de origem, que está sob o domínio do Estado.

A SEDUCE imediatamente atendeu ao pedido da Escola Estadual e acionou juridicamente os gestores do IF Goiano, informando que o Campus Catalão teria um prazo de até 31 de dezembro de 2019, para desocupar o imóvel, cancelando, assim, o termo de seção de uso pelo Campus Avançado Catalão e as obras da reforma com verbas do Estado de Goiás começaram no mês de dezembro desse ano e depois que o prédio estiver pronto a E. E. Joaquim de Araújo e Silva passará a utilizá-lo novamente de acordo com as fotos 16 e 17.



Foto 16 – Prédio devolvido pelo IF Goiano e depois reformado pelo Estado de Goiás.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Os gestores da Escola Estadual Joaquim de Araújo e Silva apresentaram ao IF Goiano a documentação da SEDUCE e realizaram o processo de licitação para contratação da

empresa para realização das reformas no prédio, essas incluíam a parte que estava condenada pela Defesa Civil e dentro do prazo previsto houve o início de desocupação da parte condenada que estava sendo utilizada como depósito pelo IF Goiano.



Foto 17 – Imagem dos fundos do prédio reformado com verbas do Estado de Goiás.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Em novembro de 2019, o Campus Avançado Catalão iniciou o processo de desocupação do prédio da Escola Estadual Joaquim e Silva. Com isso, foi necessário iniciar um novo processo para prospectar outro imóvel com o apoio da Reitoria. Este episódio tornou-se um retrocesso na implantação da unidade do IF Goiano em Catalão impactando negativamente nos cronogramas de implantação de novos cursos previstos no PDI.

Com essa nova demanda, a escola de Catalão teve que enfrentar um novo desafio, porque o governo federal havia publicado uma portaria que desde 2017, que impossibilitava os órgãos federais de fazerem novos contratos de locação, entre outras despesas. Nesse sentido, os gestores encaminharam essa demanda para a Procuradoria do IF Goiano com o objetivo de obter o aval e autorização do MEC, para a realização de um novo contrato de aluguel, o qual viabilizasse a continuidade das atividades acadêmicas em 2020.

Até o final do mês de dezembro de 2019, o Campus Avançado Catalão ainda não tinha recebido a autorização do MEC para alugar outro prédio, que possuísse as condições mínimas necessárias para o seu funcionamento, haja vista que, o prédio que está em construção continua com as suas obras atrasadas. Com todos esses obstáculos, o Campus Avançado Catalão não conseguiu atingir as metas de crescimento dentro dos prazos previstos, sendo que estes fatores prejudicam a oferta de novos cursos e finalizar a construção de sua sede própria passou a ser o maior desafio dos gestores do IF Goiano.

6.3 Análise dos Resultados as Dimensões Pedagógicas do Campus Avançado Catalão com Relação as Metas Propostas no PDI IF Goiano (2014 - 2018)

Conforme relatado, a falta de estrutura física adequada desde a implantação do Campus Avançado Catalão foi o principal gargalo dos gestores do IF Goiano até 31 de dezembro de 2019. Nesse sentido, o IF Goiano - Campus Avançado Catalão seguiu sua trajetória dentro das suas limitações causadas principalmente pelo apoio precário que foi ofertado inicialmente pelos gestores das esferas governamentais municipal e estadual.

Diante de tantos contratempos no processo de implantação do Campus Avançado Catalão, os gestores não conseguiram ampliar a oferta de seus cursos principalmente os de graduação como estava previsto inicialmente no PDI e para demonstrar como foi o histórico do desenvolvimento dos resultados pedagógicos, serão apresentados nos quadros a seguir o histórico dos resultados que foram alcançados. Assim, temos as informações no quadro 1 as metas previstas no PDI IF Goiano (2014 – 2018, p. 90), nele consta a informação dos cursos que seriam ofertados nesse quadriênio, qual a modalidade de cada curso, bem como o número de vagas que seriam ofertadas. A partir do quadro 2, serão apresentados os resultados que foram obtidos pelo Campus Avançado Catalão com objetivo de demonstrar quais foram os impactos causados pelas dimensões administrativas com relação aos resultados pedagógicos conforme segue:

Quadro 1 – Quantitativo de cursos e vagas contemplado no PDI IF GOIANO (2014 – 2018).

LOCAL DE OFERTA - CAMPUS AVANÇADO CATALÃO						
CURSOS	MODALIDADE	OFERTA DE VAGAS				
		2014	2015	2016	2017	2018
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	CONCOMITANTE	80	40	40	40	40
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	INTEGRADO	0	30	30	30	30
TÉCNICO EM MINERAÇÃO	CONCOMITANTE	40	40	40	40	40
TÉCNICO EM MINERAÇÃO	INTEGRADO	0	40	40	40	40
TÉCNICO EM AGRIMENSURA	CONCOMITANTE	0	40	40	40	40
TECNÓLOGO EM AN E DES DE SOFTWARE	GRADUAÇÃO	0	0	0	0	40

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado do PDI 2014 – 2018 IF Goiano, página 90.

Podemos observar no quadro acima a disposição das metas apresentadas no quadriênio (2014-2018), a relação do que está previsto para implantação dos cursos no Campus Avançado Catalão na seguinte ordem:

Em 2014 dos Cursos Técnicos na modalidade Concomitante, sendo um Curso Técnico em Informática com a oferta de 80 vagas, um Mineração Concomitante com a oferta de 40 vagas e que juntos totalizaram 120 vagas ofertadas para o primeiro ano de atividades acadêmicas.

Em 2015, houve o aumento da oferta dos cursos e conseqüentemente as quantidades das vagas, porém houve uma modificação na quantidade de vagas em alguns cursos, sendo, 50% menor no curso de Técnico Informática com 40 vagas, Técnico em Informática Integrado com 30 vagas, Técnico em Mineração Concomitante com 40 vagas e Técnico em Mineração Integrado com 40 vagas e Técnico em Agrimensura Concomitante com 40 vagas totalizando 190 vagas ofertadas para o segundo ano conforme a metas do planejamento.

Em 2016, 2017 e 2018 foram previstas as mesmas quantidades de vagas para os cursos técnicos do ano de 2015, ou seja, 190 vagas para cada ano ofertadas nos cursos técnicos que juntos totalizam 570 e para o ano de 2018 está previsto 40 vagas para o Curso de Graduação Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Software totalizando no quadriênio vagas 920 no quadriênio de acordo com o previsto no PDI IF GOIANO (2014 – 2018).

Após análise do quadro 1 verificou-se que a oferta de cursos e de vagas previstas no PDI para a implantação do Campus Avançado Catalão atendem os requisitos legais apresentados pelo item 1.7 Das áreas de atuação acadêmica:

O IF Goiano é uma instituição de educação, ciência e tecnologia que tem como finalidade ofertar ensino público, gratuito e de qualidade, pautando-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, cada uma dessas atividades, mesmo que realizadas em tempos e espaços distintos, têm um eixo fundamental: constituir a função social da instituição que é a de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária. Suas ações são voltadas à socialização de saberes teóricos e práticos, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos para que se constituam cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade.

A Instituição deverá garantir o mínimo de 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental, prioritariamente na forma de cursos integrados e para o público da educação de jovens e adultos. Ainda, 20% de suas vagas para programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica... (PDI IF GOIANO 2014 – 2018 p. 12 e 13).

A seguir, no quadro 2, será apresentado a consolidação das ofertas de vagas para o quadriênio 2014 – 2018, com relação a disponibilidade de turnos, carga horária, ano previsto para implantação e número de vagas dos cursos técnicos e de graduação.

Após a realização da pesquisa documental referente aos Relatórios da CPA, com relação ao Campus Avançado Catalão, verificou-se que não foram apresentados os resultados relacionados ao preenchimento das vagas dos cursos em cada ano conforme previsto no PDI. Contudo, com o objetivo de verificar a evolução dos cursos ofertados e as vagas preenchidas, em Catalão, foi necessário realizar um levantamento dessas informações no Setor de Registro Escolar do Campus Avançado Catalão.

As atividades acadêmicas iniciaram em 2014, e foram ofertados apenas cursos técnicos, portanto, naquela época, não foi constituída uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) em Catalão, para realizar a autoavaliação dos cursos superiores, uma vez que estava previsto no PDI a oferta de 40 vagas para o Curso de Graduação de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Software apenas a partir de 2018.

De acordo com o PDI, haveria a implantação, no início de 2014, de somente dois cursos técnicos: informática e mineração, concomitante. O curso técnico de informática estava com a previsão de ofertar 80 vagas, mas efetivamente, foram preenchidas 58 vagas, por meio do processo seletivo, que foi realizado no primeiro semestre. Sendo 32 vagas para o noturno e 36 vagas para o turno vespertino. No segundo semestre de 2014, para o curso técnico em mineração, concomitante, estava previsto a oferta de 40 vagas, mas foram preenchidas 43 no período vespertino.

Ao analisar o quadro 1 e comparando com os resultados do quadro 2, verifica-se que, em 2014 iniciaram-se as atividades acadêmicas no Campus Avançado Catalão de forma positiva, considerando as condições do prédio cedido pelo Estado que foi adaptado.

Verificou-se no quadro 2 que no primeiro semestre houve uma entrada com menor número de alunos em relação as vagas ofertadas, ou seja, (apenas 58 quando o total a ser preenchido era de 80 vagas), no segundo semestre houve a inserção de três discentes a mais do que previsto nas vagas (40 vagas para 43 ingressantes).

Quadro 2 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano - Campus Avançado Catalão – 2014.

ATIVIDADES ACADÊMICAS – 2014					
CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA – CONCOMITANTE					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2014	NOTURNO	1ª	1º SEMESTRE	1 ANO E MEIO	32
CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA – CONCOMITANTE					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2014	VESPERTINO	1ª	1º SEMESTRE	1 ANO E MEIO	26
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO – CONCOMITANTE					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2014	VESPERTINO	1ª	2º SEMESTRE	2 ANOS	43

Fonte: próprio autor dados extraído do Sistema Q-Acadêmico IF Goiano.

Em 2015, estava previsto como meta o preenchimento de 190 vagas em três cursos técnicos, num total de cinco turmas, sendo 40 vagas para o curso técnico em informática, concomitante, e integrado, 30 vagas, 40 vagas no curso técnico em mineração concomitante, e 40 vagas no integrado, e 40 vagas para o curso técnico em agrimensura concomitante.

Efetivamente, naquele ano foram preenchidas 107 vagas por meio de processo seletivo, sendo 40 vagas no curso técnico de informática integrado, e no curso técnico de mineração, apenas 38 vagas, ambos no primeiro semestre. No segundo semestre, foram preenchidas 29 vagas para o curso técnico em informática concomitante, e não foi aberto o curso de técnico em agrimensura, que previa 40 vagas.

Entretanto, foram abertas três turmas em vez de cinco para os cursos técnicos, o que marca um déficit de 83 vagas com relação ao planejamento do PDI. Neste caso, verifica-se o impacto das dimensões administrativas afetaram os resultados pedagógicos, uma vez que a falta de espaço físico adequado e investimentos em laboratórios e demais equipamentos prejudicam diretamente a qualidade do ensino no Campus Avançado Catalão e os resultados somente puderam ser alcançados nesse ano por o prédio anexo foi alugado e as instalações puderam ser ampliadas.

Quadro 3 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano - Campus Avançado Catalão – 2015.

ATIVIDADES ACADÊMICAS – 2015					
CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2015	INTEGRAL	1ª	1º SEMESTRE	3 ANOS	40
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2015	INTEGRAL	1ª	1º SEMESTRE	3 ANOS	38
CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA – CONCOMITANTE					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2015	CONCOMITANTE	2ª	2º SEMESTRE	1 ANO E MEIO	29

Fonte: próprio autor dados extraído do Sistema Q-Acadêmico IF Goiano.

Em 2016 e 2017, conforme apresentado nos quadros 4 e 5, as previsões de cursos e do quantitativo das vagas foram iguais, ambos totalizaram 190 vagas ofertadas para cada ano. Com a análise do PDI comparada com a pesquisa realizada no Setor de Registro Escolar do Campus Avançado Catalão, verificou-se que não houve a oferta do curso técnico em agrimensura, devido à falta de laboratórios e equipamentos adequados, mas os gestores do Campus decidiram ofertar um curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Ensino de Ciência e Matemática, no segundo semestre de 2016, que não estava previsto no PDI como o objetivo de compensar a demais deficiências.

Quadro 4 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano - Campus Avançado Catalão – 2016.

ATIVIDADES ACADÊMICAS – 2016					
CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO					
ANO	TURNOS	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2016	INTEGRAL	2ª	1º SEMESTRE	3 ANOS	39
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO					
ANO	TURNOS	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2016	INTEGRAL	2ª	1º SEMESTRE	3 ANOS	43
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO – CONCOMITANTE					
ANO	TURNOS	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2016	NOTURNO	2ª	1º SEMESTRE	2 ANOS	48
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO – CONCOMITANTE					
ANO	TURNOS	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2016	NOTURNO	3ª	2º SEMESTRE	2 ANOS	45
CURSO: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA					
ANO	TURNOS	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2016	NOTURNO	1ª	2º SEMESTRE	1 ANO E MEIO	27

Fonte: próprio autor dados extraído do Sistema Q-Acadêmico IF Goiano.

Entretanto, de acordo com o quadro 1 foram planejadas no PDI 190 vagas para serem ofertadas nos cursos técnicos no ano de 2016 e foram preenchidas apenas 175 vagas para os cursos técnicos e também neste período o curso Técnico em Agrimensura Concomitante não foi inaugurado. No entanto, foram ofertadas mais 27 vagas do curso de Pós-Graduação, que totalizaram 202 vagas preenchidas melhorando o resultado com relação ao número de alunos matriculados.

No ano de 2017, conforme apresentado no quadro 6 foram preenchidas 183 vagas para cinco turmas de cursos técnicos. Verificou-se que novamente que a falta de laboratórios para atender os cursos de mineração e também por não ter cumprido novamente o planejamento que previa a implantação do curso Técnico em Agrimensura acarretou um impacto negativo nos resultados pedagógicos no que se refere a formação das respectivas turmas que ingressaram e também das que concluíram o curso Técnico em Mineração no Campus Avançado Catalão durante esse período.

Quadro 5 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano - Campus Avançado Catalão – 2017.

ATIVIDADES ACADÊMICAS – 2017					
CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2017	INTEGRAL	3ª	1º SEMESTRE	3 ANOS	44
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2017	INTEGRAL	3ª	1º SEMESTRE	3 ANOS	46
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO – CONCOMITANTE					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2017	NOTURNO	4ª	1º SEMESTRE	2 ANOS	40
CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET – CONCOMITANTE					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2017	NOTURNO	1ª	1º SEMESTRE	1 ANO E MEIO	26
CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET – CONCOMITANTE					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2017	NOTURNO	1ª	1º SEMESTRE	1 ANO E MEIO	27

Fonte: próprio autor dados extraído do Sistema Q-Acadêmico IF Goiano.

Desde o início das atividades acadêmicas, quando a escola de Catalão ainda estava vinculada administrativamente ao Campus Urutaí e recebia um orçamento limitado apenas para garantir o seu funcionamento, honrando os pagamentos dos contratos de serviços terceirizados tais com vigilância, limpeza, telefonista, motorista, pagamento de água, luz e telefone, aluguel entre outras, sendo que nessa época não havia as despesas com o aluguel do prédio anexo em Catalão.

No entanto, mesmo depois que a escola passou a ser vinculada a Reitoria houve um suporte financeiro um pouco mais reforçado, mas neste período surgiram os cortes orçamentários impostos pelo governo federal e o Campus Avançado Catalão continuava trabalhando com um orçamento reduzido, suficiente apenas para honrar com as suas despesas de custeio não havendo verbas para investimentos nas suas estruturas físicas, exceto raros casos em que a Reitoria disponibilizava uma pequena parte recursos para o Campus Avançado

Catalão realizar a compra alguns equipamentos de reposição de equipamentos informática entre outros.

Em 2018, O IF Goiano, Campus Avançado Catalão ofertou cursos técnicos em Mineração integrado ao Ensino Médio, Informática integrado ao Ensino Médio, Técnico em Mineração, Técnico em Informática para internet, bem como o início da segunda turma da Pós-Graduação *lato Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática, que também não estava prevista no PDI, mas fez parte do currículo acadêmico, conforme segue no quadro 6.

Quadro 6 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano, Campus Avançado Catalão – 2018.

ATIVIDADES ACADÊMICAS – 2018					
CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO					
ANO	TURNOS	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2018	INTEGRAL	4ª	1º SEMESTRE	3 ANOS	39
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO					
ANO	TURNOS	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2018	INTEGRAL	4ª	1º SEMESTRE	3 ANOS	38
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO					
ANO	TURNOS	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2018	INTEGRAL	4ª	1º SEMESTRE	3 ANOS	38
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO CONCOMITANTE					
ANO	TURNOS	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2018	NOTURNO	5ª	1º SEMESTRE	2 ANOS	45
CURSO: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA					
ANO	TURNOS	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2018	NOTURNO	2ª	2º SEMESTRE	1 ANO E MEIO	30

Fonte: próprio autor dados extraído do Sistema Q-Acadêmico IF Goiano.

A partir do primeiro semestre do ano de 2019, o Campus Avançado Catalão iniciou o seu primeiro curso de Graduação para Licenciatura em Ciências Naturais com uma turma de 35 alunos matriculados no noturno, sendo que a previsão no PDI seria iniciar o também o primeiro curso de Graduação de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Software em 2018, com a oferta de 40 vagas demonstrando mais uma vez, o impacto negativo das ações

administrativas e restrições orçamentárias sobre os resultados pedagógicos do Campus Avançado Catalão.

Diante de todos os desafios das dimensões pedagógicas, apenas em 2019 o IF Goiano constituiu a Comissão Própria de Avaliação do Campus Avançado Catalão, para que a partir de então fossem iniciados os trabalhos de autoavaliação dos cursos superiores dessa unidade de ensino. Contudo, essa avaliação será realizada apenas no próximo PDI e conseqüentemente, nos próximos anos a autoavaliação institucional poderá ser colocada em prática no Campus Avançado Catalão, assim como já é realizada nos demais campus do IF Goiano.

Quadro 7 – Histórico dos cursos ofertados no IF Goiano, Campus Avançado Catalão – 2019.

ATIVIDADES ACADÊMICAS – 2019					
CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2019	INTEGRAL	5 ^a	1 ^o SEMESTRE	3 ANOS	44
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2019	INTEGRAL	6 ^a	1 ^o SEMESTRE	3 ANOS	40
CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET – CONCOMITANTE					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2019	NOTURNO	6 ^a	1 ^o SEMESTRE	2 ANOS	25
CURSO: GRADUAÇÃO PARA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2019	NOTURNO	1 ^a	1 ^o SEMESTRE	4 ANOS	35
CURSO: TÉCNICO EM MINERAÇÃO CONCOMITANTE					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2019	NOTURNO	6 ^a	2 ^o SEMESTRE	2 ANOS	47
CURSO: AUXILIAR EM GESTÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE EM RECURSOS HÍDRICOS					
ANO	TURNO	TURMA	ÍNICIO	DURAÇÃO DO CURSO	TOTAL DE ALUNOS
2019	NOTURNO	1 ^a	2 ^o SEMESTRE	2 ANOS	47

Fonte: próprio autor dados extraído do Sistema Q-Acadêmico IF Goiano.

De posse dos dados apresentados no quadro 1 que contemplam as metas do PDI IF GOIANO (2014 – 2018) e comparando esses com os dados com os quadros 2,3,4,5,6 e 7 que foram obtidos por meio da pesquisa documental realizada no Setor de Registro Escolar do Campus Avançado Catalão, tem-se como resultado que essa unidade de ensino conseguiu alcançar parcialmente as metas e objetivos que foram propostos pelo PDI no final do

quadriênio e esses resultados, demonstram que as dimensões administrativas e pedagógicas precisam estar alinhadas de acordo com o seu histórico de implantação.

Enfim, cada unidade do IF Goiano precisa elaborar e executar a sua proposta pedagógica, administrar seus recursos humanos, patrimoniais e financeiros, bem como melhorar a qualidade do ensino dos seus alunos. Nesse sentido, é importante que haja a articulação da gestão com toda a comunidade, para promover a integração da gestão educacional como os objetivos do IF Goiano e a autoavaliação institucional seja utilizada como uma ferramenta que favoreça de forma eficiente o desenvolvimento educacional contínuo do IF Goiano como um todo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições federais de ensino, como qualquer outra organização, demandam uma gestão eficiente e eficaz para alcançarem os seus objetivos, aos quais se propõem. Foi partindo dessa premissa que o presente trabalho se estruturou. Inicialmente foi necessário conceituar gestão e avaliação educacional, concepções e referenciais teórico-metodológicos, com ênfase na contribuição da avaliação institucional neste processo. Nesse sentido, o primeiro objetivo específico a ser trabalhado carecia de um aporte teórico necessário para viabilizar o desenvolvimento desse trabalho que foi assim obtido por meio da pesquisa bibliográfica realizada nas obras de importantes autores que publicaram os seus livros, artigos, dissertações e teses sobre a temática em pauta.

No entanto, por meio da pesquisa documental realizada nos documentos oficiais do IF Goiano, que foi possível compreender o histórico de implantação do IF Goiano - Campus Avançado Catalão após a sua implantação em 2014, bem como entender os impactos gerados pelas dimensões administrativas prejudicaram os resultados pedagógicos. Esses também demonstraram que no âmbito educacional, a falta de investimentos pontuais parece impactar na qualidade do ensino.

As análises confirmaram a tese de que sem a articulação das três dimensões da gestão educacional (social, pedagógica e política), uma instituição de ensino poderá não atingir suas metas e objetivos de modo eficiente, mesmo que haja um planejamento para tanto. Assim, foi importante apresentar primeiramente o contexto sócio-econômico-político dos Institutos Federais, do IF Goiano e finalmente do Campus Avançado Catalão, destacando o potencial econômico e social do município de Catalão, qual a importância de oferecer cursos com qualidade para formar a mão de obra qualificada e assim atender as demandas do mercado de trabalho dessa região.

Contudo, foi possível relacionar a partir de uma análise documental as ações de gestão educacional e avaliação institucional no Campus Avançado Catalão em suas dimensões pedagógicas e administrativas. Assim, por meio da apresentação dos pressupostos históricos, conceituais e das concepções teórico-metodológicas da gestão e avaliação educacional em instituições que ofertam a Educação Profissional e Tecnológica, notaram-se as potencialidades e desafios, aos quais os gestores dos Campus Avançados foram submetidos, principalmente a unidade de Catalão com a falta de um prédio próprio e com a ,carência de investimentos em sua estrutura física desde o início de sua implantação.

O presente estudo buscou identificar as potencialidades e os desafios da gestão educacional e a contribuição da autoavaliação para o IF Goiano, Campus Avançado Catalão, frente aos resultados dessa pesquisa e verificou-se também que tais fatores dependem dos esforços dos gestores do IF Goiano, para que sejam solucionados os problemas que estão sendo enfrentados desde a criação da unidade de ensino em Catalão, tais como, a conclusão das obras de construção do prédio próprio da escola que contempla em seu projeto toda a estrutura física como salas de aula, laboratórios, biblioteca, refeitórios e demais instalações que são necessárias para ofertar novos cursos e ampliar a quantidade de alunos de maneira sustentável.

No entanto, a conclusão das obras do prédio próprio, ainda é o maior desafio que está sendo enfrentado atualmente pelo IF Goiano - Campus Avançado Catalão, uma vez que a conclusão desse empreendimento é essencial para de atender as condições mínimas exigidas pelo MEC, tanto para abertura de novos cursos, quanto para pleitear a transformação de Campus Avançado para Campus, pois somente com autorização do MEC, torna-se possível obter os recursos orçamentários para realizar os investimentos em mobiliários e equipamentos para laboratórios e demais dependências além de possibilitar a liberação de mais códigos de vagas para ampliar o quadro de servidores.

Por essa razão, acredita-se que, embora o *corpus* escolhido não tenha apresentado resultados exitosos logo na primeira análise, porque não conseguiu colocar em prática a

autoavaliação, uma vez que esta pesquisa contempla as ações realizadas até 31 de dezembro de 2019.

Isto posto, vale dizer que desde 2018 já existe um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em reelaboração para o IF Goiano visando o quinquênio 2019-2023, que não foi objeto desta pesquisa, no qual poder-se-á realizar a autoavaliação dos cursos superiores que estão sendo ofertados nos seus campus avançados, de fato, e concluir que a mesma é um instrumento favorável para colaborar com a gestão educacional, desenvolvimento da instituição e melhoria na qualidade do ensino. Isso porque, as razões que impossibilitaram a autoavaliação no Campus Avançado Catalão são principalmente de origens políticas e administrativas, que são os principais fatores que impediram o desenvolvimento pedagógico dessa unidade de ensino impossibilitando-a de obter os resultados favoráveis de crescimento e desenvolvimento.

Cabe ressaltar como exemplo que diferentemente do que ocorreu no Campus Avançado de Cristalina que obteve junto ao MEC à sua autorização para transformar-se em Campus, mesmo estando instalado em uma cidade com o potencial econômico inferior ao da cidade de Catalão, mas que mesmo assim, teve sua estrutura ampliada justamente por conseguir o apoio político necessário para realizar os investimentos e cumprir o cronograma previsto no PDI IF GOIANO (2014 – 2018).

Contudo, o presente estudo é relevante e pertinente e pode sim sustentar a tese de que a gestão educacional precisa ser desenvolvida de forma que haja a participação e a democracia em seus processos com o objetivo de ser eficaz no âmbito da academia, basta que a comunidade e os gestores percebam a autoavaliação institucional sob a perspectiva de processo que favoreça uma visão flexível, holística, articulada com princípios e propósitos da avaliação com caráter formativo e que essas ferramentas são importantes para promoverem a melhoria do ensino.

No entanto, essas ações precisarão ser reavaliadas e colocadas em prática para que possam auxiliar os gestores do IF Goiano na busca de novas alternativas para minimizarem os impactos gerados pelos problemas de ordem política que impactaram sobre as ações administrativas que ocorreram durante a implantação do Campus Avançado Catalão e assim obterem as condições necessárias para que eles continuem desenvolvendo os trabalhos de acordo com os propósitos institucionais, no sentido de manter o desenvolvimento tanto das dimensões administrativas, quanto pedagógicas de modo que seja proporcionado gradativamente a melhoria do ensino para os próximos anos.

Enfim, espera-se que aperfeiçoamentos sejam introduzidos, considerando os resultados da pesquisa aqui discutidos, tudo indicando que correções como as almejadas virão com êxito, sem prejuízo para o padrão acadêmico do IF Goiano-Campus Catalão, destacando-se a importância da avaliação institucional como instrumento de melhoria e de qualidade acadêmica e científica. Logo, essa avaliação tem como objetivo compreender e analisar os processos produzidos na Instituição, intervindo criticamente na comunidade acadêmica e científica.

8 REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E.; RUMMERT, S. M^a; VENTURA, J. **Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado.** Revista Brasileira de Educação (Impresso), v. 18, p. 717-738, 2013.

AZEVEDO, J.M.L. **Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 49-71, set. 2002.

BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal.** In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 5^a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BELLONNI, I. **A Função Social da Avaliação Institucional.** In Sobrinho, J.D. e RISTOFF, D. I. (Organizadores). **Universidade desconstruída – avaliação institucional e resistência.** Florianópolis: Insular, 2000.

BELLONNI, I; MAGALÃES, H.; SOLUSA, L. C. **Metodologia da Avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional.** São Paulo: Cortez, 2000.

BITTAR, Eduardo; TOSI, Giuseppe. **Democracia e Educação em Direitos Humanos numa época de insegurança.** 2015. Disponível em: < <http://www.cchla.ufpb.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 20 de out. 2019.

_____. **Censo de 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: set. 2019.

_____. **Censo da educação básica e superior 2017.** Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: set. 2019.

_____. **Decreto nº 3.860** de 09 de julho de 2001, dispõe sobre a organização do curso superior, avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 20 out. 2019.

_____. **Decreto nº 5.773** de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 20 out. 2019.

_____. **IBGE Cidades,** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/go/catalogo/panorama/>>Acesso em: 23/05/2020.

_____. **Lei nº 11.892** de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 20 out. 2019.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Publicada no Diário Oficial de 23/12/96. Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 20 out. 2019.

_____. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 20 de out. 2019.

_____. **Lei nº 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da LDB. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 20 out. 2019.

_____. **Lei nº 11.195**, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 01 abr. 2020.

_____. MEC <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes/> Acesso em 01/03/2020.

_____. **MP nº 914**, de 24 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 01 abr. 2020.

_____. **PDI – IF Goiano 2014-2018**. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/PDI-IF-Goiano_20142018.pdf>. Acesso em: 03 de out. 2018.

_____. **Regimento Geral do IF Goiano**. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/.../Regimento_Interno_-_Reitoria.pdf> Acesso em: 22 de outubro de 2018.

_____. **Relatório CPA IF Goiano 2015-2017**. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cpa/225-cpa.../8443-relatorios.html>> Acesso em 22 de outubro de 2018.

_____. **Relatórios de Autoavaliação 2013-2017**. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cpa/225-cpa-institucional/8443-relatorios.html>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

_____. **Relatório de Gestão IF Goiano 2013-2017**. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/relatorios-de-gestao>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

COELHO, I. M. **Avaliação Institucional na Universidade Pública**. In: SOBRINHO, J.D. e RISTOFF, D, I (org). **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000, pp. 59-72.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais, 1930-1935**. São Paulo: Cortez & Moraes, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FERNANDES, M^a E. A. **Gestão da escola: desafios a enfrentar.** Rio de Janeiro. DP& A Editora, 2002.

DOURADO, Luiz F. A escolha dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 5^a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Naura Syria Caraoeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação: o sonho possível.** In: BRANDÃO, C. O Educador: vida e morte. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental.** 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GARCIA, Walter E. **Tecnocratas, educadores e os dilemas da gestão.** São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, R. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa,** In: MINAYO, M. C. de S. (Org.); DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOUVEIA, Fernanda Paixão. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: ente o local e o nacional. **Revista Espaço e economia. Ano V, Número 9, 2016.**

JANELA AFONSO, Almerindo. **Gestão, autonomia e accountability na escola pública portuguesa: breve dicotomia.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE). Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Editora: Maria Beatriz Luce. Porto Alegre: ANPAE. V.26, n 1, p.13-30, jan-abr. 2010.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa.** Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: Teoria e prática.** 5ª ed. Revisada e Ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloisa. **A gestão participativa e o trabalho do gestor escolar.** Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

_____. **A gestão participativa na escola.** 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática.** 4 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Perspectivas da Gestão Escolar e implicações quanto à formação de Seus Gestores.** Artigo da publicação, em Aberto n. 72. Brasília: INEP, fev/jun 2000

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LÜDKE, M.; André, M. 1986. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU

MARQUES, Juracy C. **Administração participativa.** Porto Alegre: Sagra, 1987.

MONTEIRO, Sandra. **A análise do discurso e as questões sobre a linguagem.** 2006. Disponível em: < www.revistas.ufpr.br.>. Acesso em: 17 jan. 2020.

MORIN, Edgar **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo, Cortez/Unesco, 2000.

_____. **O problema epistemológico da complexidade.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1985.

OTRANTO, C. R. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's. Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas - RETTA – PPGEA/UFRRJ.** Rio de Janeiro, Seropédica: EDUR- Editora da UFRRJ, 2010, p.p 89-110.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução crítica.** 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

PAIVA, Liz Denize Carvalho. **Autoavaliação institucional: perspectiva no âmbito dos Institutos Federais.** Curitiba: Appris, 2015.

PAIVA, L.D.C.; OTRANTO, C.R.,SOUZA; N. M. P., **O Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro: vantagens, desvantagens e primeiros desafios da instituição.** Revista brasileira da educação profissional tecnológica. Artigo submetido em outubro/2015 e aceito em dezembro/2015.DOI: 10.15628/rbept.2016.3470

PITTA, Guilherme Benjamin Brandão; CASTRO, Aldemar Araújo. A pesquisa científica. J Vasc Bras, v. 5, n. 4, p.243-244, 2006. Disponível em: <<http://www.scelo.br/pdf/jvb/v5n4/v5n4a01.pdf>>. Acesso em: 23 fevereiro 2020.

ROCHA, Alessandro Santos da. **Pesquisa bibliográfica: entre conceitos e fazeres.** In: **Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas.** UEM/ 2011, p. 81-99.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos.** São Paulo, Atlas, 1986, p. 92.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, J.A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quais são as perspectivas para a nova territorialidade e para a nova institucionalidade? In FRIGOTTO, G. (coord.geral). **Ofertas formativas e características regionais: A Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro.** Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ em julho de 2015.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo.** São Paulo: Cortez, 1995.

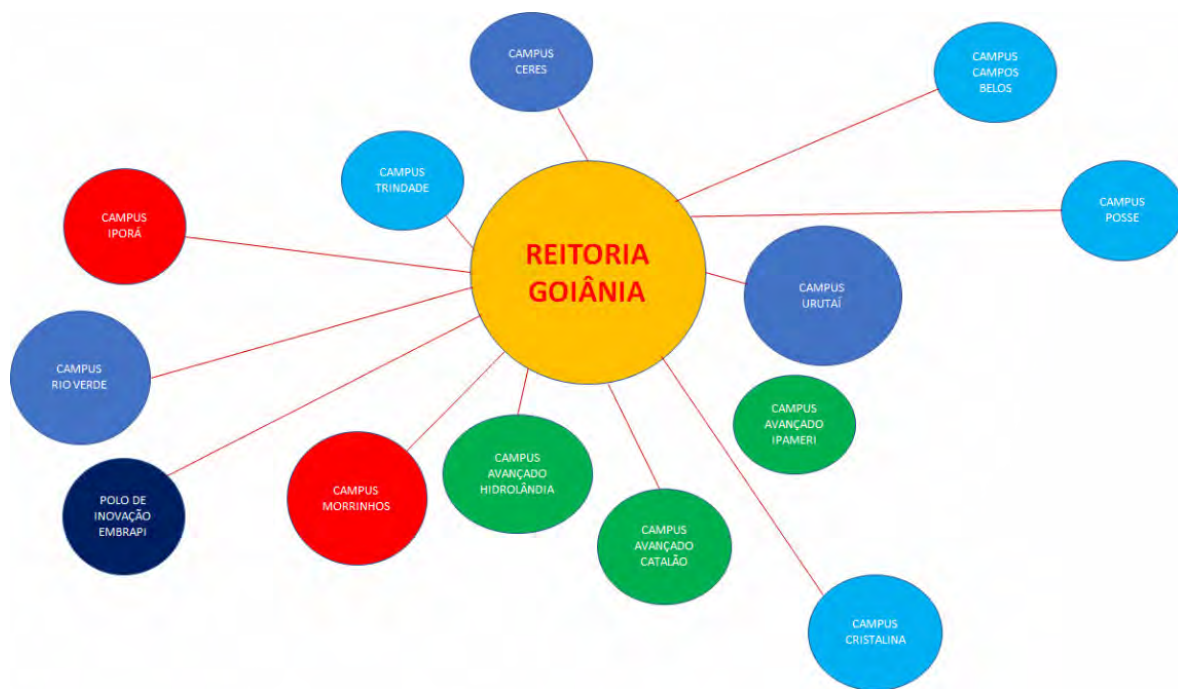
SOBRINHO, J. D. (2005). **Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ética - epistemologia da avaliação.** In: RISTOFF, D.; ALMEIDA, Jr. V. de P. (Orgs.). **Avaliação participativa: perspectivas e desafios.** Brasília: INEP, 2005.

SOUZA, Nádía Maria Pereira de. **O estado da arte da avaliação da educação superior - as diretrizes do MEC e a experiência do IES no Estado do Rio de Janeiro.** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, UFRRJ & CPDA, 2001.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa científica.** 2. ed. Curitiba: IESDE, 2007.

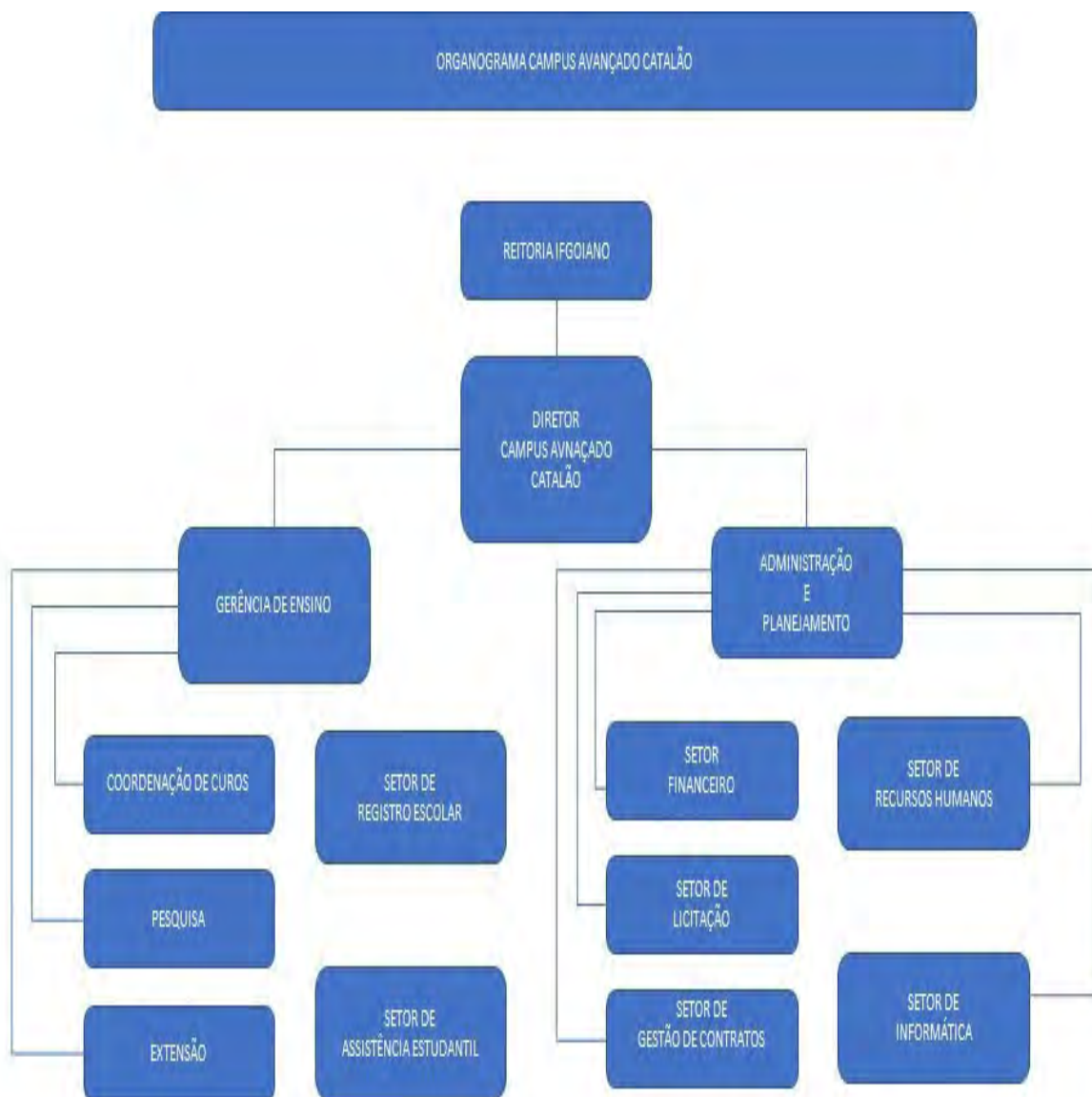
9 ANEXOS E APÈNDICES

ORGANOGRAMA – IF GOIANO.



Fonte: o próprio autor.

ORGANOGRAMA – CAMPUS AVANÇADO CATALÃO.



QUANTITATIVO DE SERVIDORES DETERMINADO PELO MEC:

- 20 PROFESSORES
- 13 TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Fonte: o próprio autor.